



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Naiara Vieira Silva Ivo

Modelo de avaliação das políticas de informação na rede de universidades do BRICS:
o caso das Universidades Brasileiras

Florianópolis

2023

Naiara Vieira Silva Ivo

Modelo de avaliação das políticas de informação na rede de universidades do BRICS:
o caso das Universidades Brasileiras

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Adilson Luiz Pinto, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ivo, Naiara Vieira Silva

Modelo de avaliação das políticas de informação na rede de universidades do BRICS: o caso das Universidades Brasileiras / Naiara Vieira Silva Ivo ; orientador, Adilson Luiz Pinto, 2023. 163 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Ciência da Informação. 3. BRICS NU. 4. Política da Informação. 5. Avaliação na educação superior. I. Pinto, Adilson Luiz. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Naiara Vieira Silva Ivo

**Modelo de avaliação das políticas de informação na rede de universidades do BRICS:
o caso das Universidades Brasileiras**

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 04 de agosto de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Karla Veloso Coura, Dr.^a
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Prof. Thiago Magela Dias, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Simarly Maria Soares, Dr.^a
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação atribuído pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Edgar Bisset Alvarez, Dr.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Adilson Luiz Pinto, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023.

À minha família, o meu amor e a minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Respira fundo! Relembrar toda a trajetória me emociona, revira meus sentimentos e os confunde. Em meio a tantas emoções, alegro-me pela condição de agradecer.

Sou muito grata a Deus pela minha vida e caminhada. Sou uma mulher abençoada!

Agradeço, de modo muito especial, à minha família.

Aos meus pais, Antônio e Elbir, pela simplicidade genuína de cada afago que realentam os meus valores e dignificam minha origem. Ao meu irmão Bira e à sua família, sempre prontos para auxiliar.

Ao meu marido Leandro, pela escolha diária e cuidadosa pela nossa família.

À minha filha, Júlia Maria, pelo carinho e entendimento, apesar da pouca idade.

Aos meus filhos de coração, Alexandre e Isabella, que tanto me apoiaram nessa jornada.

A família Ivo, meu forte abraço de gratidão.

Às amigas Karen Lafetá, Karla Coura, June Marize e Christine Matos, que ao modo particular de cada uma, acolheram minhas fraquezas, apoiaram minhas decisões, acreditam no meu esforço e, agora, celebram comigo essa conquista.

Às instituições de ensino, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC), pela cooperação interuniversidades na oferta de um Programa de Doutorado Interinstitucional, na área de Ciência da Informação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto, pelo profissionalismo, empatia e pelas ponderações inquietantes em busca de oportunidades de melhoria que fazem sentido e revelam a ponte entre orientando e orientador.

Aos professores da UFSC e aos colegas do DINTER, por fazerem parte dessa história cheia de descobertas à luz da Ciência da Informação.

Aos meus amigos da antiga Faculdade Santo Agostinho (Montes Claros), pois planejamos e conquistamos muitas vitórias juntos!

Ao Grupo Afya Educacional, em nome do Prof. Luiz Cláudio Pereira, pelo incentivo e apoio ao processo de formação dos seus colaboradores.

Aos amigos do vôlei, meus dias ficaram mais leves depois de reencontrar o esporte e estabelecer novos vínculos fraternos.

Por fim, agradeço, de coração, a todos aqueles que, de algum modo, compartilharam dessa história comigo. Muito obrigada!

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”.

Simone de Beauvoir (1958)

RESUMO

Compreender o quanto a política de informação pode fomentar uma política pública em educação, possibilitou contornos inerentes à responsabilidade social da Ciência da Informação, especialmente por se tratar de uma política de informação dedicada às instituições brasileiras participantes da Rede de Universidades do BRICS (BRICS NU). A BRICS NU se apresenta como uma declaração de interesses coletivos dos países-membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) com o objetivo de promover o desenvolvimento a partir da educação. O Brasil está representado nessa rede de cooperação interuniversidades por instituições públicas, conforme resultado do Edital nº 03/2015 – BRICS. A fim de contribuir, propôs-se neste estudo, sob uma perspectiva de mapeamento das ações, artefatos e dispositivos de informações, um instrumento norteador à tomada de decisão dos atores sociais a partir do processo avaliativo formativo à luz da eficácia. O objetivo geral é propor um modelo de avaliação das políticas de informação para as instituições brasileiras integrantes da BRICS NU. Metodologicamente, este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, aplicada, com abordagem qualitativa. Para validação do instrumento de avaliação proposto recorreu-se à técnica de avaliação por especialistas, mensurada a partir do coeficiente de validade de conteúdo, no que se refere à clareza e pertinência do item, ajuizada por especialistas. Por acessibilidade, foram formados dois comitês de especialistas, considerando-se as características do instrumento, a formação, a qualificação e a disponibilidade dos profissionais. O instrumento foi estruturado em dimensões: acessibilidade, equidade, cooperação (técnica e acadêmica), internacionalização e qualidade; e assertivas que podem ser mensuradas por indicadores e critérios de análise que correspondem aos itens específicos sobre a condição de evidências informacionais. Como resultado, o CVC mensura o grau de concordância de respostas dos juízes para cada item em relação aos critérios de clareza de linguagem e pertinência prática registrando o valor de $CVCT = 0,91$. Isso significa que o conteúdo do instrumento foi validado, como observância aos processos de construção e adaptação dos instrumentos de medida, respeitando os atributos de validade, confiabilidade, praticabilidade, sensibilidade e responsividade. No segundo grupo de juízes especialistas, a concordância dos participantes com o instrumento proposto foi de 83,34%. Defende-se, por fim, que este estudo possibilitará aos gestores da Educação Superior, o entendimento do fluxo informacional com derivações à sua capacidade interna, a contar da avaliação do instrumento regulador das políticas informacionais. A política de informação específica à BRICS NU pode auxiliar os processos decisórios e de gestão das IES participantes da rede em busca de melhoria dos resultados educacionais no que se refere à acessibilidade, equidade, cooperação acadêmica, mobilidade e qualidade, pois favorece o autoconhecimento sobre o papel da IES desempenhado em rede de cooperação.

Palavras-chave: Política de Informação; Avaliação do ensino superior; Modelo de Avaliação; BRICS NU.

ABSTRACT

Understanding how much information policy can foster a public policy in education has allowed outlines inherent to social responsibility of Information Sciences, especially for being an information policy dedicated to participating Brazilian institutions of the BRICS University Network (BRICS NU). The BRICS NU presents itself as a declaration of collective interests of the countries member of the BRICS (Brazil, Russia, India, China and South Africa), with the goal to promote development through education. Brazil is represented in this inter-university cooperation network by public institutions according to result of Public Notice Nr. 03/2015 – BRICS. In order to contribute, it has been proposed in this study, under a perspective of actions, artifacts and information devices mapping a guiding instrument for decision-taking of the social actors through the formation process under the light of effectiveness. The general goal is to propose an instrument to evaluate the information policies for the Brazilian institutions which are members of the BRICS NU. Methodologically, this study is characterized as a descriptive, applied research, with qualitative approach. For the validation of the proposed validation instrument, the research resorted to the evaluation by specialists, measured from the Content Validity Index (CVI), in which refers to the clarity and pertinence of the item, which would be judged by specialists. Two specialized committees were formed, considering the instrument's characteristics, formation, qualification and availability of the professionals. Both formations have been determined by accessibility. The instrument was structured in dimensions (accessibility, equity, cooperation (technical and academic), internationalization and quality) and affirmations which can be measured by indicators and analysis criteria which correspond to the specific items regarding the condition of informational evidences. As a result, the CVI measures the matching degree of the judges' answers for each item regarding the language clarity and practical pertinence criteria, registering the value $CVI = 0,91$. This means that the instrument's content has been validated, as compliance to the construction and adaptation processes of the measurement instruments, respecting the attributes of validity, reliability, feasibility, sensitivity and responsiveness. In the second group of specialized judges, the concordance of the participants with the proposed instrument has been of 83,34%. It is defended, therefore, that this study will allow Higher Education the understanding of the informational flow with derivations to its internal capacity, with effect from the evaluation of the informational policies regulatory instrument. The information policy specific to BRICS NU may help with the decision-making and management processes of the HEIs participating in the network seeking for improvement in the educational results in which regards to accessibility, equity, academic cooperation, mobility and quality, as it favors the self-discovery concerning the role taken by the HEI in the cooperation network.

Keywords Information Policy; Higher education evaluation; BRICS NU.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorização de campos de Política de Informação.....	30
Figura 2 – Conteúdos de Política de Informação	33
Figura 3 – Regime de Informação na BRICS NU	37
Figura 4 – Linha do tempo das Reuniões de Cúpula do BRICS	39
Figura 5 – Estrutura de Governança da Rede de Universidades do BRICS.....	43
Figura 6 – Universidades Integrantes da Rede de Universidades do BRICS.....	44
Figura 7 – Template oficial - BRICS NU.....	46
Figura 8 – Instituições de Ensino Superior da Federação Brasileira e GTs da BRICS NU	47
Figura 9 – Processo de gerenciamento da informação	54
Figura 10 – Fluxo de informacional da BRICS NU	56
Figura 11 – Webs Universidade HE (Rússia) – GT Economia.....	57
Figura 12 – Webs BRICS Policy Center – GT Estudos BRICS.....	58
Figura 13 – Capa “Handbook of Social Stratification in the BRIC countries”	58
Figura 14 – Capa “Handbook of the Sociology of Youth in BRICS countries”	59
Figura 15 – Clipping evento – Ações de Informação.....	59
Figura 16 – Linha do tempo da história da avaliação.....	60
Figura 17 – Árvore de Avaliação	63
Figura 18 – Etapas da RSL.....	71
Figura 19 – Concepção do Instrumento de Avaliação.....	88
Figura 20 – Dimensões do Instrumento de Avaliação.....	94
Figura 21 – Composição crescente de conceitos.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gasto em educação (2010 a 2021)	25
Gráfico 2 – Temáticas sobre Política de Avaliação.....	72
Gráfico 3 – Acessibilidade	113
Gráfico 4 – Número de bolsas de mestrado e doutorado por região brasileira (2021).....	114
Gráfico 5 – Incentivo à Mobilidade.....	115
Gráfico 6 – Percepção das políticas informacionais.....	116
Gráfico 7 – Parecer do Comitê de Especialistas – Grupo II.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupo de Trabalho.....	45
Quadro 2 – Resultado Edital MEC nº 03/2015 - BRICS.....	53
Quadro 3 – Modelos de avaliação e suas categorias	62
Quadro 4 – Matriz Metodológica da Pesquisa	67
Quadro 5 – String de busca adaptada/utilizada para as bases de dados	68
Quadro 6 – Critérios de Inclusão.....	69
Quadro 7 – Critérios de Exclusão.....	70
Quadro 8 – Critérios de Qualidade.....	70
Quadro 9 – Relação de Teses da BTDT sobre a política de informação na educação	72
Quadro 10 – Relação de artigos BRAPCI (2010–2020) sobre a temática.....	73
Quadro 11 – Trabalhos do ENANCIB GT5 (2019–2021)	76
Quadro 12 – A educação nas Declarações Oficiais das Cúpulas do BRICS.....	78
Quadro 13 – Conceito para Avaliação de Cursos Presencial e a Distância.....	84
Quadro 14 – Instrumentos analisados de acordo com a tipologia, as dimensões e as métricas.....	86
Quadro 15 – Recomendações da UNESCO	89
Quadro 16 – Objetivos secundários oriundos do Objetivo 4 dos ODS até 2030.....	90
Quadro 17 – Diretrizes PNE (2014-2024).....	91
Quadro 18 – Metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024)	91
Quadro 19 – Seleção das estratégias do PNE em relação às Metas 12, 13 e 14.....	92
Quadro 20 – Dimensões x Objetivos x Indicadores	97
Quadro 21 – Características do indicador.....	98
Quadro 22 – Conceitos e critérios de análise	100
Quadro 23 – Características do Instrumento	100
Quadro 24 – Comitê de Especialistas – Grupo I	102
Quadro 25 – Comitê de Especialistas – Grupo II	103
Quadro 26 – Instrumento de avaliação da política de informação na BRICS NU	105
Quadro 27 – Comitê de Especialistas – BASIs	112
Quadro 28 – Comitê de Especialistas – Parecer Final.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de IES por organização conforme LDB/1996	64
Tabela 2 – Trabalhos recuperados das bases	69
Tabela 3 – Fórmula do CVC	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	– Agência Brasileira de Cooperação
AC	– Análise de Conteúdo
ACM	– <i>Association for Computing Machinery Digital Library</i>
ADC	– Análise do Discurso Crítica
ANCIB	– Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ARWU	– <i>Academic Ranking of World Universities</i>
BASIs	– Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
BDTD	– Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	– Base de dados em Ciência da Informação
BRICS	– Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Acrônimo)
BRICS NU	– Rede de Universidades do BRICS
BTTC	– Conselho de “ <i>Think Tank</i> ” do BRICS
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	– Ciência da Informação
COI	– <i>Central Office of Information</i>
CT	– Cooperação Técnica
CONAES	– Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CC&T	– Cooperação Científica e Tecnológica
ENANCIB	– Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
IBICT	– Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INPA	– Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INESC	– Instituto de Estudos Econômicos
PPGs	– Programas de Pós-Graduação
QS	– <i>Quacquarelli Symonds</i>
SINAES	– <i>Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior</i>
StART	– <i>State of the Art through Systematic Review</i>
THEWUR	– <i>The Times Higher Education World University Ranking</i>
UFF	– Universidade Federal Fluminense
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais

- UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina
- UFV** – Universidade Federal de Viçosa
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas
- URAP** – *University Ranking by Academic Performance*
- WoS** – *Web of Science*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	19
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	21
1.3	JUSTIFICATIVA.....	23
1.4	OBJETIVOS.....	26
1.4.1	Objetivo Geral.....	26
1.4.2	Objetivos Específicos.....	26
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	27
2.1	POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: CONCEITOS E CATEGORIAS.....	27
2.2	REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS COMO UMA ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	38
2.2.1	Rede de Universidades do BRICS (BRICS NU).....	41
2.2.2	As instituições nacionais integrantes da Rede de Universidades do BRICS.....	46
2.3	O FLUXO DE INFORMAÇÃO NO CAMPO DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DA BRICS NU.....	54
2.4	A AVALIAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.....	60
3	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	66
3.1	ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO.....	68
3.1.1	Etapa I.....	68
3.1.2	Etapa II.....	78
3.1.3	Etapa III.....	83
3.1.4	Etapa IV.....	88
<i>3.1.4.1</i>	<i>Das dimensões do instrumento de avaliação do instrumento de avaliação da PI na BRICS NU.....</i>	<i>88</i>
<i>3.1.4.2</i>	<i>Dos objetivos e indicadores do instrumento de avaliação da PI na BRICS NU.....</i>	<i>96</i>
<i>3.1.4.3</i>	<i>Os conceitos e critérios do instrumento de avaliação do instrumento de avaliação da PI na BRICS NU.....</i>	<i>99</i>
3.1.5	Etapa V.....	101
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	104
4.1	INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS.....	104
4.2	COEFICIENTE DE VALIDADE DE CONTEÚDO DO INSTRUMENTO DE	

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS.....	110
4.3 A PERCEPÇÃO DO COMITÊ ESPECIALISTA SOBRE A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA BRICS NU	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE A – Formulário de pesquisa para Grupo I	144
APÊNDICE B – Fórmula do Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC)	147
APÊNDICE C – Formulário de pesquisa para Grupo II.....	148
APÊNDICE D – Relação de artigos RSL	155
ANEXO A – Edital MEC nº 03/2015 – BRICS	159
ANEXO B – Resultado Edital MEC nº 03/2015 - BRICS	161

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva da educação como estratégia de desenvolvimento social passou a ser a defesa mais significativa e presente nos discursos educacionais por ser a principal variável capaz de intensificar “[...] o crescimento de renda, produzir a modernidade ou construir uma sociedade mais justa” (CUNHA, 1980, p. 16), além de ser percebida como um canal de mobilidade social e equidade (SCHWARTZMAN, 2015).

Esse ponto de vista se converge em torno dos discursos políticos sobre educação das organizações internacionais, incluindo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), situação que reforça, de acordo com Westphal e Gisi (2019), as condições capitalistas sob o desenvolvimento das sociedades.

Por motivos inerentes à própria globalização e, conseqüentemente, pela necessidade dos países se globalizarem, surgem iniciativas governamentais de cooperação que elevam a Universidade a um espaço de destaque por sua contribuição política, socioeconômica, cultural, científica, capaz de modificar a realidade em que está inserida.

Neste estudo, as iniciativas apropriadas à educação superior se referem à *BRICS Network University*, ou, em português, Rede de Universidades do BRICS (BRICS NU). Criada em 2014, a BRICS NU é um mecanismo dedicado à cooperação universitária e dos intercâmbios humanitários entre as nações dos países-membros do agrupamento (STUENKEL, 2017). As possibilidades de cooperação internacional para a educação entre os países-membros — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) — para o desenvolvimento nacional e a cooperação em termos de acesso, equidade, qualidade, mobilidade e cooperação acadêmica, técnica, científica e tecnológica, serão tratadas a partir do domínio da política de informação no contexto da Ciência da Informação (CI).

A política de informação é o pilar central deste estudo, que orientado pelas contribuições de González de Gómez (2002), Braman (2004, 2011) e Kerr Pinheiro (2015) entre outros pesquisadores, pode ser compreendida, consensualmente, como aquela que fornece amplitude para leis, regulamentos e doutrinas que tratam a informação, a comunicação e a cultura, pois envolve a criação de informações, processamento, fluxos, acesso e uso da informação (BRAMAN, 2011).

Por sua vez, a materialidade da informação enquanto política consiste em um conjunto de estratégias — tácitas, explícitas e públicas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) — capaz de contribuir para o bem-estar econômico e social (ROWLANDS; EISENSCHITZ; BAWDEN,

2002) e dissipar as consequências do desequilíbrio histórico de poder dos governos e organizações (DUFF, 2004). Na prática, a informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo, de modo coletivo ou particular, para aquilo que está sendo considerado informativo, a depender das necessidades e das habilidades do indivíduo.

Entendendo que é finalidade das políticas informacionais coordenar ações que articulem as aspirações coletivas, tendo elas o potencial para apresentar os caminhos que colocam a informação a serviço das transformações da sociedade (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009), a BRICS NU se apresenta como uma declaração de interesses coletivos dos países-membros do agrupamento do BRICS. A partir disso, emanam políticas informacionais em favor da democratização do ensino superior na esteira do disposto na Agenda 2030, e, por conseguinte, da oferta de educação de qualidade para todos.

Entretanto, há quase uma década desde a formulação da BRICS NU, compete aos atores sociais (Estado e sociedade) em rede examinarem as políticas de informação estabelecidas nacionalmente no que se refere à eficiência junto aos propósitos da cooperação interuniversidades, uma vez que o sucesso de uma política de informação depende de uma elaboração compartilhada, a fim de que seja reconhecida, legitimada e operacionalizada (KERR PINHEIRO, 2008). Segundo Frohmann (1995), uma rede de atores é composta por série heterogêneas de elementos conectados, com objetivo de fazer alianças como novos elementos, sendo essa capaz de redefinir e transformar seus componentes.

Com o objetivo de auxiliar esse processo, o instrumento de avaliação das políticas de informação pertinente à BRICS NU, proposto neste estudo, tem a pretensão de chamar a atenção para possíveis contribuições das políticas informacionais na BRICS NU, quanto ao acesso, à equidade e à mobilidade dos estudantes e dos profissionais da educação superior; sobre a qualidade em termos avaliativos dos *rankings* internacionais acadêmicos na perspectiva das Universidades Brasileiras, em rede de cooperação.

Trata-se, portanto, de uma perspectiva de diagnóstico que pode ser elaborada a partir do modelo de avaliação das políticas informacionais pertinentes aos acordos de cooperação interuniversidades da BRICS NU, bilaterais ou multilaterais, com base nos dispositivos, artefatos e ações de informação, como sugere González de Gómez (2002).

Vale pontuar que não foram encontrados estudos aplicados à Educação Superior semelhantes à proposta desta pesquisa, o que possibilitou uma oportunidade de trabalho significativa na intenção de apresentar diretrizes para avaliação das políticas de informação na Rede de Universidades do BRICS.

Por fim, este estudo se estrutura em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na

segunda seção aborda-se a fundamentação teórica sobre política de informação e apresenta-se a BRICS NU, bem como as instituições brasileiras integrantes dela. Na terceira são apresentados os pressupostos metodológicos, seguida da quarta seção, que apresenta e discute os resultados desenvolvidos. Na quinta seção são explanadas as considerações finais deste estudo e, por fim, listadas as referências utilizadas.

1.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Partindo do pressuposto de que a informação é elemento essencial à ciência e tecnologia, e que estes, são indicadores indispensáveis ao desenvolvimento das sociedades, reconhecer a importância da Universidade no desenvolvimento da economia dos países, está para além do que acreditar puramente em sua responsabilidade formativa. Para Stallivieri (2007), ela traz para si a decisão de formar cidadãos empenhados com o compromisso social, com a diminuição das desigualdades, com a criação de oportunidades para todos, com o compromisso do desenvolvimento econômico e social, de modo especial quando conseguem se ajustar em rede. Ristoff (2016) complementa que a educação superior tem sido considerada estratégica, pois provou ser fundamental para o avanço das artes, das ciências e das tecnologias, sendo necessário, portanto, a criação de um sistema social e educacional com oportunidades para todos.

Nesse contexto, estão os mecanismos de cooperação universitária internacional. De fato, não se trata de um tema novo, em 1950, a Associação Internacional de Universidades (AIU) já incentivava a cooperação entre instituições de ensino superior em todo o mundo. Em âmbito brasileiro, o Programa Ciência sem Fronteiras¹ e outras iniciativas comungam este mesmo esforço, a saber: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)², Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)³, América

¹ Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento — CNPq e Capes —, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1/1PortariaIdiomaSemFronteirasMEC9732014.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

² UNILAB - Projeto de Lei (PL) nº 3.891, de 20 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008).

³ A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) é uma ONG internacional que promove a cooperação e a troca de informação entre universidades e institutos superiores de oito países de língua oficial portuguesa — Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor — região de Macau, cuja missão é facilitar a comunicação entre os membros em prol do desenvolvimento coletivo do ensino e da língua portuguesa no mundo. Estimula-se, assim, a investigação e o intercâmbio de alunos e docentes, além de oportunizar uma reflexão contínua por meio da divulgação diária de notícias e organização de

Latina Formação Acadêmica (ALFA)⁴, Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA)⁵, entre outras cooperações universitárias em rede.

No âmbito do agrupamento BRICS, delimitou-se, para fins deste estudo, o campo temático da educação superior por apresentar-se como uma área mais estruturada, dentre as demais áreas — finanças, comércio, ciência, tecnologia e inovação (CT&I), agricultura, saúde, trabalho, defesa civil, segurança, energia, transportes e meio ambiente — no contexto brasileiro. As instituições brasileiras participantes da Rede de Universidades do BRICS, estão: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Há quase uma década do estabelecimento da BRICS NU e, diante da tímida produção científica a respeito da Rede sobre a perspectiva da Ciência da Informação, especialmente, no que concerne às políticas de informação que norteiam o referido mecanismo, pontua-se a ocorrência para a escolha da BRICS NU, cujo enfoque ilustra as Universidades Brasileiras, anteriormente mencionadas.

Trata-se, portanto, de uma alternativa interdisciplinar entre Educação e Ciência da Informação, de conhecer a pauta sobre cooperação interuniversidades internacionais, sob o ponto de vista da CI, ao investigar ponderações sobre questões, como: A política de informação na Rede de Universidade do BRICS é eficiente quanto ao acesso, à equidade e mobilidade dos estudantes e profissionais da educação superior? A política de informação na Rede de Universidade do BRICS é eficaz sobre a qualidade em termos avaliativos dos rankings internacionais acadêmicos? E ainda se: A política de informação na Rede de Universidade do BRICS estimula a cooperação e as IES se beneficiam dela na promoção do desenvolvimento acadêmico, social e econômico dos países de origem?

Tanto para a área de CI quanto para a área de Educação, registra-se ganhos acadêmicos científicos, bem como para as Políticas Públicas, já que as políticas de informação podem

conferências e eventos.

⁴ O Programa América Latina Formação Acadêmica (Alfa) é um programa aprovado pela Comissão Europeia em 10 de março de 1994, e inspirado na experiência da União Europeia de realização dos programas de mobilidade e intercâmbio intracomunitários, apoiados em redes de cooperação formadas por instituições de ensino superior.

⁵ O Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca) foi desenvolvido e implementado pelo Setor Educacional do Mercosul atendendo a duas prioridades do planejamento estratégico do setor: a melhoria da qualidade acadêmica, por meio de sistemas de avaliação e acreditação; e a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países.

estimular, provocar e fomentar a discussão entre os atores sociais participantes do regime de informação, instituído aqui, como Rede de Universidades do BRICS.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A cooperação interuniversidades vêm sendo estudada pelos pesquisadores por diferentes perspectivas: suas características e objetivos, possibilidades e insucessos, estudos comparativos apesar de não avaliativos. Com fins “não generalistas”, devido ao viés acadêmico da problemática instaurada, defende-se com o apoio de Costa e Castanhar (2003), que na medida em que se avalia o planejamento por parte dos atores sociais para a tomada de decisão, sobre a continuidade, necessidade de correção ou mesmo pela opção de suspensão dos recursos (humanos, financeiros e tecnológicos), é empreendido com embasamento em informações e critérios norteadores da ação.

No caso da Rede de Universidades do BRICS, ainda que seja um mecanismo de cooperação recente, menos de dez (10) anos desde sua concepção, as pesquisas são limitadas. Ao recorrer ao Google Acadêmico, três documentos foram resgatados a partir da descrição da busca “Rede de Universidades do BRICS”, a saber: Thiengo e Bianchetti (2019), que ao desenvolverem o projeto de tese, exploram os projetos endereçados à educação superior, tendo como enfoque a criação da *BRICS Network University* (BRICS NU); Nóbrega (2015), que explora a trajetória do BRICS por meio do registro dos documentos de Cúpula e Quiaorong e Albuquerque (2019), que organizaram uma obra na qual apresentam o estágio atual e as perspectivas do ensino de português na China. Com a variação do termo em inglês “*BRICS Network University*”, recuperou-se dois documentos, ambos publicados como artigos de revisão com foco em internacionalização de Muhr e Azevedo (2018) e Nery (2018), sendo este último tendo o Programa Ciência sem Fronteira em destaque.

Na esfera da CI, tanto na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) quanto na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nenhum registro foi encontrado sobre a Rede, tão pouco sobre as políticas de informação sobre o objeto. Diante da oportunidade estabelecida pela existência de lacunas de estudos sobre a BRICS NU, e, pelo entendimento de que, independentemente do objeto, as melhorias sob aspectos de gestão — processos, objetivos, indicadores e métricas — são possíveis à medida que se conhece os dados existentes e/ou adquiridos ao longo do ciclo da extensão do objeto avaliado, estruturou-se o percurso para realização deste estudo.

O processo avaliativo, apesar de suas contradições, é um caminho viável em busca do

alcance dos feitos da BRICS NU. No entanto, o olhar se volta ao cenário brasileiro a partir da iniciativa do Governo Federal, em participar da Rede, ao considerar uma estratégia na promoção da educação. De acordo com Ramos e Schabbach (2012), o crescente interesse do governo brasileiro com a avaliação está relacionado às questões de efetividade, à eficiência e ao desempenho com vistas à apresentação de resultados da gestão pública.

No segmento educacional superior, conforme disposto no Ministério da Educação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes a partir de políticas públicas para a educação já consolidadas. Para Pontes (2013), o objetivo é assegurar o processo nacional de avaliação, com vistas, entre outras finalidades, à melhoria da qualidade da educação superior. Para fins de organização de operação, os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Justamente pelo entendimento de que uma política de informação pode influenciar uma política pública, desenvolveu-se o seguinte questionamento: Como pode ser avaliada a política de informação para as instituições brasileiras integrantes da Rede de Universidades do BRICS?

O propósito de um debate sobre as políticas de informação da educação superior no contexto do BRICS pode ser entendido como uma alternativa aos discursivos dominantes. A conferência de ideias entre os países-membros do BRICS possibilita o compartilhamento de experiências e contribuições de maneira pragmática para a construção de uma agenda de cooperação Sul-Sul. A Cooperação Sul-Sul é definida pelas Nações Unidas como um processo em que dois ou mais países em desenvolvimento buscam atingir objetivos comuns ou individuais por meio do intercâmbio de experiências, conhecimentos, habilidades e recursos. (UNESCO, 2020).

Esses países formam parcerias que podem envolver governos, sociedade civil, universidades, empresas, bem como outras instituições nacionais, regionais ou internacionais afim de estruturar a cooperação Sul-Sul. A validação dos conhecimentos emanados dos países Sul-Sul, torna secundária a adesão às predisposições e à capacidade de reproduzir submissamente os discursos dominantes (KERR PINHEIRO, 2010), uma vez que reduz a prevalência a fim de estabelecer uma ordem global mais equilibrada sob ponto de vista da autonomia em relação aos países centrais (SANTANA; CARVALHO, 2017), especialmente se observado o índice de 95% da produção de informações científicas originadas nos países

desenvolvidos e apenas de 1% na América Latina (ARAÚJO, 1991). De um lado, nações que detêm o poder da tecnologia e da regulamentação da informação, bem como da sua geração, distribuição e comercialização. De outro, nações que só consomem e absorvem a informação advinda dos países cêntricos, na condição de usuários servis, acrílicos e passivos (THEIS, 2009).

Ainda que o recorte geográfico deste estudo seja o Brasil, são nas Universidades e nos Institutos de pesquisa, que a ciência acontece, sendo efetivamente, os produtores do conhecimento científico capaz de informar e fomentar a reorganização socioeconômica da região onde se inserem.

1.3 JUSTIFICATIVA

As políticas de informação que regulam a atuação da educação superior no Brasil, em âmbito internacional, operam modelos distintos de cooperação universitária em rede, sejam esses providos por organizações internacionais, regionais e/ou nacionais.

Partindo do pressuposto de que “uma sociedade não se estabelece a não ser pelo saber” (KERR PINHEIRO, 2010, p. 118), as políticas informacionais que regem a Rede de Universidades do BRICS precisam ser encaradas pelos atores sociais como oportunidades para o desenvolvimento, cujo conceito foi apresentado pela UNESCO (2014, p. 22), como:

um amplo processo econômico, social, cultural e político, que objetiva a melhoria constante do bem-estar de toda uma população e de todos os indivíduos na base de sua participação ativa, livre e consciente no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios dele restante.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a partir dessa visão global, acredita-se que as decisões estratégicas para o desenvolvimento emanam ou deveriam emergir da educação considerando esta, o pilar para o desenvolvimento na amplitude descrita pela UNESCO.

O acrônimo BRIC, formado pelas iniciais dos países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China, foi criado pelo economista inglês Jim O’Neill em 2001, depois de analisar elementos relacionados à economia (taxa de crescimento, de câmbio e de inflação), que sinalizou ao mercado financeiro a existência de novos mercados para a economia mundial e potenciais para investimentos ao destacar a importância desses países e o quanto poderiam ascender o desenvolvimento conjunto a ponto de incomodar a hegemonia Norte Global.

De acordo com as projeções da PwC⁶, em 2030, a China e a Índia ocuparão os 1º e 3º lugares, respectivamente, no *ranking* das maiores economias do mundo. Em 2050, além da manutenção dessas posições, Brasil, Rússia e África do Sul subirão no *ranking* e ocuparão as 6ª, 10ª e 30ª posições. Porém, o crescimento rápido e a integração na economia mundial têm ampliado as disparidades sociais no BRICS.

Diante das expectativas positivas a despeito das taxas de crescimento econômico desses países, em 2009 ocorreu o primeiro encontro formal entre as lideranças do BRIC. Em 2011, a África do Sul aderiu ao bloco e, com isso, ganharam mais representatividade e importância diante dos países hegemônicos, uma vez que ocorreu um deslocamento das capacidades materiais (SILVA; SANTOS, 2017).

Olhando para frente e vislumbrando os desdobramentos dessas previsões num contexto que se refere a mais de 43% da população mundial, 27% do território mundial, 42% das reservas internacionais e 28% do PIB mundial, conforme dados do Relatório da UNESCO (2014), o ponto fundamental de partida é a educação, pois está no cerne do desenvolvimento econômico, social, cultural e político da sociedade, de modo especial nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

É neste caminho que se estabelece a compreensão de que os governos BRICS compartilham uma visão comum em busca de solidez, continuidade e fortalecimento da cooperação Sul-Sul molda um novo tipo de visão coletiva, pautada por uma tríplice lógica de reconhecimento, transformação e construção (KOVALEV; SHCHERBAKOVA, 2019; LI, 2018) também por meio da cooperação interuniversidades.

A rede de cooperação, coordenada pela intenção coletiva dos países-membros, busca não apenas melhorar o nível educacional de seus respectivos países, mas também reduzir as diferenças entre os sistemas de educação com os dos outros países, por meio de pesquisas científicas responsáveis capazes de estabelecer pontes entre o local e o global, com atenção privilegiada em favor dos interesses dos países Sul-Sul.

Ainda que não se trate de uma operação simples, pelo contrário, a complexidade no processo de diminuição das fronteiras culturais, tecnológicas, econômicas e sociais requer muito envolvimento dos atores sociais para desenvolvimento e promoção de políticas eficientes para a engrenagem da rede das quais as boas-práticas colaborativas e descolonizadas se voltam ao contexto local para o atendimento coletivo, buscando a composição de um cenário de democratização que pudesse resultar da mobilização dos sujeitos e das instituições

⁶ Network de firmas dedicadas à prestação de serviços de qualidade em auditoria e asseguarção, consultoria tributária e societária, consultoria de negócios e assessoria em transações (PwC, 2020).

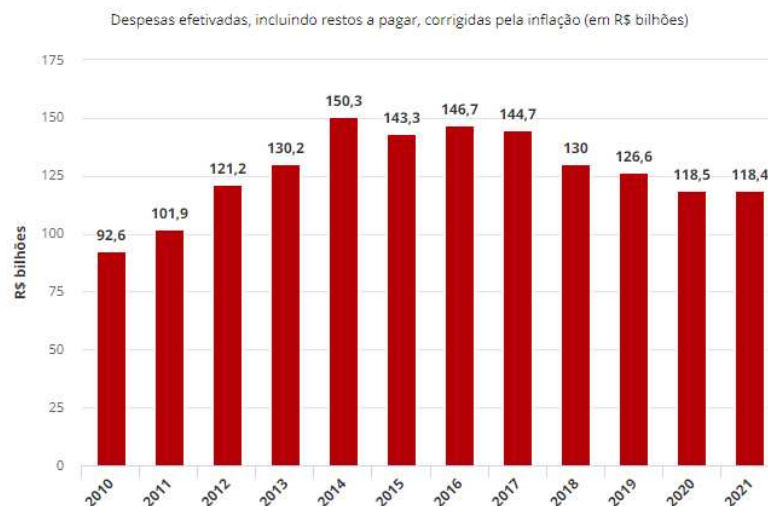
historicamente excluídos do desenvolvimento científico e tecnológico em nível das unidades produtivas (THEIS, 2009).

Nesse contexto, nada mais provocador ao pesquisador, cientista da informação, do que criar espaços dialógicos, criativos e reflexivos, fundamentados no desenvolvimento sustentável para o debate das políticas informacionais dedicada à Rede de Universidades do BRICS. Isso, sobretudo, diante da ausência ou redução de investimentos públicos para viabilizar a participação das instituições brasileiras que integram a rede.

Dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) (2021) apontam que a redução de recursos para o setor da educação coincide com a vigência da regra do teto de gastos, que teve início em 2017, pela qual a maior parte das despesas é limitada pela variação da inflação do ano anterior, inclusive os gastos com educação pública. O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê a ampliação do investimento público em educação em até 7% do Produto Interno Bruto (PIB) no quinto ano de vigência da lei e em 10% até 2024.

O gasto em educação superior no Brasil tem apresentado oscilações ao longo dos anos, com variações nos orçamentos destinados às universidades e instituições de ensino superior do país, como pode ser acompanhado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Gasto em educação (2010 a 2021)



Fonte: Martello (2023).

Na prática, a perda no ensino superior brasileiro com o corte de recursos do governo foi significativa, afetando a qualidade da educação, a pesquisa e inovação, a infraestrutura, a inclusão social e o incentivo à carreira acadêmica (INESC, 2021).

Diante do cenário de tantos desafios, este estudo pode possibilitar aos gestores do segmento educacional, político, associado e afins, orientação na elaboração e na comunicação

das políticas de informação destinadas ao ensino superior com resgate de suas prioridades internas. Dessa forma, contribuirá efetivamente com um modelo de avaliação das políticas informacionais não só para as instituições brasileiras integrantes da BRICS NU, como também servirá de parâmetro para outras IES em regime de cooperação universitária internacional e/ou para subsidiá-las para que possam buscar a inserção e/ou avaliar a adequação do seu desempenho, comparativamente.

1.4 OBJETIVOS

Os objetivos deste estudo foram delineados de forma a responder ao problema de pesquisa.

1.4.1 Objetivo Geral

Propor e validar um instrumento de avaliação das políticas de informação para as instituições brasileiras integrantes da Rede de Universidades do BRICS.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Discutir o conceito de política de informação e sua aplicação no contexto da educação superior diante daquela mais ajustada à proposta;
- b) Apresentar a Rede de Universidades do BRICS (BRICS NU), destacando as instituições brasileiras de ensino superior que a integram;
- c) Identificar tipologias, indicadores e metodologias de mecanismos avaliativos e, a partir delas, compor um instrumento para avaliação da política de informação nas instituições brasileiras de ensino superior que integram a Rede de Universidades do BRICS;
- d) Elaborar um instrumento de avaliação de políticas de informação para as instituições brasileiras de ensino superior que integram a Rede de Universidades do BRICS;
- e) Validar o instrumento de avaliação da política de informação para as instituições brasileiras de ensino superior que integram a Rede de Universidades do BRICS.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Esta seção se dedica à revisão teórica que fundamenta esta tese em relação à política de informação na Rede de Universidades do BRICS.

2.1 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: CONCEITOS E CATEGORIAS

Sobre as concepções que modelam o campo da política de informação, vale destacar os termos *política e informação*, separadamente, para que depois seja possível o exercício da compreensão deles no contexto da Ciência da Informação.

Uma das principais contribuições para a conceituação de informação foi apresentada por Capurro e Hjørland (2007) num *background* histórico-crítico do conceito de informação construído sob o prisma de diferentes contextos e interesses. Para os autores, a informação é um fenômeno social e humano, estabelecida como condição básica ao desenvolvimento sociocultural, econômico, político e tecnológico de uma sociedade.

A informação é uma construção social humana e está em todo lugar (BUCKLAND, 1991) — economia, educação, saúde, negócios — justamente por ser um dos mais importantes insumos para se atingir e sustentar o desenvolvimento em todas as áreas sociais (SARACEVIC, 2008). Dessa forma, a informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo, de modo coletivo ou particular, para aquilo que está sendo considerado informativo, a depender das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo, a fim de que se perceba efetivamente a movimentação dos atores sociais quanto à criticidade das políticas constituídas, pondera González de Gómez (2002).

Nesse sentido, destaca-se o equilíbrio entre a política e as características da informação, pois sustenta a combinação de diretrizes que orientam a criação, a gestão e o uso de informações. Dunn (1967, p. 8) alerta que a:

[...] Informação é poder, mas tanto a informação quanto o poder são moralmente neutros — cada um tem capacidade de escravizar e libertar, e o importante é quais padrões servem como nosso guia enquanto tentarmos estabelecer o equilíbrio.

Para Duff (2004, p. 7), a tradução da UNESCO para a palavra política é relativamente incontestável, pois trata-se de um “conjunto de princípios e estratégias que orientam um curso de ação para realização de um determinado objetivo que diz respeito ao cidadão, aos governos e aos negócios públicos”.

De acordo com Silva e Kerr Pinheiro (2011), se faz necessário entender o que é informação e de que forma ela se manifesta na referida política para avançar a respeito do pensamento da política da informação. Sendo assim, o caminho traçado neste estudo não está em foco específico a discussão sobre o conceito de informação, mas, sim, o seu enquadramento no contexto de política, mais especificamente na construção de uma política de informação, visto que sua prioridade está na articulação de medidas para que a sociedade se desenvolva de forma justa e democrática (AUN, 2001).

Para Munguambe e Freire (2020), a informação tem o poder de mudar o mundo e a política tem o poder de ordenar o uso da informação na sociedade em que estiver para regular esse mundo em mudança. Nessa lógica, torna-se mais visível a justificção do estudo das políticas de informação na Ciência da Informação, porque o mundo em mudança é constituído por fenômenos, processos, sistemas, redes e artefatos de informação que visam compreender a dinâmica da produção e da transparência das informações — acadêmicas e/ou organizacionais (ARAÚJO, 2009), e que carecem de diretrizes que sinalizem o bem estar social.

Historicamente os estudos acerca de “política de informação” estão atrelados aos governos e aos Estados. Em diferentes contextos, Orna (2008) apresenta a tênue relação dos governos à política da informação. Destaca, por exemplo, a criação dos órgãos formais de informação, no período de guerras, cujos propósitos — mercadológicos e/ou comunicacionais — endossavam as narrativas em favor do Estado.

Para a referida autora, exemplos como o Ministério da Informação, criado em 1917 no Reino Unido, substituído pela *Central Office of Information* (COI) em 1946, e, em paralelo, o *Office of War Information* (OWI), criado em 1942 nos Estados Unidos, e o estabelecimento do Comitê Conjunto sobre política da informação de Guerra reafirmam o papel específico de cobrir as guerras sob o viés estatal numa demonstração de como a ideia de política da informação foi emanada em sua pré-história. Braman (2011) acrescenta que os interesses bélicos impulsionaram o desenvolvimento de dispositivos para tratamento de dados, armazenamento, transmissão e recuperação de informações governamentais.

Em todo o mundo, os governos simularam a noção de desenvolver informações abrangentes de cunho nacional. Embora a política de informação crie as condições necessárias para a tomada de decisão, o discurso público e a atividade política desconsideraram a amplitude estratégica por anos (BRAMAN, 2011).

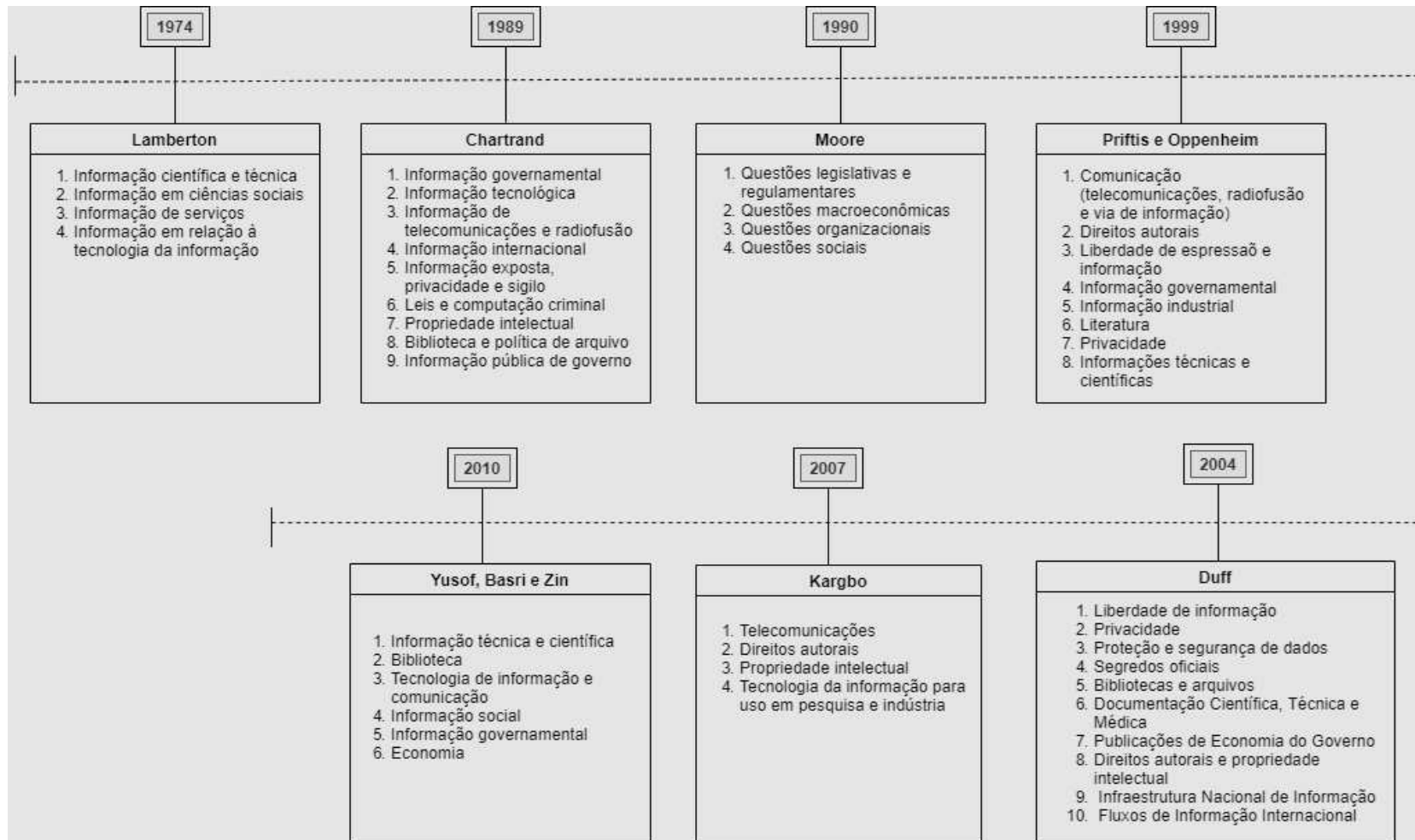
Para Kerr Pinheiro (2010), os estudos das políticas informacionais estão empenhados na compreensão sobre o papel do Estado e suas implicações às demandas informacionais dos atores sociais. O protagonismo do Estado na formulação, execução e avaliação de políticas

informativas reverbera o exercício de poder sobre a sociedade ao ser (o Estado) produtor, acumulador, disseminador e controlador da criação da informação, de seus fluxos e seus usos (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009). Portanto, requer-se desneutralizá-lo como território privilegiado e repensar todas as dimensões que compõem o ciclo de vida da informação no âmbito de políticas públicas, como observa Kerr Pinheiro (2010).

A partir da década de 1970, a ideia contemporânea de política da informação amplia as questões a ela relacionadas com atenção à natureza da informação em si, às relações de poder e aos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que influenciam o desenvolvimento mundial (MUIR; OPPENHEIM, 2017), como demonstra o inventário da política da informação apresentado nesta seção por Yusof, Barsi e Zin (2010).

Dada a abrangência dos estudos, os referidos autores classificaram 91 questões discutidas sob a égide da política de informação e propuseram a categorização das questões tratadas nesse campo por meio de inventários, conforme retrata a Figura 1. Sob nomenclaturas similares, percebe-se que o principal *cluster* na política de informação se manteve comum, com alterações dos problemas relacionados, de modo especial, quando combinados à tecnologia da informação e à comunicação como processador, usuário e emissor da informação.

Figura 1 – Categorização de campos de Política de Informação



Fonte: Yusof, Barsi e Zin (2010).

Silva e Eirão (2019) consideram que a amplitude das questões subjacentes ao desenvolvimento da política da informação conduziu à reconfiguração socioeconômica, cultural e ambiental potencialmente remodelada pelos aspectos tecnológicos de informação e comunicação (ARAÚJO, 2010). Tais alterações afetaram todas as esferas da vida social (SILVA; TOMAÉL, 2012), do setor público governamental, dos setores privados, organizacionais, pessoais ou coletivos (SILVA; KEER PINHEIRO, 2011) e, cada dia mais, moldam o mundo.

Nesse sentido, González de Gómez (2003) situa as políticas informacionais como diretrizes que norteiam as narrativas sociais, uma vez que afetam o tratamento da informação, da comunicação e da cultura, especialmente se observadas pelas abordagens dos estudos descritivos da política da informação (ROWLANDS; EISENSCHITZ; BAWDEN, 2002) e, por isso, se revelam fundamentais à pauta da sociedade da informação.

Braman (2011) partilha que a política da informação pode ser compreendida como um conjunto de leis, regulamentos, doutrinas e procedimentos que orientam as decisões e a gestão do ciclo informacional sob os critérios de validade, abrangência, solidez, operacionalização e acessibilidade frente às diferentes narrativas da cultura popular. Isso porque as questões de liberdade da informação estão no cerne da política da informação, como acrescenta Duff (2004).

Por consequência, o tema atraiu a atenção de membros da comunidade acadêmica, comunidade civil organizada, legisladores e analistas políticos, imbuídos em explorar sua definição, escopo e relevância. Para Rowlands (1996) e González de Gómez (2003), a motivação pelo tema acompanha a convergência dos meios de comunicação e tecnologias associados ao potencial de contribuir positivamente para o bem-estar econômico e social.

Na área acadêmica, Duff (2004) destaca a crescente valorização da importância da política da informação para fins normativos da Sociedade da Informação, ainda que esteja imbricada em um difuso territorialismo disciplinar e, conseqüentemente, em um subdesenvolvimento conceitual. De modo especial, no campo da Ciência da Informação, os estudos de Rowlands (1996), Duff (2004), Muir e Oppenheim (2017) são contribuições seminais no empreendimento de demarcar, com maior precisão, a especialidade acadêmica da política da informação.

De acordo com González de Gómez (2002), a política de informação compõe o regime informacional.

[...] um regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de

informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 43).

Estudiosos como Frohmann (1995) e Braman (2004) compartilham de entendimentos semelhantes quanto aos aspectos conceituais de regime de informação uma vez que consideram as redes sociocomunicacionais como produtores de informações a serem geridas, organizadas, transferidas e comunicadas por diferentes canais para destinatários específicos ou amplos.

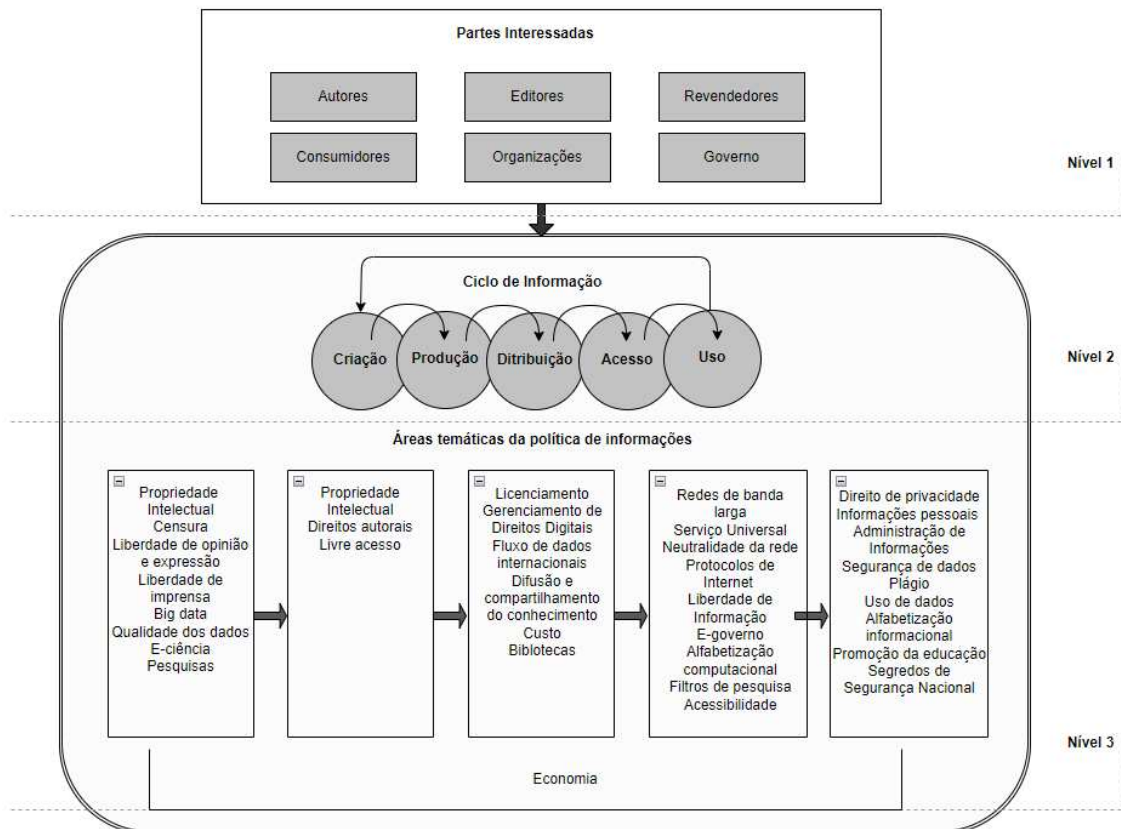
Para Frohmann (1995) o conceito de regime de informação se molda em qualquer sistema ou rede que permite o fluxo de informação, através de estruturas específicas, de canais e produtores a consumidores, e este conceito passa a ser entendido como um elemento passível de ser utilizado como ponto de partida para a elaboração de políticas nacionais de informação.

Na visão de Magnani e Kerr Pinheiro (2011), o regime de informação que vêm sendo discutido na Ciência da Informação e refere-se a forma de se obter uma paisagem do campo de ação da política de informação relacionando atores, tecnologias, representações, normas, e padrões regulatórios que configuram políticas implícitas ou explícitas de informação.

Assim, a orientação estratégica desta pesquisa discute a indicação das políticas informacionais discutidas por autores como Rowlands (1996), Duff (2004), Orna (2008), Yusof, Barsi e Zin (2010), Braman (2011), Muir e Oppenheim (2017), bem como pela ótica de pesquisadores brasileiros, a exemplo de Silva e Kerr Pinheiro (2011), Silva e Tomaél (2012), Silva e Eirão (2019), entre outros.

De maneira complementar, Pasek (2015) apresenta um quadro conceitual da política da informação em três níveis de atuação com diferentes atores, demandas e práticas (Figura 2).

Figura 2 – Conteúdos de Política de Informação



Fonte: Pasek (2015, p. 5).

No primeiro nível estão os participantes na política (autores, editores, vendedores, consumidores, organizadores, órgãos de governo). Silva e Santos (2017) corroboram, mencionando que os processos de diálogo possuem uma forte centralidade dos Estados, mas podem se constituir em diferentes níveis, promovendo encontros entre: a) ministros de governos dos países; b) agências ou instituições públicas dos países; e c) especialistas/técnicos e representantes governamentais dos países.

O segundo nível engloba o ciclo de avaliação compreendido pelas ações de criar, produzir, distribuir, acessar e usar a informação, etapa que demanda o envolvimento dos diversos atores do Estado e da sociedade, lembra Kerr Pinheiro (2010).

Em tempos de conhecimento interativo, cabe realçar a presença da Internet e como essa dinamiza o ciclo de avaliação. Para Barreto (2002), as novas tecnologias de informação e comunicação modificaram aspectos fundamentais, tanto da condição da informação quanto da condição da comunicação; elas modificaram radicalmente a qualificação de tempo e espaço entre as relações do emissor, os estoques e os receptores da informação.

Assim, à medida que as informações governamentais, públicas e educacionais se moveram para o on-line, intensificou-se entre outros aspectos a necessidade de políticas

relativas a protocolos de Internet, privatização e distribuição da informação governamental, liberdade de acesso à informação, proteção da privacidade individual e também direitos de propriedade intelectual (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009), além de questões desde a alfabetização e habilidades computacionais dos usuários à equidade de acesso à informação (PASEK, 2015).

No entanto, Freire (2013) alerta que independentemente da forma de proporcionar acesso a redes de informação global, como no caso da Internet, deve-se privilegiar a estrutura informacional do local, visando à inserção no global de modo integrado às referências organizacionais e culturais existentes.

Já no terceiro ciclo, Pasek (2015) elenca diversas áreas temáticas abarcadas pelo guarda-chuva da política da informação, similar ao inventário proposto por Yusof, Barsi e Zin (2010). As questões econômicas estão na base das tratativas do último ciclo. Na tentativa de encontrar o equilíbrio entre as muitas partes interessadas e em resposta aos avanços tecnológicos e às mudanças nas práticas operacionais, Pasek (2015) defende a ideia de o desenvolvimento da política de informação ter fluxo constante, uma vez que a relação estrutural da informação com a tecnologia e a economia norteia a concepção das políticas informacionais (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009) e sua influência sobre os diferentes grupos da sociedade (KERR PINHEIRO, 2010). As políticas de informação têm o potencial de apontar caminhos que coloquem a informação a serviço das transformações ocorridas na sociedade (MARQUES; KERR PINHEIRO, 2010).

Independentemente das classificações sobre as pautas na política da informação, Duff (2004) defende que a informação deve ser tratada como bem público indissociável à ética, como expõe em seus estudos prescritivos sobre a sociedade da informação. Até porque as aceleradas mudanças nas tecnologias de informação e comunicação (TICs) ampliaram as oportunidades de pesquisa, trazendo para a pauta da política de informação temas como direitos autorais, acesso aberto, privacidade, propriedade intelectual, governança e e-governo, conectividades, entre outros assuntos (SILVA; KERR PINHEIRO, 2011; SILVA; EIRÃO, 2019).

A análise da política de informação deve incluir não apenas as decisões formais, decisões envolvendo processos e entidades do governo, mas também as decisões formais e informais dos processos de decisão dos setores públicos e privados e os hábitos culturais e as predisposições governamentais que sustentam a possibilidade tanto de governança e de governo, uma vez que seu desenvolvimento, direta e indiretamente, tornou-se a base da democracia da informação (BRAMAN, 2011).

Ao combinar os conceitos interdisciplinares ao domínio da Ciência da Informação,

Pasek (2015) apresenta uma definição para política de informação, reportando-a como resultado de um processo de desenvolvimento de regras, regulamentos e diretrizes que afetam o ciclo de informação, abrangendo questões relacionadas com a criação, produção, distribuição, acesso e utilização da informação, bem aproximado do entendimento de Braman (2011).

A política de informação fornece amplitude para leis, regulamentos e doutrinas que tratam a informação, a comunicação e a cultura. Portanto, considera que os efeitos constitutivos da política de informação, que envolvem a criação de informações, processamento, fluxos, acesso e uso, devem ser avaliados pelos critérios de validade, abrangência, solidez, metodologia e tradução (BRAMAN, 2011).

Dito isso, vale reforçar, que política de informação e política pública possuem compreensões distintas, embora possam estar inter-relacionados em algumas situações. Agum, Riscado e Menezes (2015) antecipam que não existe apenas uma definição para a interpretação do conceito de políticas públicas ressignificado ao longo dos anos.

Definida por Bucci (2006, p. 11) como “programa ou ação governamental, visando realizar objetivos determinados”, a política pública também pode ser compreendida como um conjunto heterogêneo de medidas constituídas sob o ordenamento jurídico e em torno do qual são estruturadas, envolvendo juridicamente a “elaboração de leis programáticas, portanto de orçamentos, de despesas e receitas públicas” (PAULINO; BEDIN; PAULINO, 2009, p. 30).

A definição instituída por Thomas Dye (1984) é citada como aceitável quanto ao que seria uma política pública, “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Complementada por Laswell (1958), as decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Pode-se, então, resumir que:

[...] a política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

Desse modo, a política pública pode ser considerada como um conjunto de ações, diretrizes e medidas adotadas por governos ou organizações públicas para atender às necessidades e demandas da sociedade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, promover o bem-estar social e garantir o acesso a serviços essenciais.

Já a política de informação refere-se às estratégias e diretrizes adotadas por organizações, governos ou instituições para gerenciar, proteger e compartilhar informações. A

política de informação visa garantir que as informações sejam coletadas, armazenadas, processadas, compartilhadas e utilizadas de forma segura, ética e eficiente, de modo a atender às necessidades e demandas das organizações e da sociedade em geral.

Embora as políticas de informação possam estar presentes em políticas públicas, nem toda política pública envolve necessariamente uma política de informação como subsídio. Por exemplo, uma política de informação pode estar presente no contexto educacional superior, mas não necessariamente estar vinculada a uma política pública específica, como o caso da Rede de Universidades do BRICS.

Assim, consensualmente, a política de informação é tratada como uma combinação de leis, regras e diretrizes que determina ou controla os resultados, a gestão e o uso da informação — projetando o papel da informação em uma comunidade. Sendo também por esse motivo, entendida, por Kerr Pinheiro (2015), como parte do regime de informação. Ressalta-se, por agnição, que nesse entendimento se baseou este estudo.

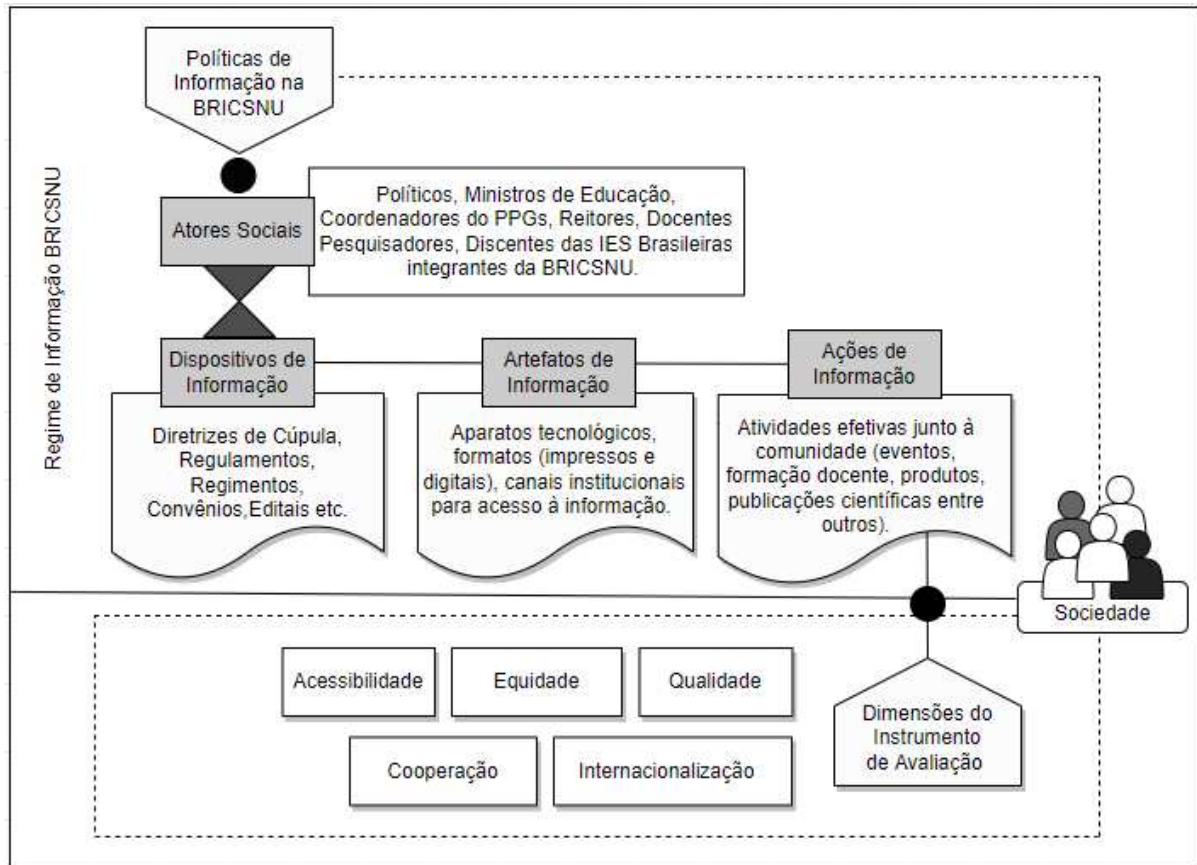
A noção de regime de informação “parece uma ferramenta interessante para situar e analisar as relações de pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação” (SERAFIM; FREIRE 2013, p. 45) já experimentado em outros contextos, como descrevem os exemplos a seguir.

O estudo de Bezerra *et al.* (2016), traz aplicações do constructo de regime de informação em espaços de informação distintos, como na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) por Delaia e Freire (2010), em um Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTi) da Universidade Federal da Paraíba desenvolvido por Freire (2013) e em um Arranjo Produtivo Local (APL) de eletrônica localizado em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais (CARVALHO; KERR PINHEIRO, 2010). Na educação superior, consta o material de Serafim e Freire (2013). Segundo os autores, a aplicação pragmática dos elementos (atores, ações e artefatos) podem ser pertinentes para a compreensão de política de informação na contemporaneidade (BEZERRA *et al.*, 2016), dada a trajetória recente desse conceito no contexto da Ciência da Informação.

Neste estudo, recorreu-se à óptica dos apontamentos de González de Gómez (2012) sobre o regime de informação, no que se refere aos seus elementos constituintes a saber: atores sociais, dispositivos de informação, artefatos de informação e ações de informação. A compreensibilidade do regime de informação se pauta pelo conjunto (mais ou menos estável) de redes (relações) formais e informais nas quais as informações são produzidas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, por meio de diversos meios, canais e veículos, a diferentes destinatários ou receptores de informação, generalistas ou especialistas (FROHMANN, 1995).

A Figura 3 demonstra em conjunto as relações entre os elementos informacionais para que fosse possível a visão global do regime de informação na Rede de Universidade BRICS, bem como as dimensões consideradas para a proposta do instrumento para avaliação das políticas e informação na BRICS NU.

Figura 3 – Regime de Informação na BRICS NU



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para os atores sociais, reputados no cenário da BRICS NU, como os políticos, profissionais da educação — docentes, pesquisadores, discentes, reitores, planejadores — diante da variedade das funções desempenhadas por uma comunidade acadêmica, sendo estes ora produtores, ora participantes dos processos políticos de informação da contextura local, isto é, implementadores (CAO *et al.*, 2010), portanto, cabe aos atores a tarefa de entender as necessidades, interesses, busca e uso da informação dos diferentes usuários, bem como os aparatos para tais tarefas.

Na visão da González de Gómez (2012), compete ao dispositivo de informação entendidos neste contexto, os mecanismos operacionais ou conjunto de meios compostos de regras para formação e transformação das políticas informacionais. O modo de articular e

relacionar os dispositivos já formalizados, são imprescindíveis às ações de informação.

Ressalta-se que ao dispositivo, acomodam-se diferentes formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio coletivo, e em consequência, com respeito ao alcance, às prioridades e às metas das ações de informação. Cao *et al.* (2010) atentam que esta tarefa envolve diversos elementos, como cultura, legislação, tecnologia, moral, sendo para González de Gómez (2012) um plexo de relações expostas às possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem.

As políticas de informação atuam como “ação dirigida a consolidar a autonomia informacional dos sujeitos coletivos, em espaços que priorizam, justificam, geram valor para a informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71) expressas por artefatos de informação. Identifica-se uma hibridização das fontes tradicionais e digitais de informação: *sites*, *Blogs*, apostilas, fotos, vídeos, itens inventariados, que anunciam novas possibilidades para acesso à informação pela comunidade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

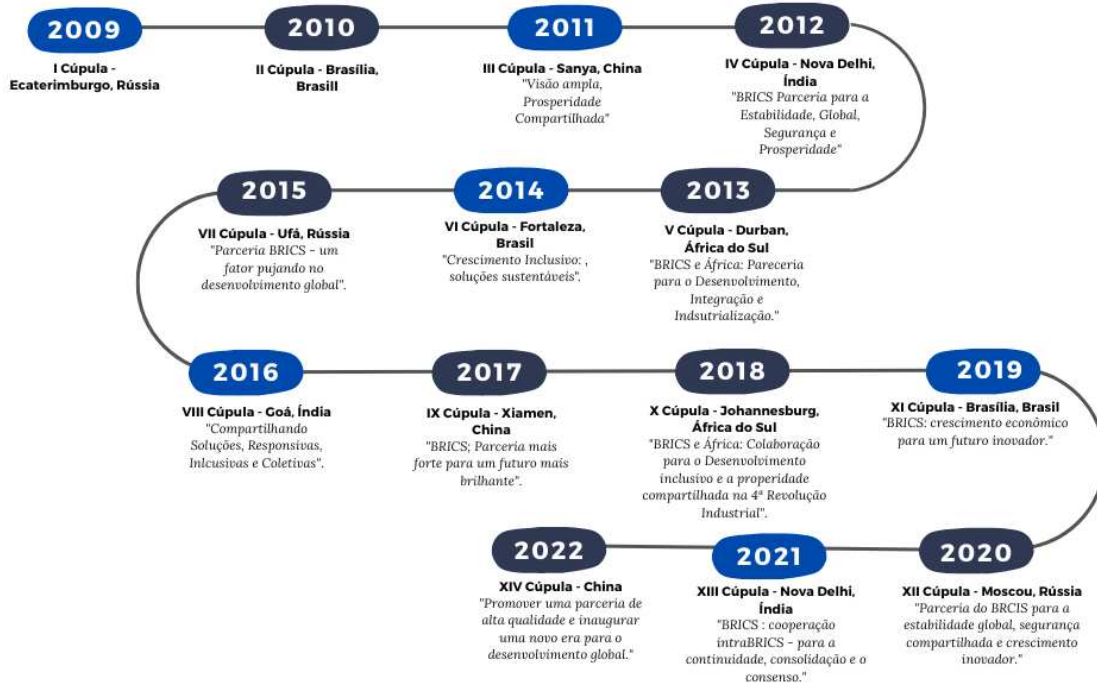
Dar publicidade à política de informação, fazendo-a conhecida, tanto a ser cumprida, como a ser criticada, é uma ação vital na visão de Senra (2002, p. 83): “deverá ser tornada pública pelos documentos específicos, com formato e conteúdo ajustados aos diferentes públicos”. Particularmente, àqueles oriundos da Rede de Universidades do BRICS, dada a necessidade de aproximar as iniciativas e contribuições para a educação superior no Brasil, bem como dos demais países-membros do BRICS.

2.2 REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS COMO UMA ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Notadamente, o conhecimento é essencial para o desenvolvimento das sociedades capitalistas. De acordo com Stallivieri (2007), uma forte economia estruturada no conhecimento não se restringe apenas no acesso à informação, mas, também, no alcance com que elas processam a informação e fazem com que os países se reestruturem e sejam protagonistas do mercado global. Afinal, “o poder da informação tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo.” (ARAÚJO, 1991, p. 37).

Nessa perspectiva, Santana e Carvalho (2017) revelam que o anseio por mudanças na estrutura do sistema internacional ficou evidente ao longo dos anos nas reuniões de Cúpula do BRICS.

Figura 4 – Linha do tempo das Reuniões de Cúpula do BRICS



Fonte: Adaptado de Brics Policy Center (2018).

Por meio da Figura 4, pode-se perceber que, até 2022, foram realizados 14 encontros entre as lideranças de governos dos países-membros do BRICS. Se o desejo pela paz, segurança, desenvolvimento e cooperação uniu os países no primeiro encontro em 2009, teoricamente, após esses encontros, o BRICS é uma realidade que tem sólidas pretensões políticas e econômicas em nível global e está empenhado a desenvolver uma agenda autônoma em relação aos países centrais (SANTANA; CARVALHO, 2017).

Os dados para a organização em linha do tempo sobre as reuniões de Cúpula do BRICS (Figura 4), foi selecionado no site oficial da BRICS Policy Center – Centro e Estudos e Pesquisas BRICS. Trata-se de *think tank*, vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), que, de modo independente, não partidário e sem fins lucrativos, como se declaram, tem por objetivo contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento nos países do Sul global, por meio da produção de conhecimento crítico como subsídio ao debate público.

De acordo com os dados da pesquisa, a Rússia sediou as reuniões de Cúpulas nos anos 2009, 2015 e 2020, sendo que, neste último ano, a reunião ocorreu remotamente devido à pandemia de Covid-19. O Brasil presidiu as seções dos anos de 2010, 2014 e 2019. A China, nos anos 2012 e 2017, a Índia em 2011, 2016 e 2021 e, por fim, a África do Sul, em 2013, 2016 e 2018.

Em 2020, em razão da pandemia da Covid-19, a XII reunião da Cúpula do BRICS foi realizada em novembro por meio de videoconferência síncrona. O tema de maior relevância nessa edição, e não poderia ser diferente, referiu-se aos desdobramentos da pandemia nos diferentes setores.

Sob responsabilidade do governo da Índia, a XIII reunião da Cúpula do BRICS, realizada em 2021, seguiu a pauta principal de saúde pública mundial em estado de pandemia. Diante de um cenário de vacinação em andamento, bem como novas variantes do vírus, as questões como educação foram temas subjacentes à demanda emergencial.

Em 2022, o encontro aconteceu em Pequim, na China com considerações pós-pandemia. Segundo as autoridades dos países-membros do BRICS, apesar da pandemia de Covid-19 e de outros desafios, os países do BRICS continuaram conjuntamente a aprofundar a cooperação nas áreas de economia, paz e segurança, intercâmbios interpessoais, saúde pública, educação e desenvolvimento sustentável, por meio da realização de reuniões e atividades.

Ainda que o BRICS desperte questionamentos sobre o alcance dos seus propósitos na arena global, os autores concordam que a educação — o empreendimento científico e tecnológico — pode ser a ponte de integração dos anseios dos países-membros (KHOMYAKOV; DWYER; WELLER, 2020; KOVALEV; SHCHERBAKOVA, 2019; LI, 2018). Para Khomyakov (2018), a educação é o pilar mais consistente da agenda bilateral e multilateral cuja tangibilidade se percebe por meio das ações provenientes das reuniões de Cúpula do BRICS bem como das reuniões dos Ministros de Educação dos países-membros do agrupamento.

Nesse contexto, com a responsabilidade de repensar os sistemas econômicos, sociais e políticos para um mundo que carece de uma narrativa coerente e positiva diante de tantas descobertas advindas pela fusão das novas tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos (SCHWAB, 2016), a educação superior é apontada como primordial para o desempenho global das nações (UNESCO, 2014).

Segundo Li (2018), a cooperação em educação superior desempenha uma função especial na colaboração mútua dos cinco países que, ao compartilharem conhecimentos, expertises técnicas e recursos, constroem sinergias capazes de gerar ganhos mútuos para o desenvolvimento econômico e social inclusivo. Silva e Santos (2017) destacam ainda o intercâmbio cultural e o intercâmbio de informações para fortalecimento e projeção da posição emergente dos países do BRICS. Dentre tantos desafios para o alcance do desenvolvimento dos países do BRICS, ressalta-se neste estudo a iniciativa para estabelecimento da Rede de Universidades do BRICS.

2.2.1 Rede de Universidades do BRICS (BRICS NU)

Esta seção tem por objetivo apresentar a Rede de Universidades do BRICS, bem como sua dinâmica enquanto política de informação que cria, gera e utiliza as informações intragrupo para desenvolvimento da educação superior nos países-membros.

De acordo com Barov e Mussaui-Ulianishcheva (2018), as redes universitárias são um fenômeno novo e bastante heterogêneo ao contexto atual, cuja proposta de educação se difere por várias interpretações. Para esses autores, uma “rede universitária” pode ser determinada como:

[...] um consórcio de instituições de ensino, cuja criação tem lugar no âmbito internacional (a decisão é tomada por governos de dois ou mais Estados através da assinatura de acordos interestatais, multilaterais e bilaterais) ou a nível institucional (a decisão é tomada pela administração das universidades em conformidade com a atual legislação nacional do país de acolhimento, a que os participantes aderem no curso de educação, administrativa e qualquer outra atividade através da assinatura de um acordo de consórcio). (BAROV, MUSSAUI-ULIANISHCHEVA, 2018, p. 12).

Barov e Mussaui-Ulianishcheva (2018) defendem que a universidade em rede é uma plataforma para o estabelecimento de contatos bilaterais e multilaterais entre as universidades dos países-membros. Trata-se de um mecanismo importante para promover a cooperação no domínio da educação e dos intercâmbios humanitários entre as nações BRICS, bem como um centro internacional de investigação científica que trabalha no desenvolvimento de políticas educativas.

Dessa maneira, acredita-se que a criação e o desenvolvimento de redes universitárias proporcionam uma oportunidade real para melhorar a qualidade da educação e, a partir daí, formar profissionais qualificados que estejam prontos para trabalhar no contexto de integração internacional, implementando projetos conjuntos inovadores e de investimento de alta prioridade em promissoras áreas de desenvolvimento de uniões e associações econômicas que reúnem países com as devidas considerações das possibilidades de expansão (BAROV; MUSSAUI-ULIANISHCHEVA, 2018).

Com propósitos semelhantes, foi criada em Moscou, em 18 de novembro de 2015, pelos Ministros de Educação dos cinco países-membros do BRICS, a *BRICS University Network* ou a Rede de Universidades do BRICS, definida em Memorando de Estabelecimento da Rede como:

[...] um projeto educacional que visa desenvolver, preferencialmente, capacitação conjunta a curto prazo bilateral/multilateral, programas de mestrado e doutorados, juntamente com projetos de pesquisa conjuntos em vários campos do conhecimento seguindo padrões e critérios de qualidade comuns [...]. (BRICS UNIVERSITY NETWORK, 2015).

A Rede de Universidades do BRICS representa um dos projetos mais desenvolvidos, ainda que os objetivos gerais e as tarefas imediatas do BRICS não tenham prioritariamente o foco na educação (STUENKEL, 2017). Por meio do trabalho em rede, criou-se um mecanismo institucional cooperativo para minimizar os impactos das assimetrias existentes entre as instituições acadêmicas e para estabelecer uma relação de cooperação em que todos os parceiros extraíam proveito do compartilhamento de conhecimentos em áreas de interesses estratégicos dos países, sem, no entanto, interferir em sua soberania, na estrutura das instituições ou no funcionamento de seus sistemas (KHOMYAKOV; DWYER; WELLER, 2020).

Nesse sentido, a iniciativa de cooperação multilateral foi implementada com planejamentos de curto prazo (melhorar a colaboração acadêmica entre as universidades dos cinco países por meio de pesquisas conjuntas e mobilidade de estudantes acadêmicos); médio prazo (criar programas conjuntos de pós-graduação, emitindo diplomas válidos entre os cinco países) e longo prazo (melhorar o desenvolvimento científico de acordo com as necessidades dos países não centrais e remodelar o conhecimento mundial), acordados entre as instituições de ensino superior que compõem a Rede de Universidade do BRICS, como ponderam Khomyakov, Dwyer e Weller (2020).

Vocacionada à promoção da educação superior dos países-membros do BRICS, a Rede Universitária estabelece conexões bilaterais e multilaterais entre as universidades, a fim de intensificar a formação de especialistas e os intercâmbios acadêmicos, além de fornecer apoio intelectual para o desenvolvimento das economias inovadoras dos países-membros e a sua cooperação quando se trata de implementar projetos econômicos conjuntos (BAROV; MUSSAUI-ULIANISHCHEVA, 2018).

A estrutura de governança da Rede de Universidades BRICS é composta por três órgãos reguladores: o Comitê de Coordenação Nacional (NCC), o Conselho de Administração Internacional (IGB) e os Grupos Temáticos Internacionais (ITG). Em regulamento próprio, aprovado em 2016 na cidade de Ecaterimburgo (Rússia), as principais funções contemplam a coordenação, a organização e a avaliação do Plano Anual da Rede. As responsabilidades e a composição de cada órgão regulador estão descritas na Figura 5 sobre a Estrutura de Governança da Rede de Universidades do BRICS.

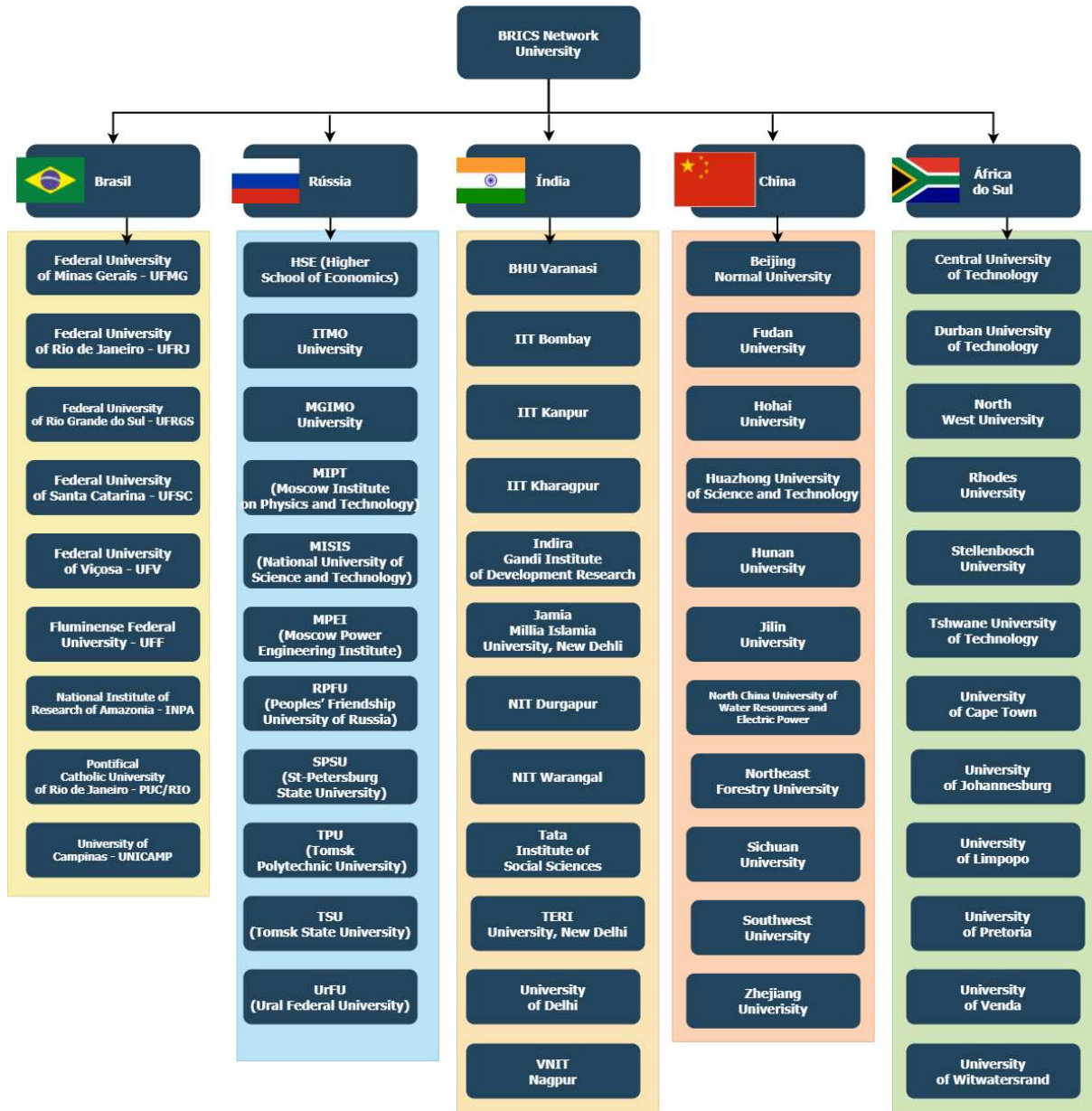
Figura 5 – Estrutura de Governança da Rede de Universidades do BRICS



Fonte: Elaborada pela autora a partir de BRIC RU (2022).

A estrutura de governança da BRICS NU estabeleceu áreas de interesses estratégicos dos países para o desenvolvimento de conhecimento científico sem interferir em sua soberania, conforme apontado anteriormente por Khomyakov, Dwyer e Weller (2020). Priorizou-se aquela que tende à convergência de políticas nas áreas de economia, energia, tecnologia, segurança, recursos hídricos e ciência e tecnologia (UNESCO, 2014). Cada comissão sociopolítica definida pela estrutura de administração da BRICS NU direciona a rede de colaboração educacional composta originalmente por 55 universidades dos cinco países do BRICS, conforme demonstrado na Figura 6.

Figura 6 – Universidades Integrantes da Rede de Universidades do BRICS



Fonte: Elaborada pela autora a partir de BRICS RU (2022).

Segundo Silva e Santos (2017), dentre as principais atividades realizadas pelos grupos de trabalho estariam a oferta de programas de mestrado e doutorado, de cursos modulares e o desenvolvimento e implementação de projetos de pesquisa conjunta e mobilidade acadêmica.

Para alavancar o desenvolvimento em cada Estado e a partir das prioridades percebidas pelo Comitê de Coordenação Nacional da BRICS NU, a definição das temáticas para os grupos de trabalho condiz com os objetivos de cooperação acadêmica, científica e tecnológica conforme descrição exposta no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Grupo de Trabalho

Área	Descrição
Estudos BRICS	Essa problemática inclui o desenvolvimento socioeconômico e sociopolítico dos países do BRICS, as relações transnacionais entre os países do BRICS e as questões globais, a condição humana e as questões de comunicação intercultural nos países do BRICS. Busca desenvolver iniciativas conjuntas em educação e pesquisa por meio da implementação em rede de programas colaborativos de mestrado e doutorado, cursos de curta duração e seminários para estudantes, conferências e publicações conjuntas.
Ciência da Computação e Segurança da Informação	Criação de um sistema de treinamento exclusivo para profissionais de elite do BRICS em Desenvolvimento de Software e Tecnologias da Internet com foco na tradução de métodos avançados para resolver tarefas acadêmicas interdisciplinares não padronizadas e orientadas para a prática usando TICs inovadoras.
Ecologia e Mudanças climáticas	Promover a cooperação entre as universidades parceiras na área de ecologia e mudanças climáticas. Facilita a troca de informações sobre os programas educacionais atuais das universidades e prioridades de pesquisa no campo da ecologia e mudanças climáticas, ajuda a promover programas de graduação e de curta duração entre estudantes dos países do BRICS.
Economia	Fornecer à comunidade internacional novos programas educacionais que serão relevantes para a atual situação econômica e política nos países do BRICS e em todo o mundo, cujos objetivos são: estabelecer vínculos sustentáveis entre as universidades membros do GT; criar estruturas para a mobilidade de alunos e professores e desenvolver programas conjuntos de mestrado e doutorado em economia.
Energia	Coordenar a colaboração dos participantes universitários da Rede BRICS em educação, pesquisa e inovação na área de energia. Suas principais funções são: aprovar os programas e projetos educacionais na área de energia com abordagens comuns para o conteúdo e as estruturas, analisar a mobilidade acadêmica entre os participantes da UN BRICS em um determinado campo; considerar outras questões relativas ao conteúdo e às formas da colaboração educacional, de pesquisa e inovação dos participantes universitários do BRICS NU no campo da energia.
Recursos Hídricos e Tratamento de poluição	Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre os recursos hídricos e os métodos de tratamento da poluição. Em particular, o GT visa: desenvolver programas conjuntos de treinamento educacional e profissional sobre proteção de recursos hídricos e tratamento da poluição adaptados aos países do BRICS; realizar pesquisas sobre a formação dos recursos hídricos e a origem das águas subterrâneas e de superfície nos países do BRICS; desenvolver métodos racionais de tratamento natural e de águas residuais e conservação da água.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Os Grupos de Trabalho convergem às discussões da UNESCO, em Conferência Mundial ao longo da última década. As conferências demandam por um papel mais forte das universidades para ajudar a enfrentar os problemas e desafios internacionais do presente e do

futuro próximo da humanidade, ou seja, a segurança alimentar; as alterações climáticas; a gestão da água; o diálogo intercultural; as energias renováveis; a saúde pública; o desenvolvimento sustentável; a construção da paz; a defesa dos direitos humanos e a defesa dos valores da democracia (RISTOFF, 2016).

Em outras palavras, os grupos de trabalho se configuram como manifestações concretas das práticas sociais, que se operacionalizam pela formação de conjuntos dos elementos em rede — as ações de informação e dos atores sociais —, estabelecendo fluxo, organização, comunicação e transferência de informação pelas instituições integrantes da BRICS NU, disponíveis em website oficial (Figura 7).

Figura 7 – Template oficial - BRICS NU



Fonte: BRIC RU (2022).

2.2.2 As instituições nacionais integrantes da Rede de Universidades do BRICS

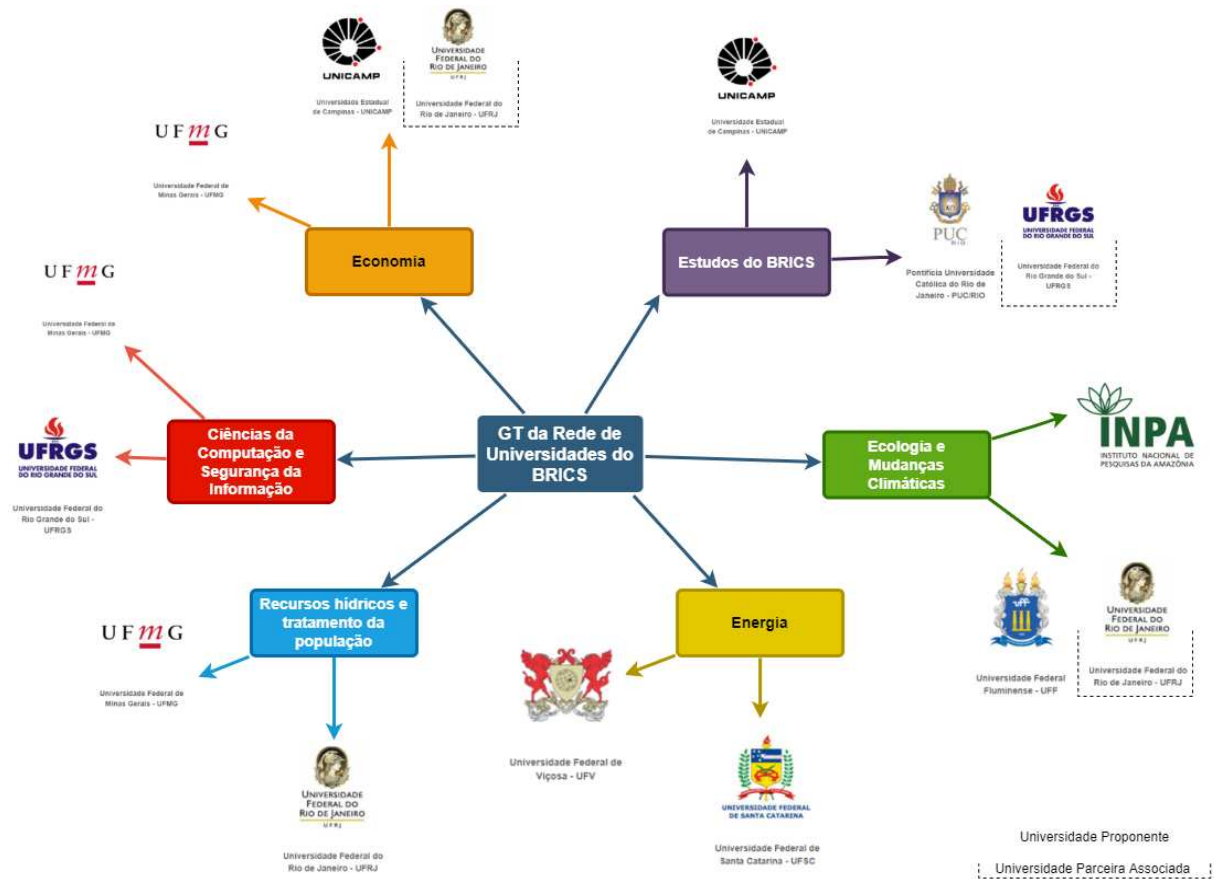
Em consonância com o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento da BRICS NU, o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 906, de 2 de setembro de 2015 (BRASIL, 2015b), instituiu o Comitê Coordenador Nacional da Universidade em Rede do BRICS. Esse comitê foi responsável pelo processo de seleção das propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, por meio de seus Programas de Pós-Graduação (PPGs) de excelência, conforme edital próprio lançado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2015.

De acordo com a Portaria nº 321, de 5 de abril de 2018, do Ministério da Educação, a

Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação tem por atividade essencial assegurar e manter a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no país (BRASIL, 2018c). Entre outros objetivos, a certificação da qualidade da pós-graduação brasileira é, inclusive, uma referência para a distribuição de bolsas e de recursos para o fomento à pesquisa como indica a Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, da CAPES (BRASIL, 2020a).

Considerando o Resultado do Edital nº 03/2015 – BRICS (BRASIL, 2015a), foram selecionados doze (12) PPGs de “excelência” de oito Instituições de Educação Superior da Federação Brasileira, como apresenta-se na Figura 8.

Figura 8 – Instituições de Ensino Superior da Federação Brasileira e GTs da BRICS NU



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Como pode-se observar na Figura 8, das instituições brasileiras selecionadas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) participa em três áreas simultaneamente: Ciências da Computação e Segurança da Informação, Economia e Recursos Hídricos e Tratamentos da População. A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) atua nas áreas de Economia e Estudos do BRICS. Em ambas as participações estão associadas com outras instituições de ensino, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nas demais áreas, as universidades se diferem, sendo que, na área de Energia, atuam a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Em Ecologia e Mudanças Climáticas estão a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Sobre as instituições de ensino superior brasileiras que integram a Rede de Universidades do BRICS, segue uma breve apresentação extraída do site oficial de cada uma das instituições:

a) Universidade Federal de Viçosa (UFV)

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil no estado de Minas Gerais. Ela foi inaugurada como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav), em 28 de agosto de 1926. A Esav foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremg), em 1948, e federalizada como UFV, em 1969. Além do campus localizado na cidade de Viçosa, a Universidade possui, desde 2006, os campi UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba, localizados em Florestal (MG) e em Rio Paranaíba (MG), respectivamente. A UFV oferece ensinos médio e técnico, cursos de graduação e programas de pós-graduação nos seus três campi, nos quais estão matriculados mais de 20 mil estudantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2022).

b) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A UFMG, instituição pública de ensino superior gratuito, foi fundada em 7 de setembro de 1927. A Universidade oferece cursos de educação a distância, que se estruturam nos níveis de graduação, especialização, aperfeiçoamento e atualização. Sua comunidade reúne cerca de 72 mil pessoas nas cidades de Belo Horizonte, Montes Claros, Diamantina e Tiradentes, que se organizam em torno de 91 cursos de graduação, 90 programas de pós-graduação e 860 núcleos de pesquisa. Em 2020, a UFMG alcançou 1.582 registros de patentes, o que lhe rende posição de liderança entre as instituições de ensino superior do país. No mesmo ano, a Scopus registrou mais de 34 mil documentos da UFMG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2022).

c) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

A UNICAMP foi oficialmente fundada em 5 de outubro de 1966. É uma universidade única em termos de proporção de alunos de pós-graduação frente ao quadro geral de cerca de 37.500 alunos, apresentando praticamente a metade de seu quadro discente concentrado na pós-graduação. São 75 Programas de Pós-Graduação (PPGs) que contemplam os cursos de mestrado e de doutorado e 11 cursos de mestrado profissional. Seus programas de pós-graduação primam pela excelência, dado que 45% têm notas 6 e 7 (valor máximo na avaliação dos Programas de Pós-Graduação da CAPES), ou seja, se equiparam ao padrão internacional da pesquisa em nível de pós-graduação. Considerando também os programas com nota 5, atinge-se 70% dos programas com notas entre 5 e 7, muito acima da média nacional (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2022).

d) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o governo federal criou sua primeira universidade: a Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). Cerca de 100 mil pessoas circulam pelo campus da Cidade Universitária, são 172 cursos de graduação presencial e a distância, 200 cursos de especialização (*lato sensu*), 132 programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado), sendo 10% de todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* com padrão internacional. A Universidade tem o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), maior centro de ensino e pesquisa em engenharia da América Latina (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2022).

e) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é constituída, de acordo com seu regimento, dos órgãos da administração superior, do Hospital Universitário, das Unidades Acadêmicas (Institutos, Escolas ou Faculdades), de institutos especializados e de centros de estudos interdisciplinares. A relevância da UFRGS pode ser observada a partir da dimensão de suas atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão) e do número de pessoas que compõe a sua comunidade acadêmica. Atua em todas as áreas do conhecimento, nos níveis de graduação (licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia) e pós-graduação (*stricto e lato sensu*), tanto na modalidade presencial quanto no ensino a distância. Mais de 30 mil estudantes são atendidos e circulam pela Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

DO SUL, 2022).

f) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A UFSC completou 60 anos de fundação no dia 18 de dezembro de 2020. Possui cinco campi: Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville. Os do interior foram instituídos em 2009 com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Ministério da Educação (MEC), em um processo de expansão da Universidade para outras regiões em Santa Catarina, exceto o de Blumenau, que foi criado em 2013. Cerca de 50 mil pessoas circulam diariamente em seus espaços, entre professores, técnicos-administrativos em Educação, alunos de todos os níveis de ensino e comunidade externa. Apresenta em torno de 30 mil matriculados em 120 cursos de graduação (107 presenciais e 13 a distância) e supera 8 mil estudantes nos cursos *stricto sensu* (65 mestrados acadêmicos e 21 profissionais, e 56 doutorados) e 2 mil nos *lato sensu* (sete especializações). Na última avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduações, realizada pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram conceituados com notas 6 e 7 — as mais altas — 17 dos 56 programas avaliados e 62,5% deles obtiveram nota igual ou superior a 5 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2022).

g) Universidade Federal Fluminense (UFF)

A Universidade Federal Fluminense (UFF) é uma instituição pública de ensino superior com sede em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Hoje, a UFF é constituída por 42 Unidades de Ensino com oferta regular de 125 cursos de graduação presenciais e 6 cursos de graduação a distância. Na Pós-Graduação *Stricto sensu* são 85 programas e 126 cursos, sendo 44 de doutorado, 66 de mestrado acadêmico e 16 de mestrados profissionais. A Pós-Graduação *Lato sensu* apresenta 150 cursos de especialização e 45 programas de residência médica (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2022).

h) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Criado em 1952 e implementado em 1954, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), localizado em Manaus, vem realizando estudos científicos do meio físico e das condições de vida da região amazônica para promover o bem-estar humano e o

desenvolvimento socioeconômico regional. O INPA é referência mundial em Biologia Tropical. O Instituto possui as coordenações gerais de Capacitação, Administração, Ações Estratégicas, Extensão e quatro Coordenações de Pesquisas atuando nos seguintes focos: Dinâmica Ambiental; Sociedade, Ambiente e Saúde; Tecnologia e Inovação e Biodiversidade (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA, 2022).

Vale ressaltar que, a época do Edital, outros programas de pós-graduação também tinham avaliação 6 e 7, conforme o relatório quadrienal (2013–2016) da CAPES, no entanto, não foi localizada a relação de instituições inscritas para a seleção. Como já comentado anteriormente, a dispersão dos dados ou a ausência deles na página oficial do Ministério da Educação (entre 2019 e 2022), bem como no site de Relações Exteriores, dificultou o levantamento das informações com agrura.

Ainda que fosse possível outras entrantes ao grupo, um ponto importante a ser observado, refere-se à geolocalização das IES participantes do Edital anteriormente mencionado. Dentre as regiões onde as IES participantes se inserem, as regiões Sudeste e Sul do Brasil apresentam fatores que as destacam, sejam estes pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico e à tradição acadêmica que favorece a qualificação da população em diversas áreas do conhecimento.

De acordo com Gusmão e Ramos (2006), desde os movimentos iniciais sobre os planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico, estes foram centralizados onde o acesso a recursos e financiamentos, incluindo governos estaduais e federais, empresas privadas e organizações internacionais e/ou infraestrutura, foram aos poucos legitimando a região para implementação de programas e ações, levando em conta a heterogeneidade interregional existente, os diferentes agentes envolvidos e os cenários de desenvolvimento relativamente bem desenvolvidos, um conjunto de fatores que podem ter atraído mais investimentos em educação e pesquisa na região.

A ciência, ao se tornar experimental, busca produzir conhecimentos que atendam necessidades de ordem prática, a tal ponto que o sistema de construção dos conhecimentos integra-se agora ao desenvolvimento econômico e social, permitindo afirmar que na sociedade hodierna “...há integração da ciência com o sistema de produção. A industrialização passa pela ciência e a ciência passa pela industrialização” (LE COADIC, 1996, p. 28).

De acordo com o relatório disponível no site oficial da CAPES, com exceção da PUC-RIO, todas as demais IES mantiveram as notas 6 e 7 no quadriênio 2017–2020. Conforme a Portaria nº 69, de 05 de agosto de 2022 da CAPES, que consolida os parâmetros e os procedimentos gerais para Avaliação Quadrienal de Permanência da Pós-graduação *Stricto*

sensu no Brasil, os programas com avaliação 6 e 7, bem como os elegíveis (aqueles com nota 5), respondem aos requisitos com excelência em dois ou três quesitos de avaliação, respectivamente (BRASIL, 2022a). Além disso, os PPGs devem apresentar na etapa seguinte diferenciais no quesito Formação e Impacto somados às atividades de pesquisa e de produção intelectual, bem como às ações de internalização do programa em seus distintos formatos.

O Quadro 2 ratifica as IES mencionadas anteriormente. Trata-se da publicação oficial do Governo Brasileiro sobre os PPGs selecionados, assim como a proposta apresentada pelas instituições brasileiras participantes da rede de cooperação universidade dos países BRICS. Para Ristoff (2016), esses temas não são questões que devam ser tratadas isoladamente, nacionalmente, dentro dos limites de um país, mas em conjunto com outras nações, internacionalmente, em esforços solidários multinacionais que vençam as restrições das linhas de fronteiras.

Quadro 2 – Resultado Edital MEC nº 03/2015 - BRICS

RESULTADO EDITAL MEC Nº 03/2015 - BRICS				
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Luiz Chaimowicz	Ciências da Computação	UFMG	-	Cyber-Physical Systems for a Massively Connected Society.
Luciano Paschoal Gasparly	Computação	UFRGS	-	Joint Graduate Program in Cyber Security: Bridging the Cyber and Physical Worlds Through Smart and Secure Management.
ECOLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Jochen Schongart	Biologia (Ecologia)	INPA	-	INPA's proposal for the BRICS 2015.
Ana Luiza Spadano Albuquerque	Geoquímica	UFF	USP	UFF-USP South American Climate Change: from the past to the future.
ECONOMIA				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Eduardo da Motta e Albuquerque	Economia	UFMG	-	Comparative Development: Emergent Issues in BRICS Countries.
Bruno Martarello de Conti	Ciência Econômica	UNICAMP	UFRJ	BRICS: Economy Challenges for a Horizontal and Sustainable Alliance.
ENERGIA				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Amir Antonio Martins de Oliveira Junior	Engenharia Mecânica	UFSC	USP/ UFRGS	Network University Graduate Program in Energy Engineering.
Delly Oliveira Filho	Engenharia Agrícola	UFV	-	Contribution of the Universidade Federal de Viçosa for the BRICS Network University.
ESTUDOS DOS BRICS				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Thomas Patrick Dwyer	Sociologia	UNICAMP	UFRJ/UFRGS	BRICS Sociology: Development, Inequality and Dialogue.
Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves	Relações Internacionais	PUC/RIO	-	BRICS Policy Center.
RECURSOS HÍDRICOS E TRATAMENTO DA POLUIÇÃO				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Nilo de Oliveira Nascimento	Saneamento, Meio Ambiente e Recursos hídricos	UFMG	-	Water Resources, Sanitation and Environment Management: research, education and innovation in the BRICS economies.
Webe João Mansur	Engenharia Civil	UFRJ	-	Water resources and environmental studies.

Fonte: Brasil (2016a).

2.3 O FLUXO DE INFORMAÇÃO NO CAMPO DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DA BRICS NU

O conceito de regime de informação foi criado para caracterizar o fluxo de informação no campo de atuação das políticas de informação, na percepção de Frohmann (1995). A fim de avançar na compreensão, buscou-se apoio em Davenport (1998), para que fosse possível elencar as funções que as políticas de informação desempenham, e sua relação com a produção, fluxo e sistema organizacional.

Na BRICS NU compartilhar a informação é uma premissa básica da cooperação, todas as informações serão priorizadas, programadas e fornecidas de acordo com negociações feitas entre os grupos de interesse. Para Davenport (1998) não pode haver sinergia entre unidades sem troca de informações, e a informação pode ser vista como a ‘cola’ do federalismo na rede interuniversidades. Mais do que isso, o nível de compartilhamento de informação é o que determina a integração operacional entre os países-membros, e conseqüentemente, às IES em rede de cooperação, sem desconsiderar as orientações mercadológicas que podem influenciar a distribuição da informação.

Por fim, a utilização perfaz o caminho da responsabilidade social da CI. O uso das informações está intrinsecamente ligado à capacidade de aplicar, de forma estratégica, a contar das ações de informação, tanto para municiar o próprio grupo quanto à sociedade e governos. Senra (2002) complementa que, definida e negociada ou negociada e definida a política, resultado da vontade de sujeitos coletivos, há de se fazer sua gestão, para o quê, ainda que seja possível e desejável contar-se com uma racionalidade instrumental, não será suficiente, cabendo pautar-se nos valores e nas metas da própria política.

Desse modo, deve-se considerar o que Davenport (1998) apresenta como processo de gerenciamento da informação, resumido na Figura 9.

Figura 9 – Processo de gerenciamento da informação



Fonte: Davenport (1998, p. 175).

A este processo, se acomoda a BRICS NU desde uma perspectiva global até a individualizada por país-membro. Ou seja, refere-se ao domínio do todo (Governos BRICS,

Instituições, Mercado e Sociedade) ou facetada (Governo Específico, Instituição Específica ou por Bloco do país-membro, Mercado e Sociedade, também singulares).

Davenport (1998) apresenta que a determinação das exigências consiste em definir quais tipos de informações são necessárias, por isso, a importância de entender bem o assunto sob várias perspectivas — política, social, cultural, estratégica — bem como, discernir e avaliar as informações formais e informais e que são relevantes aos propósitos da Rede.

Ainda que não seja explícito, efetivamente os países-membros centralizam o controle da informação, prejudicando o acesso às informações e envolvimento de mais atores na tomada de decisão. Thiengo e Bianchetti (2019) criticam fortemente a postura da Rússia e da China no contexto feudal da informação. Afirmam que esses países dificultam a noção de rede por priorizarem interesses próprios em detrimento aos cinco países associados.

Para Davenport (1998) é uma questão de escolha, baseada em numerosos fatores idiossincráticos, cabendo aos países-membros se localizarem diante da essência da política da informação — formada por quem faz as escolhas e pelas consequências que essas escolhas determinam — recuperando as forças internas de cada unidade na adoção de modelos viáveis para governar a informação. Nesse contexto, o valor das informações, precisa estar explícito e traduzido em fatores, como relevância, utilidade, clareza, objetividade e contextualização, pondera Sordi (2008).

A obtenção de informação, consiste em várias atividades — exploração do ambiente informacional; classificação da informação em uma estrutura pertinente; formatação e estruturação das informações, esclarece Davenport (1998), ainda acrescenta que o melhor ambiente de exploração, é aquele no qual todos executam a coleta de dados e depois compartilham as informações obtidas. De modo aplicado, às IES brasileiras integrantes da BRICS NU, poderiam em conjunto, estabelecer mecanismos de captura da informação, classificação, formatação da informação, a fim de fortalecer a cultura informacional intrauniversidades para que consigam, diante dos desafios brasileiros, se estabelecerem de modo prático e legítimo no grupo.

Portanto, há a necessidade de estabelecer sua governabilidade e os fluxos informacionais, afinal cada núcleo da BRICS NU precisa aprender a assumir a responsabilidade pelas informações de que necessitam e por aquelas que devem fornecer.

Diante dos modelos de governabilidade da informação: federalismo, feudalismo, monarquia e anarquia propostos por Davenport (1998), apropriado à evolução do controle local em contraposição ao controle centralizado do ambiente informacional, assemelha-se à BRICS NU, o federalismo.

[...] “Envolve uma democracia representativa, um governo central fraco e um alto nível de autonomia local. Em relação à informação, esse modelo enfatiza que apenas poucos elementos precisam ser definidos e administrados centralmente, enquanto o restante pode ser administrado pelas unidades locais. O federalismo exige uma negociação racional entre os grupos centrais e os dispersos, e é o modelo que mais explicitamente reconhece a importância da política. O federalismo trata a política — incluindo a informacional — como atividade legítima e necessária, pela qual pessoas com diferentes interesses buscam definições coletivas de objetivos e meios para alcançá-los. (DAVENPORT, 1998, p. 92).

Frohmann (1995) complementa que a política de informação está ligada ao processo e fluxo informacional em que uma organização está inserida, refere-se a um processo sequencial, no qual a informação circula entre diferentes atores, organizações e finalidades (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Assim sendo, os fluxos informacionais, como parte da política de informação, estão relacionados ao processo de comunicação da informação.

Figura 10 – Fluxo de informacional da BRICS NU



Fonte: Adaptado de Davenport (1998).

Sob essa lógica, o fluxo de informação da BRICS NU, aponta em última etapa, a comunicação, conforme demonstrado na Figura 10. Sobre a comunicação, Capurro (2003) a compreende em três momentos: oferta de sentido, seleção e compreensão. Para Mazini e Lara (2010) uma das missões da CI é aproximar o conhecimento da realidade dos indivíduos com a finalidade de melhorar a oferta à sociedade e promover a subsequente apropriação da informação. Para que haja o entendimento comunicativo, faz-se necessário pensar um processo, formato e meios adequados que sejam capazes de socializar a informação mesmo na eventualidade da racionalidade limitada. Ou seja, é preciso admitir que nem sempre a instância de produção conseguirá atentar-se a todos os raciocínios e estratégias adotadas pelos usuários da informação (MAZINI; LARA, 2010).

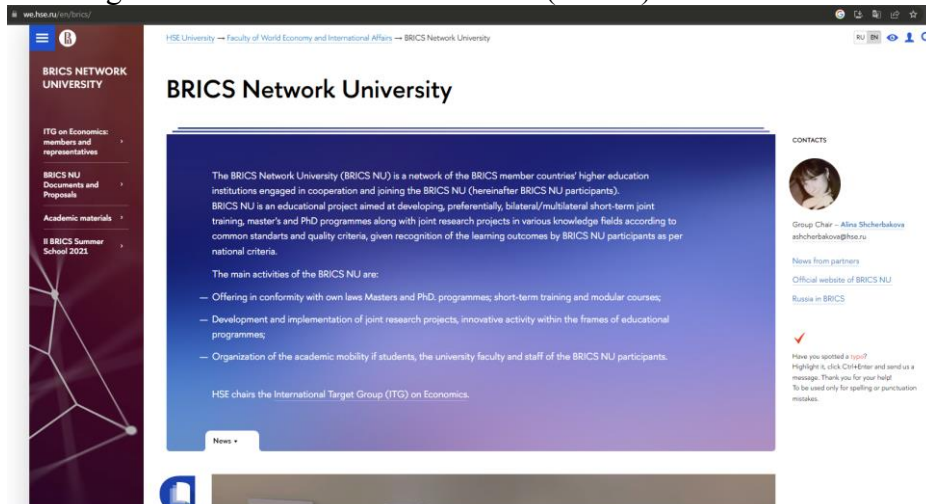
Nesse processo, a tecnologia favorece, pela rapidez na geração, facilidade de acesso e possibilidade de circulação da informação. Por outro lado, há o prejuízo da quantidade vinculada às finalidades de uso. Neste caso, cabe às IES fornecer as informações fundamentadas em um conjunto de indicadores de desempenho, promover ações ou serviços de informação de modo a socializar os resultados da cooperação aos atores envolvidos, modo inteligível, também

ao público não especializado.

As iniciativas também são constituídas de modo específico em cada Grupo de Trabalho (Quadro 1). De acordo com Senra (2002), cada Estado (ou de modo centralizado em cada IES) deverá revelar o trabalho realizado — sucesso e/ou fracasso —, abrindo-se o processo ao controle social, por meio de relatórios analíticos e explicativos, detalhados e resumidos, impressos e eletrônicos. Além disso, oferecer mecanismos de esclarecimento e de acompanhamento, bem como, mecanismos de captação e de avaliação das críticas e das sugestões de mudança.

As *webs* constituem-se um complemento aos artefatos informacionais tradicionais, pois apresentam texturas e pontos de vista — pessoais e/ou coletivo — sobre os temas daquele GT, que são trabalhados diante da realidade de cada país-membro. Neste sentido, tanto a Web da Universidade HE (Rússia) (Figura 11), quanto o BRICS Policy Center, regido pela PUC RIO-BR (Figura 12), visam cumprir o que se espera deste artefato tecnológico, o modo de armazenamento, processamento e de transmissão de dados, mensagem e informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

Figura 11 – Webs Universidade HE (Rússia) – GT Economia



Fonte: HSE (2023).

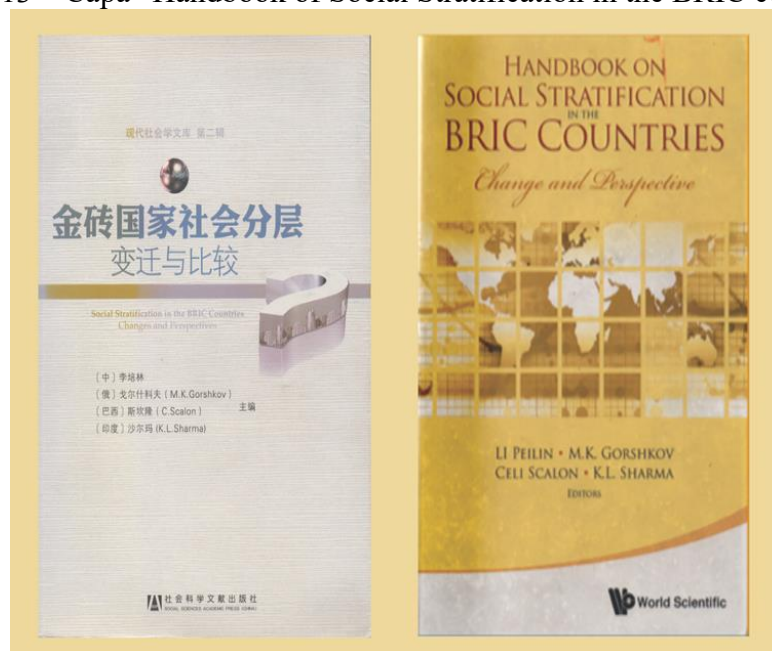
Figura 12 – Webs BRICS Policy Center – GT Estudos BRICS



Fonte: Brics Policy Center (2023).

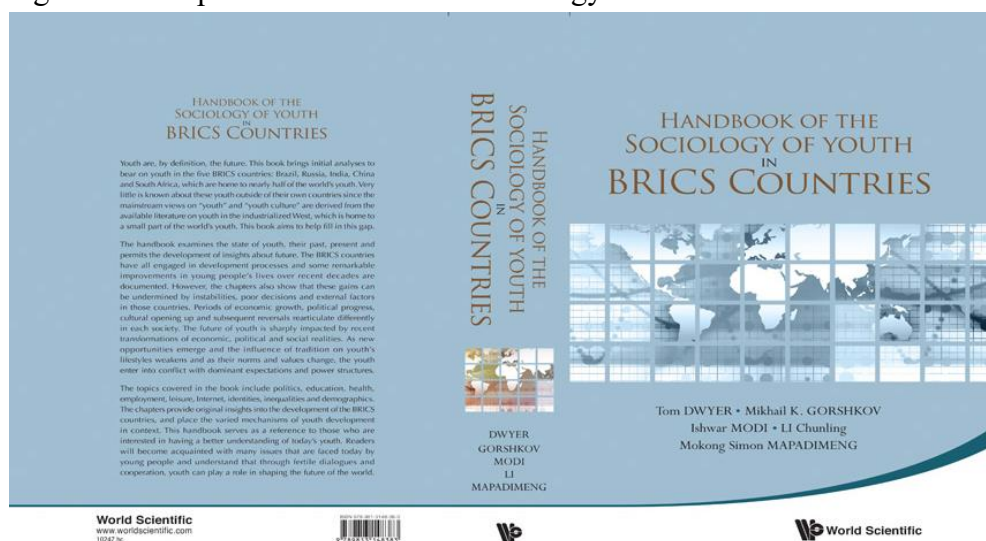
As ações de informação variam em diferentes formatos, seja pelo cumprimento da demanda do projeto ou pela possibilidade de estar junto à comunidade, como as amostras estampadas nas Figuras 13 e 14. De acordo com González de Gómez (2012), as ações de informação podem ser de mediação (quando fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação); formativa (quando orientada à informação não como meio, mas como sua finalização) e relacional (quando tem finalidade por intervir numa outra ação de informação, de modo que — ainda quando de autonomia relativa — dela obtém-se a direção e fins). Verifica-se, portanto, ações de informação formativas e relacionais na esfera da BRICS NU.

Figura 13 – Capa “Handbook of Social Stratification in the BRIC countries”



Fonte: Dwyer (2019).

Figura 14 – Capa “Handbook of the Sociology of Youth in BRICS countries”



Fonte: Dwyer (2019).

Figura 15 – Clipping evento – Ações de Informação

The image is a screenshot of a news clipping from the Unicamp website. At the top, there are navigation links: 'A UNIVERSIDADE', 'ENSINO', 'PESQUISA', and 'EXT'. The main title of the clipping is 'Unicamp sedia atividades do BRICS NU'. Below the title, there is a sub-header '09 ago - 2019 | 13:33 | ATUALIDADES' and the Unicamp logo. The author information reads: 'Autoria: Manuel Alves Filho | Fotos: Antoninho Perri | Edição de imagem: Paulo José Cavalheri'. Below this, there are social media icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, LinkedIn, and a plus sign. The main image shows a group of students sitting in a classroom, some using laptops. Below the image, there is a caption: 'Eventos contaram com a participação de 60 estudantes dos cinco países do bloco'.

Fonte: Universidade Estadual de Campinas (2019).

As iniciativas das universidades brasileiras, na promoção de eventos acadêmicos (seminários, congresso, colóquios, entre outros) para debater o papel do BRICS auxiliam a consolidação do bloco, ao mesmo tempo em que aproxima as discussões da sociedade. Este universo dialógico reflete o reconhecimento do BRICS como plataforma de cooperação, estabelecida por meio da BRICS NU.

2.4 A AVALIAÇÃO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Em diferentes contextos, a história da avaliação, em específico relacionada às políticas públicas orientam a organização social sobretudo pelo estabelecimento do Estado como detentor do poder por meio da adoção de métodos e processos adequados à gestão de recursos de informações governamentais em consonância ao cluster apontado por Rowlands (1996), Braman (1989) e Yusof, Barsi e Zin (2010).

DuBOIS, Champagne e Bilodeau (2011) afirmam que a abordagem histórica da avaliação pode ser dividida em seis fases como registrado na Figura 16.

Figura 16 – Linha do tempo da história da avaliação



Fonte: Adaptado de Macedo (2017) a partir de DuBOIS, Champagne e Bilodeau (2011).

Entender a maturação do processo avaliativo enquanto emissão de juízo ou ponderação acerca de algo com base em informações e critérios norteadores para ação (STOACKMAN, 2011) permite acompanhar a afirmação de DuBOIS, Champagne e Bilodeau (2011) de que a avaliação não é uma atividade puramente técnica, mas também prática e emancipatória, uma vez que propicia aos atores a compreensão das condições reais visando ao aperfeiçoamento pensado coletivamente.

A fim de aproximar a história da avaliação à educação, Macedo (2017) traz aspectos de correlação entre os termos de avaliação e mensuração na segunda fase, característicos do estágio da Eficiência e Testagem, período em que tanto a saúde quanto a educação começam a ser avaliadas em termos de resultados, como forma de determinar a expansão e a configuração de seus retornos. No que se refere à educação, adiante, neste estudo, estão apresentadas as principais fontes de informação para monitoramento e avaliação do ensino superior brasileiro.

De modo complementar, Ramos e Schabbach (2012) afirmam que na última década, as propostas de avaliação foram desenhadas por organismos nacionais de cooperação, dentre eles, cita-se, Organizações das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (World Bank), Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad). Diante das iniciativas, os modelos parecem acomodar diferentes interesses dos órgãos politicamente responsáveis que atuam em nome da sociedade como um todo, realçando a relação entre o governo e a política de informação uma vez que a informação, é a fonte utilizada na obtenção do desenvolvimento da sociedade (BRAMAN, 1989).

Com o intuito de fomentar a discussão sobre a avaliação no ensino superior brasileiro, faz-se necessário, apresentar o conceito de avaliação definido por Champagne *et al.* (2011, p. 44) e acolhido neste estudo como aquele mais ajustado ao objetivo geral, a saber:

[...] avaliar consiste fundamentalmente em emitir um juízo de valor sobre uma intervenção, implementando um dispositivo capaz de fornecer informações cientificamente válidas e socialmente legítimas sobre essa intervenção ou sobre qualquer um de seus componentes, com o objetivo de proceder de modo a que os diferentes atores envolvidos, cujos campos de julgamento são por vezes diferentes, estejam aptos a se posicionar sobre a intervenção para que possam construir individual ou coletivamente um julgamento que possa se traduzir em ações.

No Brasil, a avaliação ainda está relacionada às questões de efetividade (alcance das metas e aferição de resultados), eficácia, eficiência ao desempenho e *accountability* da gestão pública (RAMOS; SCHABBACH, 2012). Isso porque, a avaliação permite ao Estado melhorar em dupla natureza: o estudo da política e para a política, conjuntura já mencionada anteriormente por Kerr Pinheiro (2004), sendo a última, um importante instrumento para melhoria da eficiência do gasto público, do controle social sobre sua ação, bem como, para divulgação das ações governamentais complementa Ramos e Schabbach (2012).

Além do conceito, seguem descritas as categorias e dimensões da avaliação. Macedo (2017) traz em seus estudos a taxonomia proposta por Vedung (2013) que classifica os modelos de avaliação em seis categorias (Quadro 3). Devido às suas potencialidades, o modelo de avaliação dedicado aos objetivos de eficácia e eficiência, continua sendo base no processo de legitimação política. Em cada uma das categorias, realça-se enfoques ora direcionados ao mérito da intervenção, ora para a satisfação dos grupos de interesse.

Quadro 3 – Modelos de avaliação e suas categorias

Premissas	Categorias	Enfoque
Mérito da intervenção	Atendimentos aos objetivos (eficácia) e seus impactos (efetividade)	Modelo previamente conhecido a partir de critérios de relevância para o processo de avaliação.
	Modelo de efeitos colaterais	Expansão da visão da avaliação pelo atendimento da eficácia e da efetividade analisados pelos efeitos indiretos das políticas.
	Modelo de relevância	Avaliação do impacto da intervenção do problema originário da formulação e implementação da política.
Satisfação do indivíduo ou grupo de interesses	Modelo orientado ao cliente	Avaliação da intervenção, resultados e impactos, com base em critérios relevantes aos beneficiários.
	Modelo orientado às partes interessadas	Avaliação da intervenção, resultados e impactos, com base em critérios relevantes aos <i>stakeholders</i> .
	Modelo de avaliação colegiada	Avaliação colegiada de especialistas sobre o processo, formuladores e implementadores, num modelo de revisão por pares.

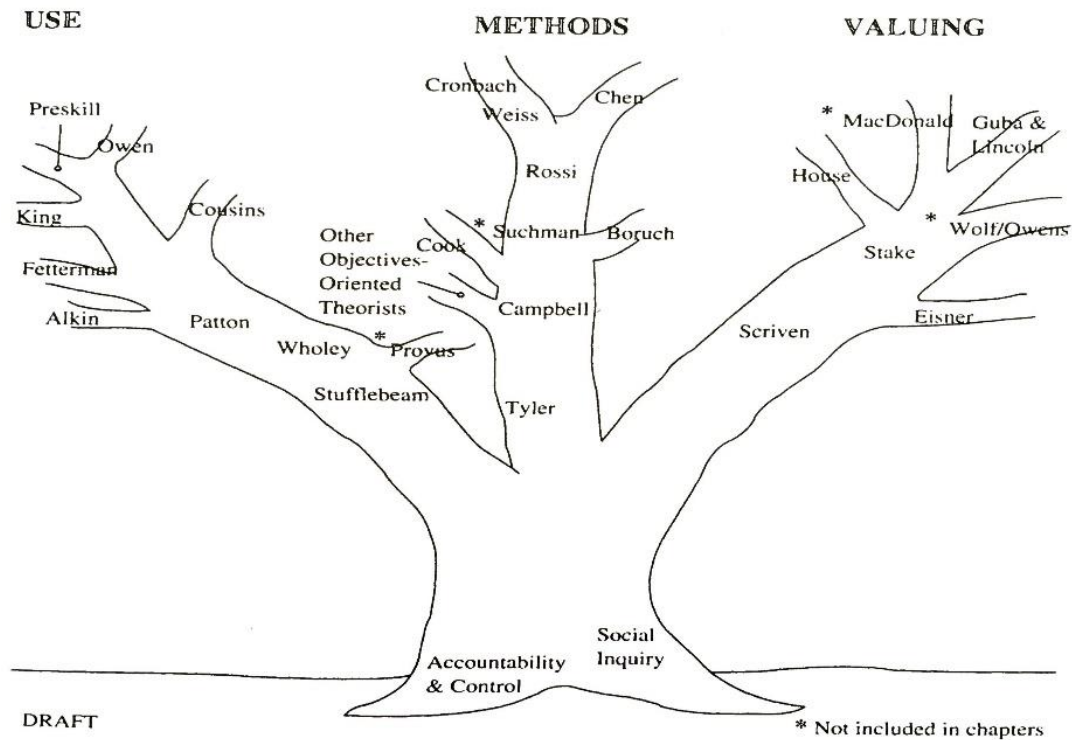
Fonte: Adaptado de DuBOIS, Champagne e Bilodeau (2011).

O modelo conhecido como *Árvore de Avaliação* proposto por Alkin e Christie (2004), fixado na Figura (17), apresenta as dimensões da avaliação no que se refere ao uso, método e valor. Didaticamente, as autoras, estabelecem uma visão inteligível sobre o resultado da categorização dos principais autores em cada uma de suas partes — o tronco e os três principais galhos, fertilizada sobre responsabilidade e investigação social. As autoras acrescentam que,

[...] a investigação social, raiz da árvore genealógica emana de uma preocupação em empregar um método sistemático e um conjunto justificável de métodos para determinar a responsabilidade. Enquanto a responsabilidade fornece a justificativa ao modelo de avaliação (ALKIN; CHRISTIE, 2004, p. 12, tradução nossa).

Na concepção das autoras, os grandes galhos representam as segmentações sobre o uso, método e valor aplicáveis ao campo de avaliação. Na referida ilustração, Alkin e Christie (2004), apresentam os autores que abordam o assunto, considerados por elas, referências na área. O ramo principal, localizado ao centro refere-se à avaliação como pesquisa, cujos ramos laterais expressam o valor e o uso do método.

Figura 17 – Árvore de Avaliação



Fonte: Alkin e Christie (2004).

Macedo (2017) simplifica a abordagem ao reiterar que: a) quanto ao uso, a avaliação enquanto instrumento permite pontuar a melhoria dos programas a partir dos resultados a fim de retroalimentar o ciclo de formulação, implementação e avaliação; b) o método, refere-se às ferramentas e as técnicas disponíveis e utilizadas; e c) o valor, está diretamente atrelado ao julgamento.

Para Pontes (2013), os processos avaliativos constituem um sistema que permite a integração de diversas dimensões da realidade, a partir dos objetivos de cada instrumento e modalidade, cujo resultado contribuiu para o aprimoramento das políticas educacionais com foco na melhoria da qualidade do ensino, desde que sabido o uso, o método e o valor atribuído (ALKIN; CHRISTIE, 2004).

De modo complementar, Costa e Castanhar (2003) afirmam que o propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os à continuidade, ainda que sejam necessárias correções ou suspensões de uma determinada política. Essa lógica também se aplica ao segmento educacional brasileiro.

O Ensino Superior no Brasil se organiza regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), sendo público ou privado, com ofertas realizadas por Universidades, Centros Universitários, Faculdades e Faculdades Integradas, Institutos

Superiores e Centros de Educação Tecnológica, cuja quantificação apresenta-se na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativo de IES por organização conforme LDB/1996

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2021	2.574	113	91	12	338	147	1.832	41	N.A.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023).

Diante dos números apresentados na Tabela 1, a avaliação tornou-se fundamental para a regulação, monitoramento e supervisão do sistema federal de educação superior, cujo marco regulatório deriva da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES,

[...] tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL,2004).

Nesse sentido, observa-se uma crescente valorização da avaliação da educação superior, seja por meio do Censo Escolar da Educação Superior preconizado pelo Decreto nº 6.425 de 04/04/2008, ou via mecanismos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem possibilitado ao Ministério da Educação (MEC) e às IES, qualidade informacional por meio de parâmetros que podem subsidiar as decisões estratégicas tendo em vista os ajustes diante dos processos avaliativos institucionais, de curso e do desempenho dos estudantes (PONTES, 2013).

O SINAES propõe três principais processos de avaliação: Avaliação Institucional, que se subdivide em Avaliação Externa e Avaliação Interna; Avaliação de Cursos de Graduação e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Cada uma das avaliações em suas especificidades, metodológicas, contextuais e com diferentes atores institucionais visam uma leitura do funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, independentemente do tamanho, da natureza administrativa e da organização acadêmica, pondera Ribeiro (2015).

Paralelamente, a fim de gerir, monitorar, e avaliar as instituições de ensino, o Governo Federal criou a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), órgão

do Ministério da Educação, sendo considerada a unidade responsável por garantir o cumprimento da legislação educacional, com vistas à busca pela qualidade dos cursos superiores do País (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Compreender e avaliar a aplicação de procedimentos e técnicas metodológicas a fim de ajustar o caminho para a construção do conhecimento são atividades inerentes à prática da pesquisa científica. Segundo Perovano (2016), o conhecimento científico se fundamenta em particularidades sobre a forma, o modo ou método e os instrumentos do conhecer, com vistas a verificabilidade a respeito do objeto ou evento sob pontos de vistas teóricos e recortes da sociedade, do processo, do contexto e do tempo.

Nesse sentido, sob concepções indutivistas, o estudo proposto se pauta pela conciliação entre diferentes métodos científicos que conduziram essa investigação acadêmica a respeito da política de informação na Rede de Universidades do BRICS.

Em termos metodológicos, quanto à sua natureza, classifica-se como uma pesquisa aplicada. Segundo Mascarenhas (2012), a pesquisa aplicada se caracteriza pelo viés prático de apuração dedicada a um ambiente específico.

Do ponto de vista de seus objetivos, este estudo se qualifica como uma pesquisa exploratória e descritiva. Na pesquisa exploratória, ressalta-se a busca pela familiarização ao tema, indicando o caminho para “obter informações sobre a possibilidade de realizar uma investigação mais completa sobre um contexto particular da vida real”, como afirma Perovano (2016, p. 76).

Para aprofundamento da temática, recorre-se à pesquisa descritiva, cujo foco é a especificidade em descrever situações e eventos, pessoas, contextos e processos no sentido de apontar como se manifestam determinados fenômenos (PEROVANO, 2016). A possibilidade de interpretar os elementos multidirecionais e, por vezes, inter-relacionados no contexto das universidades brasileiras que integram a BRICS NU condiciona o enfoque qualitativo associado aos tipos de pesquisa adotados.

Assim, na pesquisa qualitativa pode-se empregar, simultaneamente, técnicas e métodos complementares, como afirma Valentim (2005). Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental para o alcance mais adequado dos resultados esperados. Diante disso, cada objetivo foi definido e exposto na matriz metodológica, de acordo com o Quadro 4.

Quadro 4 – Matriz Metodológica da Pesquisa

Matriz Metodológica da Pesquisa					
Tema:	As Políticas de Informação da educação superior na Rede de Universidades do BRICS.				
Título:	As Políticas de Informação na Rede de Universidades do BRICS.				
Problema de pesquisa:	Existem indicadores e métricas que podem subsidiar a elaboração de um instrumento de avaliação das políticas de informação das instituições de ensino superior brasileiras integrantes da Rede de Universidades do BRICS?				
Objetivo geral:	Propor e validar um instrumento de avaliação das políticas de informação nas instituições de ensino superior brasileiras integrantes da Rede de Universidades do BRICS				
Classificação:	Natureza: Aplicada	Método: Indutivo			
Etapas	Objetivos	Abordagem	Tipo de Pesquisa	Técnica de Pesquisa	Instrumentos/Procedimentos
Etapa I	Discutir o conceito de política de informação e sua aplicação no contexto da educação superior diante daquela mais ajustada à proposta;	Qualitativa Quantitativa	Descritiva e exploratória	Revisão Sistemática de Literatura (RSL) e Pesquisa bibliográfica	Pesquisa em bases de dados indexadas no portal CAPES (<i>ACM, Scopus e Web of Science</i>) com uso da ferramenta <i>Software Start</i> . Pesquisas em plataformas pertinentes à área de CI.
Etapa II	Apresentar a Rede de Universidades do BRICS destacando as instituições brasileiras de ensino superior que a integram;	Qualitativa	Descritiva e exploratória	Pesquisa bibliográfica e documental	Pesquisa nos sites oficiais dos Ministérios da Educação e das Instituições de Ensino Superior integrantes na Rede de Universidades do BRICS e Declaração de Cúpula do BRICS, além de revisão de literatura.
Etapa III	Identificar tipologias, indicadores e metodologias de mecanismos avaliativos e, a partir delas, compor um instrumento para avaliação da política de informação nas instituições brasileiras de ensino superior que integram a Rede de Universidades do BRICS;	Qualitativa	Exploratória	Pesquisa bibliográfica e documental	Pesquisa nos sites oficiais dos Ministérios da educação – CAPES, INEP/SINAES.
Etapa IV	Elaborar um instrumento para avaliação da política de informação nas instituições brasileiras de ensino superior que integram a Rede de Universidades do BRICS.	Qualitativa	Exploratória	Pesquisa bibliográfica e documental	Pesquisa nos sites oficiais dos Ministérios da educação e das Instituições de Ensino Superior integrantes na Rede de Universidades do BRICS e Declaração de Cúpula do BRICS; da Agenda 2030, do Plano Nacional de Educação Brasileiro e <i>Rankings</i> universitários.
Etapa V	Validar o instrumento para avaliação da política de informação nas instituições brasileiras de ensino superior que integram a Rede de Universidades do BRICS.	Qualitativa	Descritiva e exploratória	Análise de Juízes	Pesquisa junto aos públicos de interesse (Grupo I – Doutores; Grupo II –Doutores em CI).

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

3.1 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

Conforme descrito na matriz apresentada no Quadro 4, segue descrição metodológica das etapas de cada objetivo proposta neste trabalho.

3.1.1 Etapa I

Para **discutir o conceito de política de informação no âmbito da Ciência da Informação e sua aplicação no contexto da educação superior**, optou-se pela Revisão Sistemática de Literatura (RSL) baseado no protocolo de Tranfield, Denyer e Smart (2003). A RSL consiste em uma revisão bibliográfica acrescida de etapas e de critérios rigorosos que garantem a qualidade e a reprodutibilidade dos documentos obtidos (CERRAO; JESUS; CASTRO, 2018).

Para proceder às buscas nas bases de dados, foram estabelecidos inicialmente os termos de busca, quais sejam: *information policies*, *information policy* e *política de información*, limitados ao que consta em títulos, tendo por restrição trabalhos publicados no período de 2010 a 2020, nas bases de dados indexadas no Portal Capes, *ACM Digital Library*, *Scopus e Web of Science*, dado a publicação realizada em 2021. A partir disso foi criada a *string* genérica de busca, compilada pelos termos e presentes na questão principal da pesquisa (“*information policies*” OR “*information policy*”) que foi adaptada para cada uma das bases, como expresso no Quadro 5.

Quadro 5 – String de busca adaptada/utilizada para as bases de dados

Nº	Base consultada	Consulta realizada
1.	ACM Digital Library https://dl.acm.org/	"query": {TI=("information policies" OR "information policy" OR "política de información")} "filter": {Publication Date: (01/01/2010 TO 12/31/2020)}
2.	Scopus (Elsevier) https://scopus.com	TITLE ("information policies" OR "information policy" OR "política de información") AND PUBYEAR >2009 AND PUBYEAR <2021
3.	Web of Science – Coleção Principal (Clarivate Analytics) https://webofknowledge.com/WOS	TÍTULO: ("information policies") OR ("information policy") OR ("política de información") Índices=SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI Tempo estipulado=2010-2020

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nessa fase inicial, e conforme as *strings* descritas no Quadro 5, foram recuperados os

totais de trabalhos dispostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Trabalhos recuperados das bases

Base consultada	Total de trabalhos
ACM Digital Library	03
Scopus (Elsevier)	48
Web of Science – Coleção Principal (Clarivate Analytics)	46
Total	97

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Muito do que margeia toda a conduta da pesquisa assenta-se nos critérios estabelecidos. A fim de responder “*Quais conceitos e temáticas são identificados nas produções científicas sobre a Política de Informação?*”, foram estabelecidos critérios de inclusão, de exclusão e de qualidade. Com o apoio da ferramenta StART⁷, desenvolvida para o ambiente *desktop*, foi possível detalhar todo o ciclo evolutivo da técnica, sendo portanto, semelhante às etapas de RSL proposta por Tranfield, Denyer e Smart (2003).

Os critérios de inclusão dos estudos recuperados estão disponíveis no Quadro 6.

Quadro 6 – Critérios de Inclusão

Critério	Descrição do critério de inclusão
CI1	Serão incluídos trabalhos que apresentam conceitos e definições sobre Política de Informação;
CI2	Serão incluídos trabalhos publicados e disponíveis integralmente nas bases científicas buscadas;
CI3	Serão incluídos trabalhos que demonstrem estudos empíricos ou teóricos ou relatos de utilização da Política de Informação;
CI4	Serão incluídos trabalhos publicados sobre Política de Informação entre 2010 e 2020;
CI5	Serão incluídos trabalhos publicados nas bases de dados com refinamento na área de conhecimento de Ciência da Informação.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Por sua vez, os critérios de exclusão dos trabalhos recuperados estão dispostos no Quadro 7.

⁷ A ferramenta computacional denominada StART (*State of the Art through Systematic Review*) é gratuita, desenvolvida no Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (São Paulo), para dar suporte ao pesquisador com a automatização das tarefas envolvidas durante a execução da RSL, com o intuito de torná-la mais ágil, precisa e replicável.

Quadro 7 – Critérios de Exclusão

Critério	Descrição do critério de exclusão
CE1	Excluídos os trabalhos que não apresentem <i>resumê/abstract/resumo</i> ;
CE2	Excluídos os trabalhos que não se concentram em conceitos e definições da Política de Informação;
CE3	Excluídos os trabalhos que não façam uso de avaliação por pares;
CE4	Excluídos os trabalhos do tipo editoriais, prefácios, resumos de artigos, entrevistas, artigos de notícias, análise, tutoriais, correspondências, discussões, comentários, cartas aos leitores, resumos de tutoriais, oficinas e painéis;
CE5	Excluídos os trabalhos publicados em formato de <i>short paper</i> ou apenas como pôster.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Dos 97 trabalhos inicialmente recuperados, foram identificados três duplicados, sendo imediatamente descartados. Adotando os critérios de inclusão e exclusão, foram eliminados mais 50 trabalhos, totalizando 44 trabalhos elegíveis para serem integralmente lidos.

O processo de leitura integral dos trabalhos adotou os critérios de qualidade definidos no Quadro 8.

Quadro 8 – Critérios de Qualidade

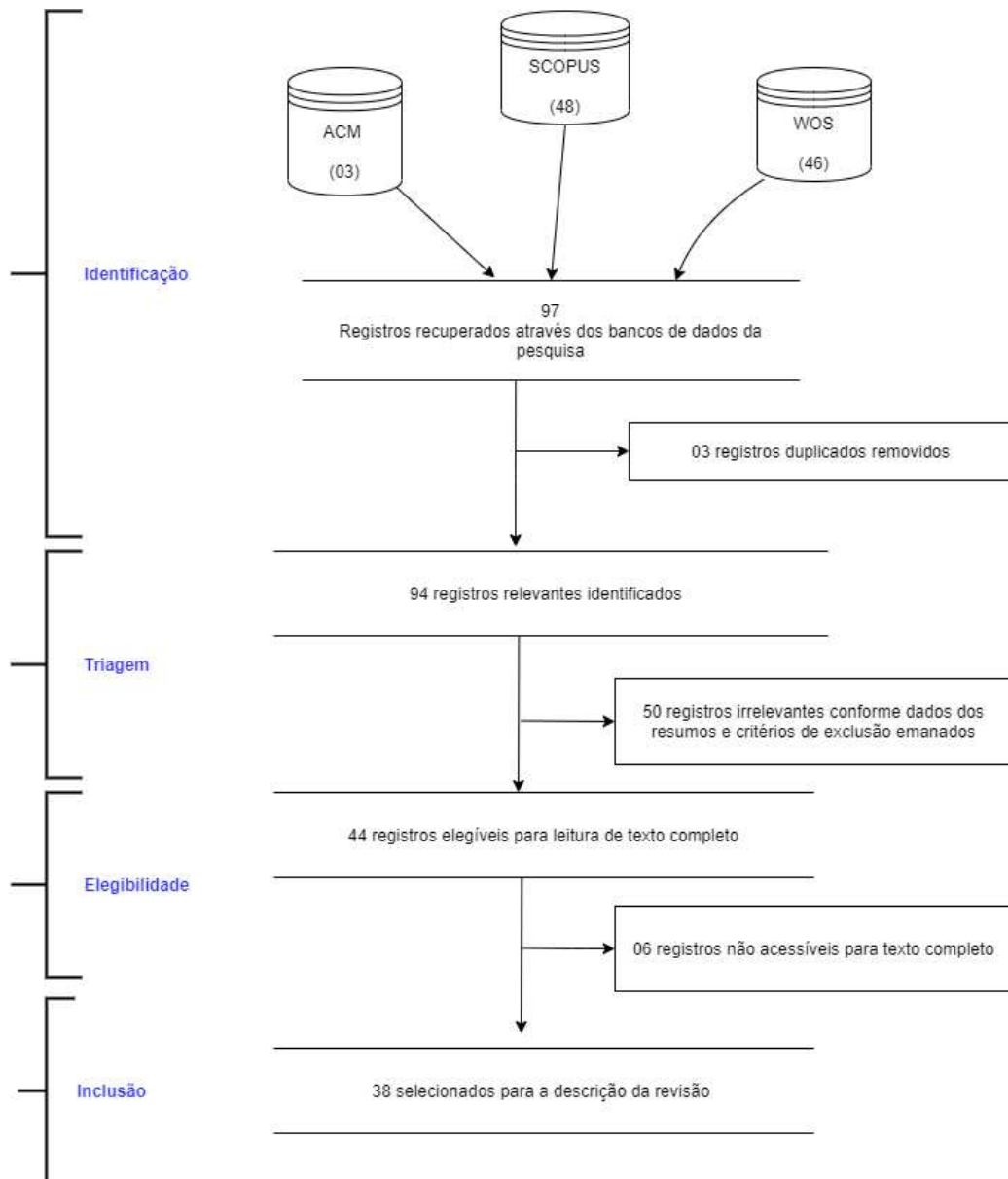
Critério	Descrição do critério de qualidade
CQ1	O trabalho foi escrito com coerência e coesão textual?
CQ2	As definições e conceitos da Política de Informação foram descritos de forma objetiva?
CQ3	As definições e conceitos da Política de Informação foram explicitamente citados?
CQ4	Na ocorrência de aplicações práticas da Política de Informação, elas foram descritas com detalhes?
CQ5	É de aplicação na Ciência da Informação?

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nessa fase, dos 44 trabalhos, outros seis foram descartados por não atenderem os critérios de qualidade expostos no Quadro 7, totalizando 38 trabalhos para proceder com as análises pertinentes a fim de estruturar os conceitos e temáticas aplicáveis à Política de Informação.

A Figura 18 sintetiza as etapas de pesquisa e seleção de trabalhos até o momento descritas. Uma vez selecionados os estudos primários, realizou-se a extração e análise das informações relevantes para a pesquisa.

Figura 18 – Etapas da RSL



Fonte: Elaborado pela autora, utilizando o DRAW.IO. (2021).

O Gráfico 1, apresenta as temáticas abordadas no que se compreende universo das políticas informacionais contextualizadas à Ciência de Informação. Diante do recorte temporal estabelecido, as publicações se intensificam nos anos de 2015 a 2020, legitimando o papel social da área no que se refere ao acesso à informação, bem como às diretrizes que nortearão as políticas públicas de informação em favor do bem-estar social.

Gráfico 2 – Temáticas sobre Política de Avaliação



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

De modo complementar à revisão sistemática de literatura, buscou-se estreitar a pesquisa ao segmento de educação superior em espaços focados na área de Ciência da Informação. Em julho de 2021, a revisão se inicia na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando a *string* de busca “política de informação”, publicados a partir de 2010, um ano após instituição da BRICS NU. Na BDTD, recuperou-se n=165 documentos, sendo n=124 dissertações e n=41 teses. Diante desses dados, os esforços para mapeamento do tema “política de informação” dedicada à educação concentraram-se nos estudos de doutoramento, perfazendo o total de n=5 estudos aplicados à educação, como pode ser observado no Quadro 9.

Quadro 9 – Relação de Teses da BDTD sobre a política de informação na educação

Teses BDTD	Autor(es)	Ano	Link para acesso
CNPq e o acesso aberto à informação científica	Freire, João Donizetti	2011	http://repositorio.unb.br/handle/10482/9385
Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias às margens do regime de informação	Cavalcanti, Márcia Teixeira	2014	http://ridi.ibict.br/handle/123456789/842
Diretrizes para uma política de gestão de dados científicos no Brasil	Costa, Maíra Murrieta	2017	http://repositorio.unb.br/handle/10482/24895
Diálogos entre política/regime de informação e as competências em informação dos bibliotecários do Sistema de Biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane (SIBUEM) –	Munguambe, Rosa Manuela Teixeira Pinto	2019	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20051

Moçambique			
Institucionalização científica da economia política da informação: contributos sociais e cognitivos na produção científica do campo da Ciência da Informação no Brasil	Câmara, Rafael Silva da	2020	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18301

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Os estudos listados no Quadro 9 versam sobre temáticas como acesso à informação, centros de documentação, produção científica e políticas de gestão dos dados científicos, assuntos estes, derivados ao contexto educacional. No entanto, nenhuma das teses publicadas entre os anos 2010 e 2020 e disponíveis na plataforma pesquisada apresentam a política da informação com foco na avaliação do ensino superior. Especificamente, no âmbito da educação superior no contexto BRICS não foram recuperados estudos que se assemelham a esta proposta de pesquisa. Realça-se esse fato como uma oportunidade para a realização desta pesquisa de modo a contribuir para a ciência e a sociedade.

A fim de intensificar o registro sobre a oportunidade desta pesquisa, recorreu-se à Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Na BRAPCI, amplia-se a visão de conjunto da produção na área, ao mesmo tempo em que se revelam especificidades do domínio científico. Utilizando o recorte de 2010 a 2020, foram recuperados n=88 documentos que continham o termo de busca “política de informação” em qualquer um dos campos de pesquisa. Com base na aplicação da política informacional ao contexto educacional, extraiu-se n=20 documentos que estão relacionados no Quadro 10.

Quadro 10 – Relação de artigos BRAPCI (2010–2020) sobre a temática

BRAPCI	Autor(es)	Ano	Link para acesso
Regime de informação: contribuições para implementação de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação <i>stricto sensu</i> e para atendimento à avaliação da Capes.	ZANETTI, Rosângela Ramsdorf; SILVA, Terezinha Elizabeth da	2012	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/67246
São necessárias políticas públicas sobre a biblioteca escolar? Situação em América Latina.	ZARDONI, Horacio Cardenas	2012	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69466
Políticas de informação nas Bibliotecas Universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções	DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elizabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira	2013	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40053

BRAPCI	Autor(es)	Ano	Link para acesso
A Universidade Federal de Minas Gerais no contexto do acesso aberto à informação científica: identificação de seus sistemas de informação	SOUZA, Ráisa Mendes Fernandes; ALVARENGA, Lídia	2014	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/53180
Política Pública de Acesso Aberto à Produção Científica: um estudo sobre a implementação de Repositórios Institucionais em Instituições de Ensino Superior	MEDEIROS, Simone Assis; FERREIRA, Patrícia Aparecida	2014	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38124
Produção técnica nas agências CAPES E CNPq	DINIZ, Marcia Meireles de Melo; OLIVEIRA, Marlene	2015	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10338
Qual biblioteca universitária? Ações das bibliotecas universitárias mineiras e as necessidades informacionais de seus pesquisadores	CAETANO, Ana Carolina de Souza; FERNANDES, Geni Chaves	2015	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92196
A competência informacional dos técnicos da biblioteca central da Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação	MUNGUAMBE, Rosa Manuela Teixeira Pinto; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo	2016	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/80848
Ciência aberta: dimensões para um novo fazer científico	OLIVEIRA, Adriana Carla Silva; SILVA, Edilene Maria	2016	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34181
Acesso aberto e gestão colaborativa de repositórios institucionais: a experiência da UFMG	MIRANDA, Izabel Antonina de Araújo; MOURA, Maria Aparecida	2017	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/130159
Análise das políticas de funcionamento de repositórios institucionais brasileiros	GOMES, Anilza Rita de Souza; ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia	2017	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/67146
As políticas de informação digital adotadas nas escolas públicas no Nordeste	SANTOS, Eunice de Jesus; VILLALOBOS, Ana Paula de Oliveira	2017	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/120317
Política de informação e acesso aberto em instituições públicas de ensino e pesquisa: a experiência de integração e gestão dos acervos digitais na UFMG	ARAÚJO, Izabel Antonina; MOURA, Maria Aparecida	2017	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92233
Políticas públicas de informação e Bibliotecas Escolares: panorama brasileiro	NEVES, Barbara Coelho; AGUIAR, Niliane Cunha	2017	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35623
Análise de políticas de informação em repositórios institucionais: bases para a gestão de acervos audiovisuais	SANTOS, Francisco Edvander Pires; FARIAS, Maria Giovanna Guedes;	2018	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/109143

BRAPCI	Autor(es)	Ano	Link para acesso
	FEITOSA, Luiz Tadeu		
Definição de metadados e critérios de indexação para documentário em repositório audiovisual	SANTOS, Francisco Edvander Pires; FARIAS, Maria Giovanna Guedes; FEITOSA, Luiz Tadeu; CAVATI SOBRINHO, Heliomar	2018	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/99122
Abrangência informacional dos indicadores para a gestão educacional: um estudo do pacto pela educação de Pernambuco	ANDRADE, Ítalo Welke; PRESSER, Nadi Helena; TRZESNIAK, Piotr	2019	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114075
O repositório institucional: Memória possibilitando visibilidade das produções acadêmicas.	MARQUES, Ricardo Souza; CAVALCANTI, Vanessa; MARQUES, Clediane	2019	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136309
Contribuição do Portal de Periódicos da Capes para a produção científica dos pesquisadores brasileiros no campo do Direito: um estudo bibliométrico.	GOMES, Eliane; ODDONE, Nanci Elizabeth	2020	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/163538
Políticas de informação ergonômicas voltadas ao trabalhador de arquivos e bibliotecas	GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; RIBEIRO, Marília Vital	2020	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/147779

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Nos documentos recuperados na BRAPCI, abordam as políticas informacionais no contexto de bibliotecas, repositórios, acervos digitais e acesso aberto, sem contemplação ao tema principal deste estudo.

Outro recorte interessante apresenta os estudos de Silva e Kerr Pinheiro (2011) e de Silva e Eirão (2019), que juntos mostram o mapeamento do GT5 denominado “Política e Economia de Informação” no ENANCIB no período de 2003 a 2018. De acordo com os autores, ao longo dos anos percebeu-se a mudança de comportamento da prática informacional, especialmente se analisadas sobre o contexto social e seus segmentos — setor público governamental, setores privados, organizacionais, pessoais ou coletivos (SILVA; KERR PINHEIRO, 2011).

A partir de dados disponibilizados em planilha⁸ por Silva e Eirão (2019), foi realizado, em março de 2022, o levantamento das produções científicas apresentadas no ENANCIB no período subsequente à pesquisa das autoras. Os trabalhos apresentados nos anos de 2019 e 2021, com exceção de 2020, ano que não houve o encontro em razão da pandemia da Covid-19, foram levantados neste estudo e compõem o Quadro 11. Desses trabalhos, concentrou-se naqueles dedicados à educação, totalizando n=14 trabalhos.

Quadro 11 – Trabalhos do ENANCIB GT5 (2019–2021)

Título do trabalho	Autor(es)	Ano
Aplicação teórica do regime de informação em biblioteca multinível	Jobson Louis Santos de Almeida, Gustavo Henrique de Araújo Freire	2019
Atores do regime de acesso às informações públicas nas universidades federais brasileiras	Thiara dos Santos Alves, Marco Schneider	2019
Autonomia institucional e censo 2020: olhar da política de informação	Marcia Maria Melo Quintslr, Ana Maria Barcellos Malin	2019
Biblioteca escolar e regime de informação: a Lei nº 12.244/2010	Elisabete Gonçalves de Souza, Debora Santos de Oliveira	2019
Bibliotecas digitais clandestinas: evidenciando a formação de comunidades discursivas na <i>deep web</i>	Benjamin Luiz Franklin	2019
Bibliotecas escolares, políticas públicas e tecnologias digitais: uma análise comparativa entre Brasil, Canadá e Espanha	Barbara Coelho Neves	2019
Bibliotecas universitárias e o ensino superior brasileiro (1892–1968)	Carolina Carvalho Rodrigues, Elisabete Gonçalves de Souza	2019
Colaboração, cooperação e coprodução: semelhanças e diferenças enquanto propostas para a produção de conhecimento científico	Victor Barcellos, Sarita Albagli	2019
A biblioteca pública e a mangueira	Ana Ligia Silva Medeiros, Gilda Olinto	2021
Análise das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil	Eduardo Santos Rocha, Dalgiza Andrade Oliveira	2021
As temáticas da política de informação na BRAPCI	Lucilene Aparecida Francisco, Terezinha Elisabeth da Silva, Ana Cristina de Albuquerque	2021
O comportamento informacional dos profissionais da informação da Universidade Federal da Bahia: uma abordagem nos serviços direcionados a usuários do sistema universitário de bibliotecas	José Carlos Sales dos Santos, Fabiana Costa Lavigne, Roberto Gonçalves Freitas	2021

⁸ Disponível em: <https://bit.ly/2yLoS6m>. Acesso em: 21 mar. 2022.

Título do trabalho	Autor(es)	Ano
Os desafios da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados nas universidades públicas federais da região Nordeste do Brasil	Luiz Tenório Filho, Pollyana Cassia Gonzaga Ferreira, Francisca Rosaline Leite Mota	2021
Produção científica em política pública de informação: docentes dos PPGCIs de universidades federais no Nordeste	Sarah Medeiros Batinga, Maria de Lourdes Lima, Rosilene Agapito da Silva Llarena	2021

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Explicar quadro.

De modo geral, as buscas nas diferentes plataformas BTDT, BRAPCI e ENANCIB sinalizam a recorrência das temáticas, com destaque às nuances das bibliotecas universitárias, à produção científica, repositórios institucionais, acesso aberto à informação, documentação e gestão dos dados informacionais e regime de informação, semelhante às temáticas trazidas pela RSL (ver Gráfico 2).

Na perspectiva de apresentar o *status quo* da política de informação no Brasil, o estudo de Ivo *et al.* (2021) analisa a produção científica sobre o tema na Plataforma Lattes, utilizando o *frameworkLattesDataXplorer*⁹ para a extração completa dos dados dos pesquisadores que atuam sobre a temática em questão (DIAS, 2016). Foram recuperados n=149 pesquisadores utilizando o *software Publish or Perish*¹⁰, com a temporalidade de 2001 a 2020 para análise de impacto das suas produções.

O estudo evidenciou que a área de Ciência da Informação predomina sobre a temática, sendo que 49,26% de toda a produção tem autoria de 37 pesquisadores, dentro da elite de cientistas brasileiros que estuda sobre política informacional. Tem evidência ainda quando a pauta se refere aos impactos das publicações, sendo as pesquisadoras brasileiras Maria Inês Tomaél e Regina Maria Marteleto as mais produtivas em termos de orientação, com 63,15% fazendo parte da elite de orientadores de mestrado e de doutorado.

As pesquisas nas diferentes bases de dados, serviram para orientar as discussões a respeito do tema e, também, para ratificar o ineditismo necessário ao estudo. Percebe-se uma situação que reforça a relevância de aproximar um novo tema como a avaliação à ambiência das políticas informacionais no contexto da Ciência da Informação.

Por fim, entender como se encontra o *status quo* da política de informação, no cenário nacional e internacional, com seus temas relacionados, seus expoentes científicos e suas

⁹ *Framework LattesDataXplorer* (DIAS, 2016)

¹⁰ Publish or Perish é um programa de software que recupera e analisa citações acadêmicas. Ele usa uma variedade de fontes de dados para obter as citações brutas, depois as analisa e apresenta uma variedade de métricas de citação incluindo o número de artigos, o total de citações e o índice h (HARZING, 2006).

publicações solidificou a construção da Seção 2 deste estudo.

3.1.2 Etapa II

Na **segunda etapa**, buscou-se por uma revisão de conveniência (GALVÃO; PEREIRA, 2014) para **apresentar a Rede de Universidades do BRICS, destacando as instituições brasileiras que a integram**. De modo complementar, as fontes documentais como as Declarações Oficiais das Cúpulas do BRICS e os Comunicados Conjuntos do BRICS compõem a estratégia de pesquisa documental, que consiste em um desenho qualitativo compilado de acordo com o propósito da pesquisa (PEROVANO, 2016).

Observa-se nos documentos públicos coletados, a emergência de cooperação no contexto educacional, destacada nas Declarações Oficiais das Cúpulas do BRICS, no Quadro 12, consideradas como dispositivos de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012), uma vez que correspondem à formalização das políticas de informação (BRAMAN, 1989). Tais dispositivos são provenientes dos encontros realizados entre os integrantes do BRICS e contêm propostas, reivindicações, análises da conjuntura política internacional e provisões do agrupamento.

Quadro 12 – A educação nas Declarações Oficiais das Cúpulas do BRICS

Edição/País/ano	Recortes da Pauta: Foco educação	Acesso
Tema		
I Cúpula Ecatemburgo/ Rússia /2009	O objetivo do encontro foi reforçar a coordenação dos quatro países em temas relacionados à reforma da governança mundial, sobretudo no plano econômico-financeiro (G-20, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial). Defendeu-se maior representatividade das economias emergentes nas instituições financeiras internacionais, cujos diretores e executivos deveriam ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito (PIMENTEL, 2013, grifo nosso).	Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1035-Debatendo_o_BRICS.pdf . Acesso em: 25 mar. 2022.
II Cúpula Brasília/ Brasil/2010	Além da defesa de temas referentes à reforma do sistema financeiro mundial, a agenda do encontro contou com novos temas de cooperação. Durante o encontro, os líderes do BRICS assinaram acordo de cooperação para facilitação do financiamento de obras e projetos de energia e infraestrutura. Além disso, os bancos de desenvolvimento firmaram entendimento para estudar maneiras de ampliar a concessão de crédito entre o BRICS (BRASIL, 2010, grifo nosso).	Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/20-mandato/2010/15-04-2010-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-sessao-plenaria-da-2a-cupula-de-chefes-de-estado-e-de-governo-do-bric . Acesso em: 25 mar. 2022.
“BRICS: crescimento econômico para um futuro inovador”.		

Edição/País/ano	Recortes da Pauta: Foco educação	Acesso
Tema		
III Cúpula Sanya/China /2011	(27) [...] “Analisamos os progressos da cooperação no BRICS em vários campos e compartilhamos a percepção de que essa cooperação tem sido enriquecedora e mutuamente benéfica e que há um vasto campo para o estreitamento da cooperação no âmbito do BRICS. Estamos concentrados na consolidação da cooperação intra-BRICS e no desenvolvimento de uma agenda própria. <i>Entrada da África do Sul</i> (BRASIL, 2011, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/iii-cupula-do-brics-sanya-14-de-abril-de-2011 . Acesso em: 25 mar. 2022.
“Visão Ampla, Prosperidade Compartilhada ”		
IV Cúpula Nova Délhi/ Índia/2012	(43) “[...] crecente capacidade de pesquisa e desenvolvimento e inovação em nossos países . Incentivamos esse processo tanto em áreas prioritárias como alimentos, produtos farmacêuticos, saúde e energia, quanto em pesquisa básica nos campos interdisciplinares emergentes de nanotecnologia, biotecnologia, ciência de materiais avançados etc. Incentivamos o fluxo de conhecimentos entre nossas instituições por meio de projetos conjuntos, seminários e intercâmbio de jovens cientistas ”. (BRASIL, 2012, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/iv-cupula-do-brics-nova-delhi-28-e-29-de-marco-de-2012 . Acesso em: 25 mar. 2022.
“BRICS Parceria para a Estabilidade Global, Segurança e Prosperidade”		
V Cúpula Durban/ África do Sul/2013	(17) [...] “Reafirmamos também a importância de reforçar a capacidade da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD de cumprir seus programas de construção de consenso, diálogo sobre políticas, pesquisa, cooperação técnica e capacitação , de modo a estar mais bem equipada para executar o seu mandato sobre desenvolvimento. (BRASIL, 2013, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini . Acesso em: 30 mar. 2022.
“BRICS e África: Parceria para Desenvolvimento, Integração e Industrialização”.		
VI Cúpula Fortaleza/ Brasil /2014	(56) “[...] Reconhecemos a importância estratégica da educação para o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico inclusivo . Reafirmamos nosso compromisso em acelerar o progresso na consecução dos objetivos Educação para Todos e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados à educação até 2015 e salientamos que a agenda de desenvolvimento após 2015 deve basear-se nesses objetivos, de modo a garantir educação equitativa, inclusiva e de qualidade e aprendizado ao longo da vida para todos . Estamos dispostos a reforçar a cooperação intra-BRICS na área e saudamos a reunião de Ministros da Educação realizada em Paris, em novembro de 2013. Tencionamos continuar a cooperar com as organizações internacionais relevantes. Encorajamos a iniciativa de estabelecer a Rede Universitária do BRICS . (BRASIL, 2014b, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014 . Acesso em: 30 mar. 2022.
“Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis”		

Edição/País/ano	Recortes da Pauta: Foco educação	Acesso
Tema		
VII Cúpula Ufá/ Rússia/2015	(63) “[...] Notamos a direta interdependência entre o investimento em educação, o desenvolvimento de capital humano e a melhora do desempenho econômico . Reafirmamos a necessidade de educação igualmente acessível, de alta qualidade e duradoura para todos, em linha com a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015. Apoiamos os esforços para assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Encorajamos a mobilidade de estudantes entre países do BRICS . Encorajamos que se explorem as possibilidades de aquisição de habilidades pela implementação de melhores práticas internacionais, inclusive por meio de programas relevantes da <i>WorldSkills</i> . Realçamos a importância primária da educação superior e da pesquisa e clamamos pelo intercâmbio de experiências no reconhecimento de graus e diplomas universitários . Conclamamos que se trabalhe em direção à cooperação entre as autoridades do BRICS para o credenciamento e o reconhecimento. Apoiamos as iniciativas independentes para estabelecer a Rede Universitária dos BRICS e a Liga Universitária do BRICS ” (BRASIL, 2015c, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015 . Acesso em: 30 mar. 2022.
“Parceria BRICS – Um Fator Pujante de Desenvolvimento Global”		
VIII Cúpula Goa/ Índia/2016	(45) “[...] Acolhemos com satisfação os relatórios do BRICS Think Tanks Council e do BRICS Academic Forum , que surgiram como plataformas valiosas para nossos especialistas trocarem pontos de vista. Acreditamos que o desenvolvimento institucional do BRICS é fundamental para nossa visão compartilhada de transformar a arquitetura financeira global em uma baseada nos princípios de justiça e equidade” (BRASIL, 2016b, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/viii-cupula-do-brics-goia-india-15-e-16-de-outubro-de-2016-declaracao-e-plano-de-acao-de-goia . Acesso em: 30 mar. 2022
“Construindo Soluções Responsivas, Inclusivas e Coletivas”.		
IX Cúpula Xiamen/ China/2017	(62) “[...] Ressaltamos a importância da educação para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e para fortalecer a parceria do BRICS e louvamos o progresso da nossa cooperação educacional . Reiteramos o nosso apoio à Liga de Universidades do BRICS e à Rede de Universidades do BRICS na função de condutores da cooperação educacional e de pesquisa e saudamos os esforços para promover a cooperação entre <i>think tanks</i> e os intercâmbios de jovens, inclusive por meio da organização de acampamentos de verão e da oferta de mais oportunidades de bolsas de estudo. Concordamos em compartilhar experiências e práticas na realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável relacionados à educação ” (BRASIL, 2017b, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017 . Acesso em: 31 mar. 2022.
“BRICS: Parceria mais Forte para um Futuro mais Brilhante”		

Edição/País/ano	Recortes da Pauta: Foco educação	Acesso
Tema		
X Cúpula Johannesburg/África do Sul/2018	(58) “[...] Reconhecemos a importância da cooperação científica, técnica, de inovação e empreendedorismo do BRICS para o desenvolvimento sustentável e para aumentar o crescimento inclusivo. Saudamos o desenvolvimento dinâmico da cooperação do BRICS em ciência, tecnologia e inovação e atribuímos especial importância ao avanço de nosso trabalho conjunto nessa área. Afirmamos o valor da implementação de projetos científicos coordenados do BRICS com o objetivo de promover o potencial de ciência, tecnologia e inovação do BRICS como uma contribuição para nossos esforços combinados para enfrentar os desafios da Quarta Revolução Industrial” (BRASIL, 2018d, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles . Acesso em: 31 mar. 2022.
“BRICS na África: Colaboração para o Crescimento Inclusivo e a Prosperidade Compartilhada na 4ª Revolução Industrial”		
XI Cúpula Brasília/Brasil/2019	(69) “[...] Reafirmamos a importância dos intercâmbios interpessoais do BRICS no aprimoramento da compreensão mútua, da amizade e da cooperação entre nossos povos e expressamos satisfação pela realização de várias reuniões e atividades nos campos da cultura, governança, artes, esportes, mídias, filmes, juventude e intercâmbio acadêmico ” (BRASIL, 2019, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-de-brasil-11-cupula-do-brics . Acesso em: 31 mar. 2022.
“BRICS: crescimento econômico para um futuro inovador”.		
XII Cúpula Moscou/Rússia/2020	“[...] Enfatizamos o papel crucial da educação para aprimorar o capital humano, para a requalificação e aperfeiçoamento das pessoas na retomada pós-pandemia da COVID-19, alcançando o desenvolvimento sustentável e permitindo um crescimento econômico inclusivo. Intensificar a cooperação , principalmente no campo do ensino e treinamento técnico e profissional e do ensino superior, por meio de intercâmbios de melhores práticas, de conhecimento e experiência, inclusive em tecnologias digitais para a aprendizagem a distância e híbrida , que se tornaram ferramentas necessárias para a oferta de educação de alta qualidade, de forma acessível e continuada” (BRASIL, 2020c, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics . Acesso em: 31 mar. 2022.
“Parceria do BRICS para a Estabilidade Global, Segurança Compartilhada e		
XIII Cúpula Nova Delhi/ Índia/2021	(72) “[...] Saudamos os resultados das reuniões do Conselho de ‘ <i>Think Tank</i> ’ do BRICS (BTTC, na sigla em inglês) e do Fórum Acadêmico do BRICS, reconhecendo o progresso feito no sentido de fortalecer o diálogo e o intercâmbio entre nossas comunidades acadêmicas, para promover pesquisas voltadas para o futuro, a análise de políticas e o compartilhamento de conhecimento . Saudamos os resultados do Fórum Civil do BRICS e tomamos nota de suas recomendações” (BRASIL, 2021b, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xiii-cupula-brics-declaracao-de-nova-delhi . Acesso em: 09 jun. 2021.
“BRICS 15: Cooperação Intra-BRICS para a Continuidade, a Consolidação e o Consenso”		

Edição/País/ano	Recortes da Pauta: Foco educação	Acesso
Tema		
XIV Cúpula Pequim/China/2022	(62) “[...] Reafirmamos a importância dos intercâmbios interpessoais do BRICS no reforço da compreensão mútua, da amizade e da cooperação entre nossas nações e povos . Notamos com satisfação o progresso feito neste pilar sob a presidência da China em 2022, inclusive nas áreas de governança, cultura, educação, esportes, artes, filmes, mídia, intercâmbio juvenil e acadêmico, e esperamos por mais intercâmbios e cooperação nessas áreas” (BRASIL, 2022, grifo nosso).	Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-da-xiv-cupula-do-brics . Acesso em: 09 jun. 2022.
“Promover a parceria BRICS de Alta Qualidade, inaugurar uma Nova Era para o Desenvolvimento Global”		

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

González de Gómez (2002) esclarece que o dispositivo de informação são os lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos, em suas diferentes formas. Neste caso, a partir dos dispositivos acessíveis, realizou-se a Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2011), que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos para descrição do conteúdo das mensagens.

Na área de Ciências da Informação, Lima e Manini (2017) também recorrem a Bardin para análises qualitativas, reforçando o uso do conjunto de técnicas de análise de comunicações. Para Bardin (2011), esta estratégia consiste em três etapas: A pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A análise se restringiu às Declarações de Cúpula e ao Memorando de criação da BRICS NU. Para a etapa de pré-análise e para classificação das informações foi considerado o contexto da educação superior diante do objetivo legitimado com a criação da Rede de Universidades do BRICS.

Na segunda etapa, dedicada à exploração do material realizou-se o agrupamento das informações de acordo com suas afinidades, realizado pela categoria “educação” no que se refere à acessibilidade, equidade, cooperação científica, tecnológica e acadêmica, internacionalização e qualidade. Em atenção à última etapa, buscou-se a interpretação e compreensão dos assuntos revisados ao longo do processo de modo inferencial ao contexto em que os termos são empregados nos documentos. Assim, o Quadro 12 sintetiza as etapas de unitarização, categorização e descrição sobre a educação nas Declarações Oficiais das Cúpulas no BRICS.

3.1.3 Etapa III

O objetivo específico da etapa III consiste em **identificar tipologias, indicadores e metodologias de mecanismos avaliativos e, a partir delas, compor um instrumento para avaliação da política de informação nas instituições brasileiras de ensino superior que integram a Rede de Universidades do BRICS.**

A busca por instrumentos de avaliação foi determinada pela área de aplicação deste estudo, ou seja, dedicou-se esforços na seara da Educação, Ciência da Informação e Políticas Públicas. Dos referenciais de avaliação adotados (critérios, indicadores e parâmetros), os dois primeiros instrumentos de avaliação analisados — (a) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e (b) instrumento de avaliação da CAPES — têm objetivos semelhantes e são preconizados como avaliação diagnóstica com foco na qualidade da educação em nível superior. Vale ressaltar que os instrumentos são desdobramentos de normas regulamentadoras direcionadas à educação superior brasileira a serem adotadas nas instituições públicas e privadas.

Já o terceiro instrumento, (c) a Métrica Brasileira DGABr foi estudado pela aproximação à área de CI, bem como os dois últimos, (d) Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex Ante e (e) Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex Ante, dedicados à avaliação de políticas públicas. Cabe destacar, que não foi localizado um instrumento de avaliação de políticas da informação especificamente.

Os instrumentos referidos anteriormente serão apresentados a seguir, conforme as alíneas *a, b, c, d e e*:

a) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o SINAES analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes com base em eixos voltados ao ensino, à pesquisa, à extensão, à responsabilidade social, à gestão da instituição, ao corpo docente e às instalações físicas dos educandários (BRASIL, 2004).

A Nota Técnica nº 16/2017 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) esclarece os novos instrumentos de avaliação institucional externa, presencial e a distância, e de cursos de graduação, presenciais e a distância. Para cada ato regulatório, os resultados da avaliação constituirão o referencial básico dos processos, sejam atos institucionais e/ou atos de cursos (BRASIL, 2017a).

Em ambos os processos de avaliação, as métricas não se diferem e seguem a premissa aditiva, ou seja, quanto mais atendimento aos critérios de análise, melhor o conceito atribuído na avaliação, como pode ser observado no Quadro 13.

Quadro 13 – Conceito para Avaliação de Cursos Presencial e a Distância

IAIE/IACG		
Conceito	Legenda	Significado
1	Insatisfatório	Ausência crítica do objeto de avaliação ou de evidência dos atributos descritos no conceito 2
2	Parcialmente Satisfatório	Ausência de evidências dos atributos descritos no conceito 3
3	Satisfatório	Evidências para os atributos apresentados nos descritores do conceito 3
4	Bom	Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e do(s) critério(s) aditivo(s) do conceito 4
5	Muito Bom	Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e do(s) critério(s) aditivo(s) dos conceitos 4 e 5

Fonte: Brasil (2017a).

b) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

A Portaria nº 122, de 5 de agosto de 2021, da CAPES consolida os parâmetros e os procedimentos gerais de Avaliação Quadrienal de Permanência da Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil (BRASIL, 2021a). A Portaria nº 69, de 29 de março de 2022, não revoga o documento anterior, mas altera as normas pertinentes à Comissão de Avaliação (BRASIL, 2022a), especificamente.

c) DGABr

A Métrica Brasileira DGABr é um dos produtos da tese de doutorado da Dr.^a Patrícia Nascimento Silva, orientada pela Prof.^a Dr.^a Marta Macedo Kerr Pinheiro, cuja primeira versão foi disponibilizada em 2018. Trata-se de um sistema desenvolvido para avaliar o potencial de reuso dos dados governamentais abertos (DGA), disponibilizados no Brasil, com base nas políticas de dados abertos brasileiras e em experiências internacionais sobre a avaliação de dados abertos e dados governamentais abertos.

d) Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex Ante

O fundamento de análise ex ante disseminado no Guia Prático contribui para o aprimoramento da formulação e concepção das Políticas Públicas no Governo Federal, pois orienta a tomada de decisão sob a alternativa efetiva, eficaz e eficiente. Trata-se de um trabalho coletivo entre a Casa Civil, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério da Fazenda (MF), o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicado em 2018.

e) Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex post

Assim como o Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex Ante, o Ex Post também foi desenvolvido em um trabalho conjunto entre a Casa Civil, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério da Fazenda (MF), o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que apresenta o referencial metodológico sobre o processo de monitoramento e avaliação das políticas públicas no Governo Federal Brasileiro, permitindo padronização para as rotinas de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

O Quadro 14 resume as características dos instrumentos analisados de acordo com a tipologia, as dimensões e as métricas. No que se refere à tipologia, os cinco instrumentos apresentam abordagem similar. Quanto às métricas, três deles (SINAES, CAPES e DGABR) utilizam escala Likert. O Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex Ante (BRASIL, 2018 a) utiliza o modelo de metas SMART.

As Metas SMART são definidas com base em cinco critérios: S (Específica), M (Mensurável), A (Atingível), R (Relevante) e T (Temporal). Por sua vez, o Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex post (BRASIL, 2018 b) usa a análise envoltória de dados (DEA) e a análise de fronteira estocástica (SFA).

As medidas foram obtidas, então, por essas duas técnicas (DEA e SFA), que podem mitigar a assimetria de informação e favorecer o comparativo entre os desempenhos das políticas públicas em diferentes setores.

Quadro 14 – Instrumentos analisados de acordo com a tipologia, as dimensões e as métricas

Proponente	Instrumento de Avaliação	Tipologia	Dimensões	Métrica
		(Abordagem, natureza, objetivo e procedimento)		
INEP/SINAES	Nota Técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES	Qualitativa; Aplicada; Exploratória e Descritiva; Documental e por levantamento.	* Organização didático-pedagógico, corpo docente e infraestrutura	(1) Insatisfatório (2) Parcialmente Satisfatório (3) Satisfatório (4) Bom (5) Muito bom
	*Atos de reconhecimento e renovação de reconhecimento		**Planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura	
	**Atos de credenciamento e recredenciamento			
CAPES	Portaria nº 69, de 9 de março de 2022	Qualitativa e Quantitativa; Aplicada; Exploratória e Descritiva; Documental e Estudo de Caso.	Programa, formação e impacto.	(MB) Muito Bom (B) Bom (R) Regular (F) Fraco (I) Insuficiente (NA) Não Aplicável
Silva e Keer Pinheiro (2018)	DGABr	Qualitativa; Quantitativa; Exploratória e Descritiva; Documental e por levantamento.	Perspectivas em Dados Abertos, Legal Técnica, Gerencial e Reuso.	Nível 0 (Inexistente) Nível 1 (Em construção) Nível 2 (Não executado) Nível 3 (Executado parcialmente) Nível 4 (Resultados Existentes) Nível 5 (Resultados Avançados)
Brasil (2018a)	Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex	Qualitativa; Exploratória e Descritiva; Documental e	Economicidade, eficiência, eficácia e efetividade nos	Modelo SMART (<i>Specific, Measurable, Attainable,</i>

	Ante	por levantamento e entrevistas.	insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.	<i>Relevant e Time-Based</i>).
Brasil (2018b)	Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex post	Qualitativa; Quantitativa; Exploratória e Descritiva; Documental, Inspeção e Observação.	Economicidade, eficiência, eficácia e efetividade nos insumos, Processos, Produtos, Resultado e Impacto	Análise Envoltória de Dados (DEA) e na Análise de Fronteira Estocástica (SFA).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

3.1.4 Etapa IV

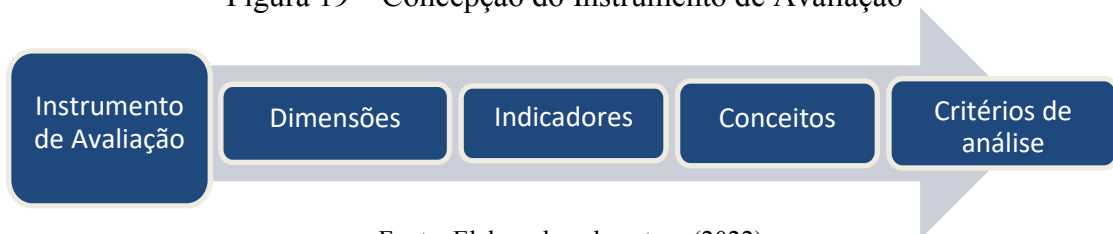
A Etapa IV apresenta o percurso para **elaborar um instrumento para avaliação da política de informação nas instituições brasileiras de ensino superior que integram a Rede de Universidades do BRICS.**

De acordo com Macedo (2017), o processo avaliativo implica em medir, descrever e interpretar com transparência os elementos que sustentam as avaliações: seus objetivos, critérios, indicadores, metodologias e usos, pois as práticas de avaliação respondem a diferentes princípios e interesses.

Para tanto, valeu-se dos instrumentos de avaliação da CAPES, INEP/SINAES, e da Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação das instituições de ensino superior selecionadas e integrantes do BRICS como também dos relatórios do Fórum Acadêmico do BRICS, da Agenda 2030, do Plano Nacional de Educação Brasileiro com o objetivo de subsidiar a construção de uma matriz de avaliação e monitoramento que levem em consideração a diversidade de práticas e contextos em cada país-membro do BRICS, especialmente, do Brasil.

Para entendimento da matriz lógica do instrumento de avaliação das políticas de informação na Rede de Universidade BRICS envolvida em sua concepção, foram estruturadas seções determinadas como dimensões (objetos gerais de avaliação), indicadores (dentro de cada dimensão ou eixo indica-se um objeto de análise específico), conceitos (valores numéricos que representam um nível crescente de qualidade – de 0 a 4) e critérios de análise (conjunto de atributos de informação que caracteriza a qualidade do objeto de análise, associado a um conceito), conforme demonstrado na Figura 19.

Figura 19 – Concepção do Instrumento de Avaliação



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

3.1.4.1 Das dimensões do instrumento de avaliação do instrumento de avaliação da PI na BRICS NU

A lógica da matriz é referenciada por dimensões que podem orientar e qualificar o

processo avaliativo das universidades em rede. As dimensões foram estabelecidas em consonância com as ações para o desenvolvimento nacional do Plano Nacional de Educação (PNE), com a cooperação internacional na área de educação entre os países-membros do BRICS presentes nas Declarações de Cúpula (rever Quadro 12), bem como, na publicação da UNESCO em 2014, intitulada *BRICS: Construir a educação para o futuro – prioridades para o desenvolvimento nacional e a cooperação internacional*, como destacado no Quadro 16.

Quadro 15 – Recomendações da UNESCO

Recomendações UNESCO	
1	Compartilhar conhecimento sobre administração e mecanismos para o financiamento da educação ;
3	Cooperar para melhorar a qualidade das estatísticas educacionais;
4	Gerenciar a expansão do ensino superior através do compartilhamento de experiências;
5	Facilitar a mobilidade estudantil e de profissionais da educação, principalmente entre os BRICS;
7	Conceber e implementar marcos nacionais de qualificações e padronizações para habilidades (validação de diplomas) ;
10	Criar um ponto central para compartilhamento de informação e dados a respeito da cooperação para o desenvolvimento na educação, evitando sobreposição de trabalho;

Fonte: Adaptado de UNESCO (2014).

Ao se considerar a diversidade e os desafios na educação, os países BRICS possuem oportunidades para compartilhar conhecimento e apreender uns com os outros, por meio de iniciativas comuns. Dentre as recomendações apresentadas no Quadro 15, os países podem se movimentar, tanto em âmbito de governo nacional quanto regional, para fortalecer os sistemas educacionais e se beneficiarem com a melhoria do ensino superior no que tange à qualidade e igualdade.

Quando se pensa em comparar experiência e cooperar para melhorar a qualidade dos dados educacionais, o foco não deve centrar-se nas desigualdades nos níveis educacionais de cada país, e, sim, no estabelecimento de sistemas nacionais de avaliação, no embasamento e na utilização de informações para embasar políticas/reformas públicas. Identificar oportunidades para melhorar o nível de organização de dados comparáveis torna-se essencial para o diálogo dos atores sociais da BRICS NU sobre a educação.

No que se refere à expansão do ensino superior, cabe observar as possibilidades para

que seja acessível aos grupos marginalizados e de baixa renda, bem como entender os benefícios e riscos da educação mediada por tecnologia, fato que os cinco países apresentam e que têm contribuições importantes para o movimento da educação.

Outro ponto importante considerado na definição das dimensões do instrumento de pesquisa refere-se ao alinhamento das propostas de cooperação educacional do BRICS com o Marco de Ação para Educação 2030 da UNESCO. Borges (2011) observa que as políticas de equidade visam melhorar o acesso e garantir a qualidade em articulação ao mundo produtivo, tornando-se, portanto, uma estratégia singular para o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico inclusivo.

Especificamente, enfatiza-se o objetivo 4 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que preconiza “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Decorrente dele, relacionam-se os objetivos específicos pertinentes ao tema deste estudo, no Quadro 16.

Quadro 16 – Objetivos secundários oriundos do Objetivo 4 dos ODS até 2030

4.b	Aumentar, substancialmente, o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos estados insulares em desenvolvimento
4.3	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade
4.5	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

Fonte: Adaptado de UNESCO (2014).

No contexto nacional, recorreu-se ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) aprovado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014a), especialmente no que se refere às Diretrizes e Metas do PNE, que estão destacadas no Quadro 17, que aborda as diretrizes de 2014 a 2024 e no Quadro 18, que traz as metas de 2014 a 2024, respectivamente, a seguir.

O PNE é um instrumento de planejamento que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor no Brasil. As ações previstas devem conduzir aos propósitos expressos no Art. 214 da Constituição, quais sejam: erradicação do analfabetismo;

universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do país; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Dentre as diretrizes do PNE, considerou-se para fins deste estudo, aquelas em destaque no Quadro 17.

Quadro 17 – Diretrizes PNE (2014-2024)

Diretrizes PNE	
III	Superação das desigualdades educacionais , com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
IV	Melhoria da qualidade da educação ;
VII	Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país ;
VII	Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
IX	Valorização dos(as) profissionais da educação ;

Fonte: Adaptado de Brasil (2014a, grifo nosso).

Sobre as metas do PNE, observa-se maior aderência ao foco deste estudo as metas 12, 13 e 14, pois referem-se ao acesso, à qualidade e à qualificação docentes, conforme descrição no Quadro 18.

Quadro 18 – Metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024)

Meta	Tema	Descritivo da meta
META 12	Acesso à educação superior	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
META 13	Qualidade da educação superior/Titulação do corpo docente	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
META 14	Acesso à pós-graduação <i>stricto sensu</i> /Ampliação do número de titulados	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Fonte: Adaptado de Brasil (2014a, grifo nosso).

As instâncias: (a) Ministério da Educação (MEC); (b) Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; (c) Conselho Nacional de Educação (CNE); (d) Fórum Nacional de Educação, pretendem verificar o cumprimento das metas do PNE. Trata-se, portanto, de objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, a fim de assegurar a implementação das estratégias, e conseqüentemente, a revisão do percentual de investimento público em educação com base na meta cumprida.

As metas do PNE foram desdobradas em estratégias, como especificadas no artigo 8, da Lei nº 13.005/2014:

[...] I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais; II – considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural; III – garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades; IV – promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais. (BRASIL, 2014a).

Entre as estratégias ancoradas às metas selecionadas, por julgamento, selecionou-se aquelas cujo teor mais se aproxima das dimensões, indicadores e objetivos credenciados no modelo de avaliação proposto neste trabalho. Dessa forma, no Quadro 19 é apresentada a seleção de estratégias para as Metas 12, 13 e 14.

Quadro 19 – Seleção das estratégias do PNE em relação às Metas 12, 13 e 14

Metas	Estratégias
12	12.9. Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior , inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;
	12.10. Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior , na forma da legislação;
	12.12. Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação , em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;
13	13.5. Elevar o padrão de qualidade das universidades , direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ;
	13.7. Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de

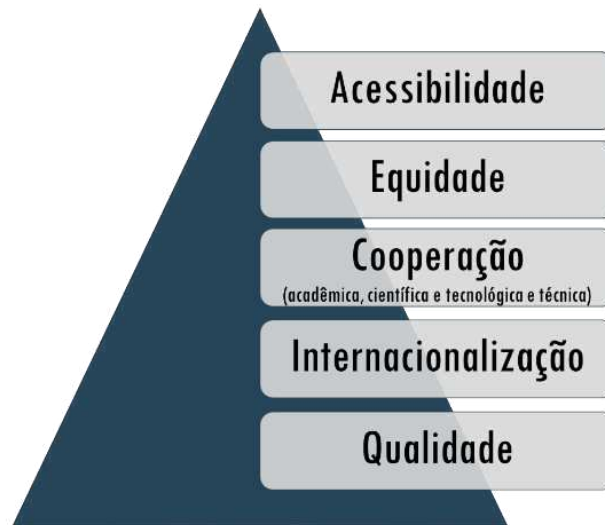
Metas	Estratégias
	educação superior , com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
14	14.1. Expandir o financiamento da pós-graduação <i>stricto sensu</i> por meio das agências oficiais de fomento;
	14.5. Implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;
	14.9. Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras , incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;
	14.10. Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional , entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;
	14.12. Ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de quatro doutores por mil habitantes;
	14.13. Aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do país e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, instituições de educação superior (IES) e demais instituições científicas e tecnológicas (ICTs);

Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2014a).

Desse modo, para cada termo, reconhecido como dimensão ou eixo, descreve-se o entendimento teórico aplicado ao contexto das redes universitárias, cujo objetivo é promover a cooperação no domínio da educação superior. A partir de análise de conteúdo estabeleceu-se, segundo os critérios de Bardin (2011), as dimensões prioritárias para este estudo, uma vez que combinam com as aspirações dos países BRICS, da mesma maneira em que estão evidenciadas no relatório da UNESCO (2014) e no Plano Nacional de Educação Brasileiro (2014–2024).

Diante do exposto, foram estabelecidas as dimensões do instrumento de avaliação expressas na Figura 20.

Figura 20 – Dimensões do Modelo de Avaliação



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A dimensão **acessibilidade** se relaciona à formação dos recursos humanos por meio de bolsas de estudos ou disponibilização de vagas para os estudos em países conveniados.

Na dimensão **equidade**, menciona-se as políticas de informação dedicadas às minorias, vítimas de discriminação, para o acesso à educação superior de modo equânime.

Sobre acesso e equidade, os BRICS têm tentado reduzir as disparidades por meio de diferentes programas adequados e inclusivos em todos os níveis educacionais. Para Ristoff (2016), a ideia de uma nação inclusiva, implica trazer para o centro da arena das ações grupos sociais: os pobres, negros, os indígenas, a população que vive em áreas remotas do país etc.

Jacob e Holsinger (2008) defendem que a igualdade de oportunidades significa que todos devem ter a mesma oportunidade de prosperar, independentemente das variações, as circunstâncias em que nasceram. Uma nação, por outro lado, só pode se tornar emancipadora se, aos indivíduos e aos grupos sociais, é ofertada educação de qualidade, pois só assim terão acesso ao instrumental que lhes permita gerar as suas próprias oportunidades na vida e colocar suas energias criativas a serviço do desenvolvimento do país.

Felicetti e Morosini (2009) endossam que questões como sexo, raça, condições socioeconômicas ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior, portanto, acesso e equidade são coexistentes (BERTOLIN, 2009) e estão na esteira da discussão na UNESCO (1998, 2009), especialmente com relação às ideias de Responsabilidade Social das universidades, o entendimento da educação como um bem público, e a determinação de trabalhar em prol da criação de oportunidades de acesso com equidade e qualidade.

Sobre a dimensão **cooperação**, recorreu-se à Agência Brasileira de Cooperação (BRASIL, 2020b), para entender as modalidades de cooperação, sendo elas: cooperação técnica (CT), cooperação científica e tecnológica (CC&T), cooperação educacional ou acadêmica (CA) e cooperação financeira (CF), entendendo todas essas como pilares que sustentam a cooperação internacional.

Neste estudo concentrou-se na **cooperação técnica (CT)**, que se refere ao desenvolvimento de capacidades, entendida como identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e de competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e a implementação de soluções endógenas, bem como na **cooperação científica e tecnológica (CC&T)**, por operar com o intercâmbio de informação e de documentação científica e tecnológica e fomento à pesquisa científica (BRASIL, 2020b).

Em consonância com as Metas 13 e 14 do Plano Nacional de Educação Brasileiro (PNE), a **cooperação educacional ou acadêmica (CA)** também foi estabelecida como dimensão, uma vez que, a melhoria na qualificação do corpo docente em efetivo exercício nas instituições que compõem o sistema de educação superior brasileiro, especialmente por meio da titulação em cursos de mestrado e doutorado, que se refere ao objetivo da Meta 13 do PNE. Já a Meta 14, prevê a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores ao final da vigência do PNE em 2024.

A dimensão **internacionalização** foi delineada pelo viés tradicional de **mobilidade acadêmica** (MOROSINI, 2017) cuja possibilidade está atrelada às diferentes formas de cooperação imbricadas numa noção positiva de qualidade (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012). Refere-se às iniciativas de discentes, docentes e egressos das instituições domésticas estabelecerem trocas com as instituições estrangeiras, enviando e recebendo pessoas, fomentando o trabalho em parceria com interação e dinamismo exigidos pela ciência (CAPES, 2021).

Na dimensão **qualidade**, apesar do desafio polissêmico do termo, valeu-se das contribuições de Souza (2017), uma vez que exploram o conceito qualidade no contexto de educação superior. De acordo com o autor, etimologicamente, qualidade pode ser definida como um atributo capaz de distinguir, marcar, determinar a natureza de dado objeto, porém considerou que não se pode atribuir um valor absoluto à qualidade no campo educacional.

No entanto, traz possibilidades para a definição do conceito na educação superior, dentre elas, apropriando-se da qualidade como fenômeno excepcional ou equivalente à noção

de isomorfismo (MOROSINI, 2017), com a adequação da educação superior. Neste estudo, o termo qualidade está diretamente relacionado aos *rankings* acadêmicos internacionais, situação que exige dos países com menor tradição acadêmica, investimento significativo em infraestrutura, capital humano para que o foco sejam pesquisas com envolvimento de pesquisadores renomados, preferencialmente, oriundo de universidades de classe mundial (KHOMYAKOV; DWYER; WELLER, 2020).

Apesar de não serem determinantes para a qualidade percebida pela sociedade, os *rankings* acadêmicos internacionais foram incorporados por diferentes setores e atores sociais que recorrem aos pressupostos fundantes de suas metodologias como parâmetros para as políticas institucionais e de informação (THIENGO; BIANCHETTI, 2019), argumento realçado na decisão estratégica que compõe a dimensão qualidade do modelo proposto, afinal, até porque as universidades estão em movimento e buscam melhor integração na academia global, ainda que, por vezes, se transformam pela identidade de instituições mais fortalecidas para a corrida pela excelência (KHOMYAKOV; DWYER; WELLER, 2020).

Diante do exposto e, uma vez identificadas as dimensões, foram definidos os indicadores (JANNUZZI, 2009; QUEIROZ, 2009; CASSIOLATO E GUERESI, 2010), e os meios de verificação (RIBEIRO, 1999; GONZÁLEZ DE GÓMEZ; 2012).

3.1.4.2 Dos objetivos e indicadores do instrumento de avaliação da PI na BRICS NU

Intencionalmente, para elaboração dos indicadores, se propôs a seguir os apontamentos de Siedenberg (2003), respeitando características elementares de um bom indicador — ser simples, dinâmico, sensível, holístico, confiável, participativo e capaz de combinar aspectos gerais com a especificidade de cada IES em relação à BRICS NU.

Para Cassiolato e Guerresi (2010), o indicador é um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado, de modo quantitativo ou qualitativo. Trata-se de uma construção que possibilita a averiguação do sentido e da intensidade do movimento de uma variável (ou conjunto de variáveis) relevante para o enfrentamento de avaliação significativa, utilizado para organizar e captar as informações dos elementos que compõem o objeto da observação.

Souza (2017) complementa que o indicador refere-se a medidas, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotadas de significado particular e utilizadas para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. De acordo com

Cassiolato e Guerresi (2010, p. 21), “É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado”.

Numa concepção de um catálogo de requisitos desejáveis às políticas informacionais implícitas e explícitas na Rede de Universidades do BRICS, foram listadas as dimensões, os objetivos e os indicadores, com base em Cassiolato e Guerresi (2010), para cada dimensão ou eixo, conforme critério de avaliação apontado no Quadro 20.

Quadro 20 – Dimensões x Objetivos x Indicadores

Dimensões	Objetivos	Indicadores
Acessibilidade	1. Ofertar mecanismos para o financiamento da educação para aumentar as possibilidades de acesso ao ensino superior	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de vagas ofertadas}}{\text{N}^\circ \text{ de vagas ocupadas por financiamento (público ou privado)}}$
Equidade	2. Garantir a igualdade de acesso à educação superior <i>stricto sensu</i> para as classes mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e mulheres.	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de vagas ofertadas}}{\text{N}^\circ \text{ de vagas ocupadas pelas classes vulneráveis}}$
Cooperação (Acadêmica, Científica e Tecnológica e Técnica)	2. Realizar formação continuada do docente e/ou formadores (pública ou privada) da BRICS NU e/ou externa	% de professores contemplados em formação
	3. Ofertar projetos de mestrado ou doutorado com dupla certificação internacional entre as IES da BRICS NU	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de projetos de mestrado e/ou doutorado ofertados}}{\text{N}^\circ \text{ de professores/formadores contemplados}}$
	4. Realizar projetos de pesquisa em cooperação bilateral ou multilateral entre as IES da BRICS NU	% de acordos formalizados com projetos de pesquisa (em andamento ou finalizados)
	5. Elaborar produtos técnicos envolvendo a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade	% de produção técnica disponibilizada em multicanais de tecnologia e comunicação
Internacionalização	6. Facilitar a mobilidade acadêmica de discente e de profissionais da educação entre os países BRICS	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de vagas ofertadas}}{\text{N}^\circ \text{ de vagas ocupadas}}$
Qualidade	7. Melhorar os dados educacionais por meio da classificação das IES da BRICS NU em <i>rankings</i> internacionais	% de IES integrantes da BRICS NU destacadas nos <i>rankings</i> internacionais

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ao indicador ratifica-se requisitos de validade e confiabilidade (pertinência e adequação para aferir o desempenho); mensurabilidade (passível de aferição periódica) e economicidade (obtido a um custo razoável), além das premissas básicas referentes à relevância e utilidade do indicador (CASSIOLATO; GUERESI, 2010).

Os indicadores sugeridos são classificados como indicadores simples e descritivos de acordo com Macedo (2017). Isso porque os indicadores descritivos não são carregados de valor, representam dados de uma determinada (única) dimensão social, por isso, também, se caracterizam como simples. Outro fator significativo, refere-se à eficácia de um indicador. O indicador pode ser mensurado a partir de um conjunto de características, como as destacadas no Quadro 21.

Quadro 21 – Características do indicador

Características do indicador		
1	Finalidade	O indicador deve estar diretamente ligado aos objetivos da política (pública) sob avaliação;
2	Disponibilidade de dados	Um indicador não é de grande valia se for obtido somente uma vez;
3	Sensibilidade em relação à atuação do governo	O indicador deve refletir as alterações ocorridas na política pública de forma direta;
4	Confiabilidade e credibilidade	Relaciona-se à condição de consistência da coleta de dados por indivíduos diferentes, ao passo que a credibilidade se refere à sua aplicabilidade;
5	Comparabilidade	Deve-se gerar a possibilidade de comparação dos dados e informações relacionadas ao indicador ao longo do tempo;
6	Validade	O indicador deve ser considerado relevante e suficientemente compreendido pelos envolvidos em sua gestão e análise.

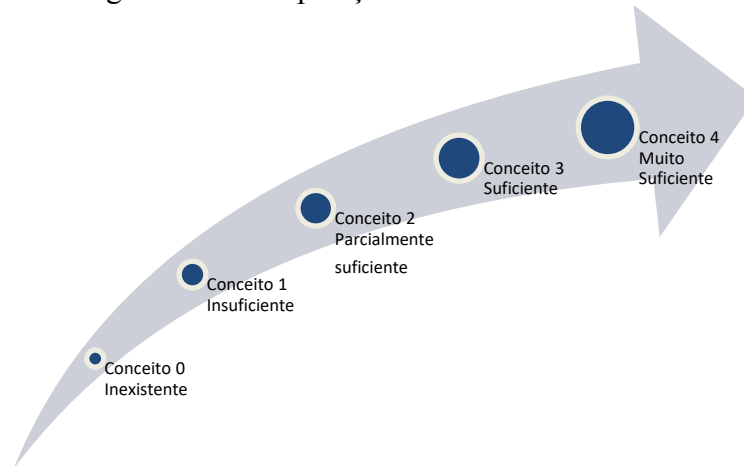
Fonte: Adaptado de Macedo (2017).

Observa-se convergência no apontamento das características dos indicadores, sendo que a partir da finalidade seja possível mensurá-los de modo confiável e passível de comparação, com atenção ao custo da operação em sua aplicação. Dessa maneira, acredita-se que os indicadores propostos reúnem as características apontadas como atributos importantes na caracterização dos indicadores em um instrumento (CASSIOLATO; GUERESI, 2010; MACEDO, 2017).

3.1.4.3 Os conceitos e critérios do instrumento de avaliação do instrumento de avaliação da PI na BRICS NU

Para a composição dos conceitos, seguiu-se o que se pratica em boa parte dos instrumentos de avaliação no contexto da educação superior. Correspondente à escala de Likert (RIBEIRO, 1999), os conceitos foram estabelecidos em escala numérica de 0 a 4, sendo o Conceito 0 como inexistente, o Conceito 1 quando insuficiente, o Conceito 2, como parcialmente suficiente, o Conceito 3, em caso de suficiente, e, por fim, o Conceito 4, muito eficiente, uma vez que apresenta todos os parâmetros analisados correspondentes à política de informação, conforme exposto na Figura 21.

Figura 21 – Composição crescente de conceitos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ribeiro (1999).

Os critérios de análise correspondem aos itens específicos sobre a condição de evidências, ou seja, das ações de informação propriamente ditas, evidenciadas nos dispositivos de informação, conforme sugere González de Gómez (2012). Diante do exposto, descreve-se os critérios de análise, a escala e os termos utilizados no conceito, como apresentado no Quadro 22.

Quadro 22 – Conceitos e critérios de análise

Conceito		Descrição
0	Inexistente	Não apresenta o dispositivo de informação, ou seja, não existe a política de informação pertinente ao objeto de avaliação;
1	Insuficiente	A política de informação não atende ao objeto de avaliação;
2	Parcialmente suficiente	A política de informação atende ao objeto de informação no dispositivo de informação, porém não apresenta as evidências ou ações de informação;
3	Suficiente	A política de informação apresenta o objeto de análise no dispositivo de informação e apresenta as evidências comprobatórias;
4	Muito suficiente	A política de informação apresenta o objeto de análise no dispositivo de informação, expõe as evidências comprobatórias e promove a comunicação com a sociedade por meio dos artefatos de informação.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ademais, a intencionalidade na redação dos critérios está na relação entre os elementos das dimensões contempladas nos dispositivos de informação e na qualidade de atributos associados e evidenciados nas ações de informação sob a premissa aditiva.

No Quadro 23 é possível visualizar as características do instrumento e os autores que fundamentam a elaboração dos itens.

Quadro 23 – Características do Instrumento

Concepção do Instrumento		Autores
Dimensões – Objetivos gerais de avaliação	Descritivas	Jannuzzi (2009); Bardin (2011)
Indicadores – Objetos de análise específicos	De eficácia, descritivos e simples	Cassiolato e Guerresi (2010); Jannuzzi (2009); Queiroz (2009)
Conceitos – Valores numéricos que caracterizam eficácia	Escala Likert	Ribeiro (1999)
Critérios de Análises – Conjunto de atributos de informação (evidências) sob premissa aditiva	Evidências (dispositivos, ações e artefatos de informação)	González de Gómez (2012)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Por fim, o instrumento foi composto por cinco dimensões descritivas — acessibilidade, equidade, cooperação, internacionalização e qualidade —, sete objetivos e indicadores, que, se levantados com assertividade podem auxiliar os gestores no mapeamento das ações de informação que geram resultado significativo para a IES em rede de cooperação.

3.1.5 Etapa V

A etapa V, tem como objetivo **validar o instrumento proposto para avaliação da política de informação nas instituições brasileiras de ensino superior que integram a Rede de Universidades do BRICS.**

Nessa etapa, buscou-se avaliar a capacidade do instrumento em medir o fenômeno estudado, ou seja, avaliar a política de informação na BRICS NU, inicialmente pela validação de conteúdo do instrumento proposto. Segundo Alexandre e Coluci (2011), a validade de conteúdo é essencial no desenvolvimento de novas medidas porque, representa a origem de mecanismos que podem associar conceitos abstratos com indicadores observáveis e mensuráveis. Para as autoras, trata-se da avaliação de cada elemento do instrumento de medida diante da relevância e representatividade com o propósito particular da avaliação.

Os procedimentos recomendados por Alexandre e Coluci (2011) para realizar a validade de conteúdo durante os processos de construção e de adaptação dos instrumentos de medida foram pontualmente considerados neste estudo, sobretudo, pela particularidade de a avaliação ser realizada somente por comitês de especialistas, condição antes ratificada por Lynn (1986).

Ainda que não seja consenso científico sobre o número e a qualificação desses especialistas, Lynn (1986) recomenda o mínimo de cinco e o máximo de dez pessoas participantes desse processo, levando-se em consideração as características do instrumento, a formação, a qualificação e a disponibilidade dos profissionais necessários; a validade de conteúdo compreende a avaliação realizada por um comitê de especialistas. Hernandez-Nieto (2002) propõe que os avaliadores dos itens/questões sejam três ou cinco *experts* de reconhecido saber (teórico e prático) na área específica.

A avaliação do conteúdo foi realizada em duas etapas, a primeira envolve o desenvolvimento do instrumento e, posteriormente, a avaliação desse também por meio da análise por especialistas. Dessa forma, para desenvolvimento do instrumento considerou-se três fases: (a) identificação dos domínios, tratados neste estudo como dimensões — acessibilidade, equidade, cooperação, internacionalização e qualidade; (b) formação dos itens, definidos em escala acumulativa, sendo cinco variáveis, perfazendo o total de 40 itens em cinco dimensões, concluindo, portanto, a terceira fase; (c) de construção do instrumento, conforme descreve o estudo de Alexandre e Coluci (2011). Lynn (1986) reforça a importância da observação desses passos a fim de melhorar a qualidade do instrumento.

Em relação à seleção do comitê de especialistas, tratados aqui como juízes, foi considerado o conhecimento metodológico sobre a construção de questionários e escalas, experiência docente, qualificação acadêmica (doutores) e disponibilidade (LYNN, 1986). Os sujeitos de pesquisa do Grupo I, composto por cinco doutores de diferentes áreas do conhecimento, atuam na educação superior há mais de 20 anos, seja na docência e/ou desempenhando funções de gestão nas IES em que estão afiliados, como demonstrado no Quadro 24.

Quadro 24 – Comitê de Especialistas – Grupo I

Sujeitos	Titulação	IES
JI	Doutor(a) em Administração	UnB
JII	Doutor(a) em Administração	UnB
JIII	Doutor(a) em Ciência da Informação	UFSC
JIV	Doutor(a) em Ciências da Saúde	UNIMONTES
JV	Doutor(a) em Educação	UNIMONTES

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme orientações de Berk (1990) sobre o esclarecimento aos juízes especialistas sobre o processo de avaliação, para este grupo, foi realizado o contato telefônico, logo foi endereçado no e-mail institucional o convite para participação dessa etapa, com apresentação geral da proposta incluindo o objetivo do estudo, orientações específicas pertinentes ao instrumento, bem como, o Termo de Livre Consentimento e, em anexo, o arquivo em Excel para avaliação individual e independente.

Coube ao comitê de juízes (Grupo I) ajuizar o instrumento com base em pilares representativos e inerentes à proposta de validação, no que se refere à clareza da linguagem dos itens, sendo oferecido aos mesmos espaços para novas propostas de redação e/ou sugestões para melhorar o item ou fazer comentários, como sugerem Alexandre e Coluci (2011). Em relação à clareza, avaliaram a redação dos itens, observando sua compreensibilidade e se expressavam adequadamente o que se esperava medir, assim como a pertinência, considerando a relevância dos itens e se estes refletiam os conceitos envolvidos e, se estavam adequados para atingir os objetivos propostos.

O Grupo II, apresentado a seguir no Quadro 25, foi constituído por doutores da Ciência da Informação, seguindo as recomendações de Hernandez-Nieto (2002), especialmente, pela

qualificação no campo da CI. Os sujeitos de pesquisa deste grupo estão vinculados (permanentes ou colaboradores) do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com exceção do orientador desta pesquisa. A partir dos dados extraídos do site institucional da referida Universidade/Programa, o e-mail foi endereçado ao grupo, com o convite para participação dessa etapa, com apresentação geral da proposta, orientações pertinentes ao instrumento juntamente com o link do *Google Forms* e o Termo de Livre Consentimento.

Quadro 25 – Comitê de Especialistas – Grupo II

Juízes	Titulação	IES
JII	Doutor(a) em Engenharia de Produção	UFSC
JIII	Doutor(a) em Ciência da Informação	UnB
JIII	Doutor(a) em Ciência da Informação	UFSC
JIV	Doutor(a) em Modelagem Matemática e Computacional	CEFET-MG
JV	Doutor(a) em Ciência da Informação	UFSC
JVI	Doutor(a) em Ciência da Informação	UFSC

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Este comitê, composto por seis especialistas, analisou o instrumento sobre sua concordância ou não dos itens apresentados concernentes à clareza e pertinência. Para ambos os comitês, adotou-se o Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC), proposto por Hernandez-Nieto em 2002. O CVC foi criado com o objetivo de responder, de forma mais adequada e por se tratar de uma escala ordinal, às necessidades deste tipo de validade quanto à clareza e pertinência, apresentadas em uma escala do tipo Likert (graduada de 1 a 5 pontos). Assim, para o referido autor, o CVC mede a porcentagem de juízes que estão em concordância sobre determinados aspectos dos itens bem como da abrangência total do instrumento com o uso de escala tipo Likert.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentar

4.1 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS

Todas as etapas de elaboração do instrumento foram, detalhadamente, descritas na seção anterior, no percurso metodológico, em especial na Etapa IV. Nesse sentido, no Quadro 26 expõe-se a proposição completa do Instrumento de avaliação das políticas de informação da Rede de Universidades do BRICS.

Defende-se que o modelo de avaliação formulado neste estudo contempla as características necessárias para fundamentar o processo avaliativo e propiciar aos atores sociais: (a) reitores e gestores das IES – a compreensão das condições da IES, no que se refere ao monitoramento das ações de informação alinhadas aos objetivos da BRICS NU e sua atuação em âmbito internacional; (b) comunidade científica (pesquisadores, docentes, discentes) – a qualificação dos alcances do intercâmbio de informações e conhecimento e fortalecimento da ciência entre as IES (nacionais e internacionais), e a identificação das oportunidades para atuação nos grupos de trabalho; (c) governo – observação dos insumos para (re)avaliação dos recursos destinados ao projeto com base nos objetivos pretendidos ou mesmo a reformulação destes, bem como, do próprio processo de inserção na rede; e (d) sociedade civil – a ciência sobre a participação e contribuição das universidades públicas diante dos objetivos da BRICS NU. Chama-se a atenção para a necessidade de os atores sociais conscientizarem-se sobre o poder transformador da informação, para que, a partir daí, seja facilitado ao ser humano a transformação da informação em conhecimento e, conseqüentemente, em ação na sociedade, como preconiza Araújo (2001).

Espera-se que as instituições de ensino utilizem o instrumento para uma autoavaliação e monitoramento da participação em rede, em especial, sobre os propósitos firmados em 2016, quando acordaram a cooperação pela BRICS NU: criar novos programas de pós-graduação, desenvolver atividades de ensino e pesquisa em língua inglesa com utilização de tecnologias de informação em modalidades presenciais e a distância, elaborar material didático e pedagógico, promover intercâmbio docente e discente de forma a estimular a parceria entre as IES (BRASIL, 2015a).

Quadro 26 – Instrumento de avaliação da política de informação na BRICS NU

Dimensões	Objetivos	Indicadores	Conceitos	Crítérios
Acessibilidade	1. Compartilhar conhecimento sobre administração e mecanismos para o financiamento da educação para aumentar as possibilidades de acesso	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de vagas ofertadas}}{\text{N}^\circ \text{ de vagas ocupadas}}$ por financiamento (publico ou privado)	0	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.
			1	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não menciona os mecanismos de estímulo e atratividade e não viabiliza financiamento para o acesso à educação superior.
			2	Não há ações de informação pertinentes ao objeto de avaliação mencionado na política de informação que comprovem a viabilidade de acesso à educação superior.
			3	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise menciona os mecanismos de estímulo e atratividade e viabiliza fomentos (públicos e privados) para o acesso à educação superior.
			4	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise menciona diferentes mecanismos de estímulo, atratividade e viabilidade, apresenta evidências quantitativas das ações de informação e apropriação por todos os segmentos da comunidade acadêmica.
Equidade	2. Garantir a igualdade de acesso a educação superior <i>stricto sensu</i> para as classes mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de vagas ofertadas}}{\text{N}^\circ \text{ de vagas ocupadas}}$ pelas classes mais vulneráveis	0	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.
			1	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não contempla com distinção as classes mais vulneráveis.
			2	Não há ações de informação pertinentes ao objeto de avaliação mencionado na política de informação conforme dispositivo de informação em análise.
			3	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise faz deferência às classes mais vulneráveis e apresenta evidências quantitativas das ações de informação.

	indígenas e mulheres.		4	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise faz deferência às classes mais vulneráveis . Apresenta evidências quantitativas e qualitativas das ações de informação e estimula a adesão por meio de ampla comunicação em todos os segmentos da comunidade acadêmica.
Cooperação (Acadêmica, Cooperação Científica e Tecnológica e Técnica)	2. Realizar formação continuada do docente e/ou formadores (pública ou privada) da BRICSNU e/ou externa	% de professores contemplados nas formação	0	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.
			1	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não contempla a formação continuado do docente ou formador.
			2	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise contempla a formação continuada apenas do docente da BRICSNU, sem vincular outros benefícios à comunidade acadêmica fora da rede.
			3	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise contempla a oferta de cursos rápidos de extensão para docentes da BRICSNU bem como para docentes externos à rede fomentando o desenvolvimento acadêmico.
			4	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise contempla a formação continuada para docentes da BRICSNU bem como para docentes externos à rede, com oferta de cursos de extensão de língua estrangeira e outros, módulos e programas, treinamentos online, fomentando o desenvolvimento acadêmico e a promoção de ações inovadoras na prática docente.
	3. Ofertar projetos de mestrado ou doutorado com dupla certificação internacional entre as IES da Rede de Universidades do	Nº de projetos de mestrado e/ou doutorado ofertados x Nº de professores/formadores	0	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.
			1	Apesar de previsto na política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, o(s) projeto(s) de mestrado e/ou doutorado não foi(ram) viabilizado(s).
			2	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, não prevê a dupla certificação internacional.

	BRICS	contemplados	3	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise prevê a dupla certificação internacional, a partir de diretrizes institucionais estabelecidas e amplamente comunicadas (em meio impresso ou digital) para o reconhecimento de equivalência de títulos.
			4	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise prevê a dupla certificação internacional, conforme diretrizes institucionais estabelecidas e amplamente comunicadas (em meio impresso ou digital) para o reconhecimento de equivalência de títulos articulando os objetivos da BRICSNU e a promoção de ações inovadoras.
	4. Projetos de pesquisa em cooperação bilateral ou multilateral entre as IES da Rede de Universidades do BRICS	% de acordos formalizados com projetos de pesquisa (em andamento ou finalizados)	0	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.
			1	Apesar de previsto na política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, o(s) projeto(s) de pesquisa não foi(ram) viabilizado(s).
			2	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise privilegia o acordo bilateral ao multilateral.
			3	Existem evidências de projetos de pesquisa em andamento e/ou finalizado (s) independentes da modalidade de cooperação que articulam o alinhamento entre os objetivos da BRICSNU voltados os desenvolvimento acadêmico das IES em rede conforme preconiza a política de informação descrita no dispositivo de informação em análise.
			4	Existem evidências das ações de informação dos projetos de pesquisa em andamento e/ou finalizado (s) independentes da modalidade de cooperação que articulam o alinhamento entre os objetivos da BRICSNU voltados os desenvolvimento acadêmico, econômico e social, considerando a melhoria nas condições de vida da sociedade dos países BRICS conforme preconiza a política de informação descrita no dispositivo de informação em análise.

	5. Elaborar produtos técnicos envolvendo a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade	% de produção técnica disponibilizada em multicanais de tecnologia e comunicação	0	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.
			1	Apesar de previsto na política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, os produtos técnicos envolvendo a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade não foi(ram) viabilizado(s).
			2	Não há ações de informação efetivas condizente à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que comprovem a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade.
			3	Há ações de informação efetivas e condizentes à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que comprovem a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade.
			4	Há ações de informação efetivas e condizentes à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que comprovem a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade. Apresentam diversidade em artefatos de informação em cumprimento ao objetivo proposto.
Internacionalização	6. Facilitar a mobilidade acadêmica de discente e profissionais da educação entre os países BRICS	Nº de vagas ofertadas x Nº de vagas ocupadas	0	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.
			1	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não estimula e não atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à internacionalização por mobilidade entre pessoas e países do BRICS.
			2	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à internacionalização por mobilidade entre pessoas e países do BRICS.
			3	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise estimula a adesão, incentiva por meio de fomento e atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à internacionalização por mobilidade entre pessoas e países do BRICS.

			4	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise estimula a adesão, incentiva por meio de fomento, atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à mobilidade e promove espaços para socialização da experiência favorecendo o protagonismo do intercambista.
Qualidade	7. Melhorar os dados educacionais por meio da classificação das IES da Rede de Universidades do BRICS em rankings internacionais	% de IES integrantes da BRICSNU destacadas nos rankings internacionais	0	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.
			1	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não menciona o objeto de avaliação.
			2	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não atende às demandas preconizadas pelos rankings internacionais de qualidade acadêmica.
			3	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise atende às demandas preconizadas pelos rankings internacionais de qualidade acadêmica e incentiva à coopetição entre as IES da BRICSNU.
			4	Há ações de informação efetivas e condizentes à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que atendem às demandas preconizadas pelos rankings internacionais de qualidade acadêmica e incentiva à coopetição entre as IES da BRICSNU e estimula com benefícios estudantis a melhoria dos dados educacionais conquistados.

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

4.2 COEFICIENTE DE VALIDADE DE CONTEÚDO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS

Como explicado anteriormente, a quinta etapa consiste em validar o instrumento de avaliação da política de informação na BRICS NU. Para tanto, o comitê de especialistas, considerados, portanto, sujeitos de pesquisa, avaliaram os itens do modelo de avaliação proposto sob importantes pilares: a clareza da linguagem e a pertinência prática do item (ALEXANDRE; COLUCI, 2011). A clareza de linguagem diz respeito a quanto cada item é compreensível e expressa adequadamente o que se espera medir, com o uso da escala de cinco pontos, em que 1 corresponde a *não há clareza* e 5 a *há muita clareza*. O critério de pertinência prática se refere à compreensão de cada item e, se este é apropriado para atingir os objetivos propostos. Sendo assim, utilizar a questão dicotômica, sim ou não.

Nessa etapa, o coeficiente de validade de conteúdo (CVC), que mensura o grau de concordância de respostas dos juízes para cada item, foi analisado em relação aos critérios de clareza de linguagem e pertinência prática. Para cada item, é recomendado apresentar um valor de $CVC \geq 0,8$; caso contrário, é necessário reformular o item ou retirá-lo já que este valor sugere que os juízes não estão de acordo em relação ao item (HERNÁNDEZ-NIETO, 2002). A fórmula utilizada consta na Tabela 3.

Tabela 3 – Fórmula do CVC

Fórmula do CVC	
1	Média de cada item: soma dos valores obtidos na escala de Likert (x) para os diferentes juízes dividida pelo número de juízes (J) $M_x = \sum x / J$
2	CVC do item: média do item pelo número máximo que o item poderia alcançar $CVC_i = M_x / V_{\text{máx}}$
3	CVC _c : CVC do item subtraído da constante (Pe _i) da fórmula $CVC_c = CVC_i - (1/J)^j$
4	CVC total: média do CVC do item subtraído da média da constante $CVC_t = M_{cvc_i} - M(1/J)^j$

Nota. CVC_i – Coeficiente de validade de conteúdo de cada item; CVC_c – Coeficiente de validade de conteúdo de cada item subtraído da constante; Pe_i – Constante de fórmula; CVC_t – Coeficiente de validade de conteúdo total do critério.

Fonte: Alexandre e Coluci (2011, p. 42).

As análises foram conduzidas no *Microsoft Office Excel*. Os resultados do CVC_t para os critérios de clareza de linguagem e pertinência prática foram satisfatórios, todos os itens apresentaram um valor de CVC_t = 0,91 para o Grupo I. Como reforço da informação apresentada anteriormente na metodologia, o Grupo I foi composto por cinco juízes, doutores

em diferentes áreas do conhecimento, que contribuíram com o desenvolvimento deste estudo. As indicações de melhorias no texto foram realizadas para que as variáveis apresentadas no instrumento estivessem mais claras aos atores sociais.

Vale ressaltar que essa técnica é recomendada por Pasquali (1999), Hernández-Nieto (2002), Balbinotti, Benetti e Terra (2006), por mensurar estatisticamente o nível de concordância entre os juízes ao determinar se o instrumento é capaz de representar um comportamento e verificar se a representatividade dos itens expressa adequadamente o conteúdo a ser avaliado. Sobre a pertinência do item avaliada pela questão dicotômica, os juízes consideraram os itens apropriados, ou seja, todos os especialistas responderam “sim” concordando com a pertinência dos itens apresentados ao objetivo deste estudo.

4.3 A PERCEPÇÃO DO COMITÊ ESPECIALISTA SOBRE A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA BRICS NU

Para os integrantes do comitê de especialistas prevalece a afirmação de que a avaliação da política de informação é essencial para fomentar a melhoria de sua eficácia com foco na geração de valor para o processo de tomada de decisão na BRICS NU, parecer bem aproximado do que defende Freire (2008). Para o autor, a política de informação deve ser um instrumento regulador entre a sociedade e os avanços científicos e tecnológicos, que contribuem para a melhoria do nível educacional, cultural e política, elementos básicos para o exercício da cidadania.

Apenas para recapitular, no comitê de especialistas do Grupo II, estão vinculados docentes (permanentes ou colaboradores) do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para este grupo, outras quatro questões foram direcionadas a fim de se conhecer a percepção deles sobre as políticas informacionais, bem como sua relevância dedicada à BRICS NU.

Antes, porém, considerou-se interessante, identificar se algum dos juízes avaliadores tinha experiência em avaliações externas às IES. Dos integrantes do comitê de especialistas, apenas um deles se declarou avaliador do INEP, integrante do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis), como mostra o Quadro 27.

O BASis é composto por docentes da educação, selecionados pelo INEP, para realizar avaliações externas de instituições de educação superior e dos cursos de graduação. Sob critérios como ser docente do ensino superior e estar vinculado à alguma IES, possuir titulação

stricto sensu, ter reputação ilibada, estar livre de pendências junto às autoridades tributárias e previdenciárias, e, além disso, esses docentes precisam declarar também sua disponibilidade para realizar as avaliações.

Quadro 27 – Comitê de Especialistas – BASIs

Juízes	Titulação	IES	BASIs
J1	Doutor(a) em Engenharia de Produção	UFSC	Não
JII	Doutor(a) em Ciência da Informação	UNB	Não
JIII	Doutor(a) em Ciência da Informação	UFSC	Não
JIV	Doutor(a) em Modelagem Matemática e Computacional	CEFET-MG	Não
JV	Doutor(a) em Ciência da Informação	UFSC	Sim
JVI	Doutor(a) em Ciência da Informação	UFSC	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

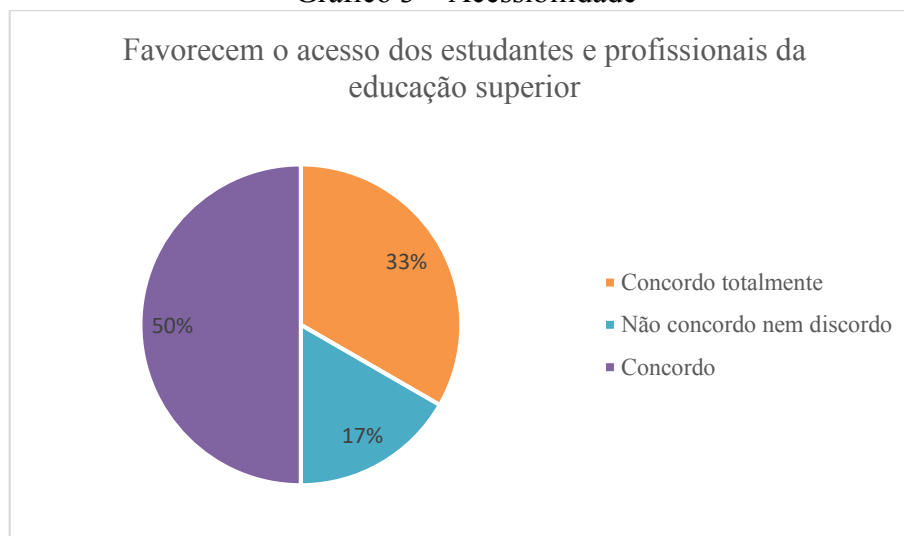
A intenção de identificar os juízes especialistas que fazem parte do BASIs, era verificar quão familiaridade poderiam ter com instrumentos dessa natureza — desde a lógica cumulativa para as evidências até a finalidade da avaliação. O modelo proposto foi inspirado por mecanismos aplicados pelo MEC, conforme apresentação na seção 3. A busca por essa informação era complementar, ou seja, buscou-se apoio às referências de avaliadores do BASIs pela capacitação contínua, pelo entendimento da avaliação como processo formativo, e, como dito antes, pela estrutura cumulativa do próprio instrumento. O ponto positivo é que, tanto o avaliador integrado ao BASIs quanto os demais avaliadores não pertencentes ao banco compreenderam o instrumento.

Na segunda seção, os juízes especialistas apresentaram o quanto eles concordam ou discordam das assertivas sobre as políticas de informação na Rede de Universidades do BRICS estruturadas em escala de Likert (RIBEIRO, 1999). As questões versam sobre o acesso e a equidade dos estudantes e profissionais da educação superior, o estímulo à cooperação acadêmica e o benefício na promoção do desenvolvimento acadêmico, social e econômico dos países envolvidos, sobre a qualidade em termos avaliativos dos *rankings* acadêmicos internacionais.

Sobre a avaliação de políticas de informação na Rede de Universidades do BRICS, no que se refere à acessibilidade, apresenta-se que, 50% dos respondentes concordam, 33% concordam totalmente que elas (as políticas informacionais) favorecem o acesso dos estudantes

e dos profissionais da educação superior e, os demais 17% “não concordam e nem discordam” da assertiva, como revela o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Acessibilidade



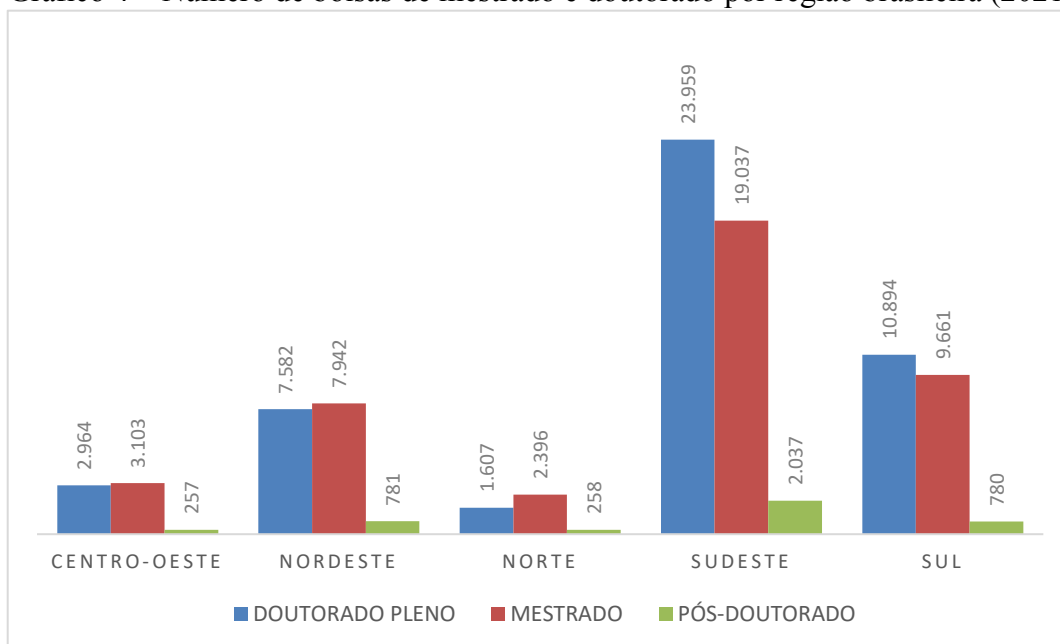
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A meta 14 do PNE (2014-2024) visa elevar o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação de mestres e doutores. De acordo com o Sistema de Informações Georreferenciadas (GeoCAPES), em 2021, foram disponibilizadas 47 mil bolsas para doutorado, 42.139 mil bolsas para mestrado e 4.133 bolsas para pós-doutorado (CAPES, 2021).

A região Sudeste se apresenta como a mais favorecida em detrimento das regiões Centro-oeste e Norte, como pode ser percebido no Gráfico 3. Conseqüentemente, a maioria dos títulos de mestrado e de doutorado foi concedida por instituições localizadas nas regiões Sudeste e Sul.

De acordo com o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, em 2020, destacam-se os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul que apresentaram os maiores números de títulos de mestrado e doutorado concedidos no país. As instituições públicas continuam responsáveis pela formação da maior parte dos mestres (79,8% do total) e dos doutores (85,3%) no País (BRASIL, 2022d).

Gráfico 4 – Número de bolsas de mestrado e doutorado por região brasileira (2021)



Fonte: CAPES (2021).

Ainda que se constate os argumentos de Khomyakov, Dwyer e Weller (2020) sobre os cortes dos recursos às universidades brasileiras e aos órgãos de fomento à pesquisa, ambas as metas foram alcançadas como previstas no PNE (2014–2024). Entretanto, não foi possível identificar, especificamente, o quantitativo destinado à BRICS NU, ainda que algumas das IES participantes da rede estejam contempladas com financiamentos para programas *stricto sensu*, conforme dados da Capes (2020).

Sobre a assertiva “as políticas de informação fomentam a equidade entre os estudantes e profissionais da educação superior”, os respondentes se dividem igualmente, entre 50% como aqueles que concordam totalmente e outros 50% que concordam, sendo, portanto, uma noção comum sobre a temática.

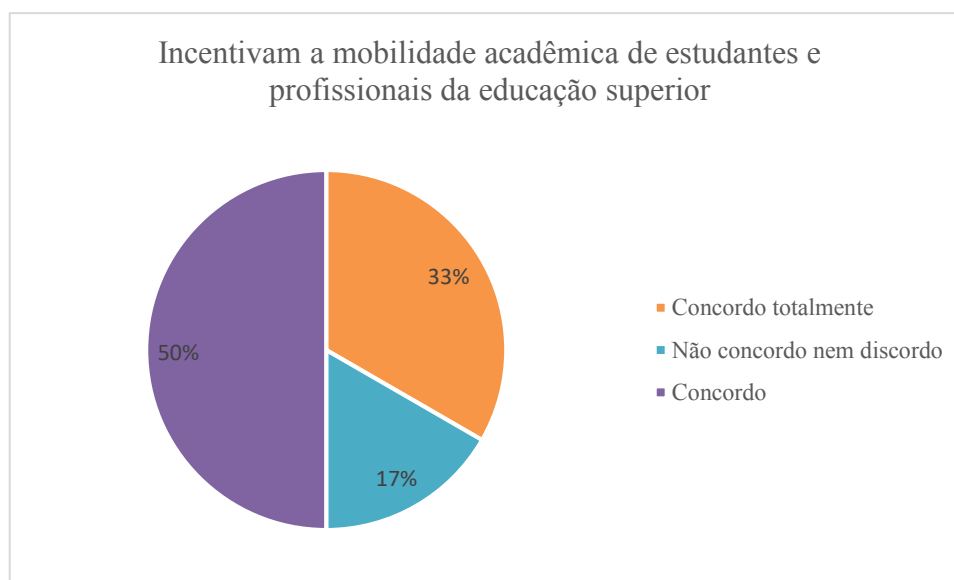
A equidade está no centro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando especificamente “eliminar as disparidades de gênero e garantir acesso igualitário a todos os níveis de educação e treinamento vocacional para pessoas vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situações vulneráveis”.

As desigualdades por sexo indicam vantagem para as mulheres quando se refere à titulação de mestrado e, para os homens, para doutorado. As desigualdades de escolaridade docente por cor/raça são mais acentuadas quando se encontram na composição da força de trabalho dos docentes em efetivo exercício na educação superior, com maior número de homens e de brancos em relação aos demais grupos populacionais (BRASIL, 2022d).

Quando inquiridos sobre a mobilidade acadêmica de estudantes e profissionais da educação superior ser incentivada pelas políticas informacionais, 50% dos respondentes “concordam”, 33% “concordam totalmente” e 17% “não concordam e nem discordam” dessa afirmação, como exposto no Gráfico 5, a seguir.

Todos os cinco países dos BRICS enfatizam os programas de intercâmbio em instituições de ensino superior, sendo, portanto, um dos pontos mais fortes do acordo estabelecido — intercâmbio estudantil. No entanto, somente a China apresenta um intenso intercâmbio de estudantes internacionais (KHOMYAKOV, 2018), porém, sem privilégio aos países-membros do agrupamento.

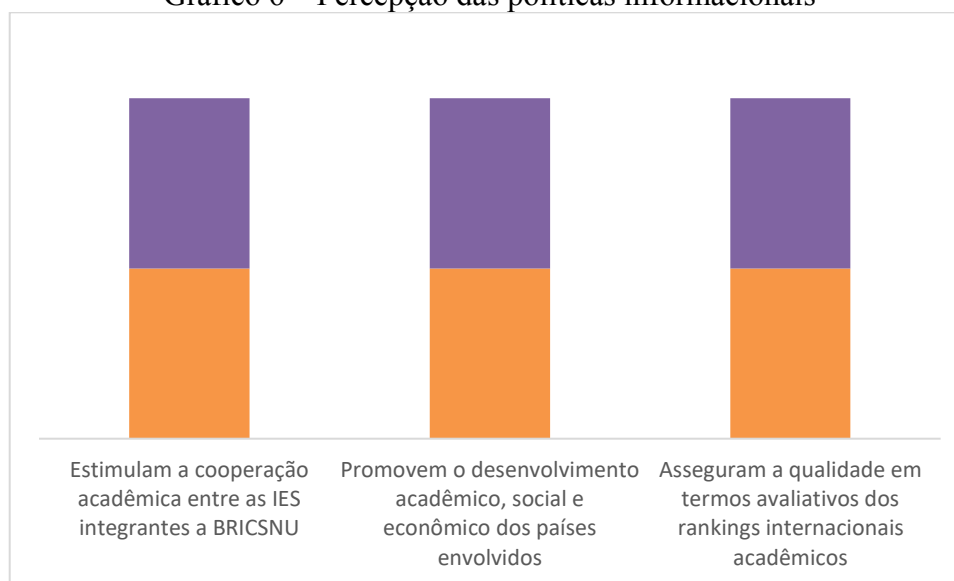
Gráfico 5 – Incentivo à Mobilidade



A intenção é que os países BRICS atuem de maneira colaborativa em apoio à promoção de intercâmbio de estudantes, encorajando universidades estrangeiras ao estabelecimento de campi em seu território, bem como na adoção de estratégias para se tornarem mais atraentes para os acadêmicos estrangeiros (MOREIRA; RANINCHESKI, 2019). Acrescenta-se que, no Ensino Superior, o programa de intercâmbio estudantil Erasmus e o Instituto Universitário Europeu ajudaram a construir a Europa. De maneira análoga, o avanço da BRICS NU pode contribuir positivamente para os processos de reconhecimento interno e externo do BRICS, para a compreensão, para as transformações institucionais, para o diálogo e para a paz mundial (DWYER, 2017).

Nas assertivas, apresentadas no Gráfico 6, percebe-se o mesmo resultado quando observado o número de respondentes e a variável escolhida para manifestar sua concordância sobre as afirmativas a respeito das políticas informacionais. Isso quer dizer que, 50% dos respondentes “Concordam Totalmente” ou “Concordam” que as políticas de informação: (a) estimulam a cooperação acadêmica entre as IES integrantes a BRICS NU; (b) promovem o desenvolvimento acadêmico, social e econômico dos países envolvidos e (c) asseguram a qualidade em termos avaliativos dos rankings internacionais acadêmicos.

Gráfico 6 – Percepção das políticas informacionais



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quando a temática se volta para a cooperação acadêmica, a ideia principal do projeto, segundo Kovalev e Shcherbakova (2019), é formar uma nova geração de profissionais que diferem qualitativamente dos outros em termos de suas habilidades de pensamento crítico, alta qualificações e capacidade de encontrar soluções fora do padrão para vários problemas econômicos e problemas sociais.

O modelo de cooperação em rede de universidades permite ganhos significativos às instituições envolvidas, em acordos bilaterais ou multilaterais. Como exemplo desse sistema, afigura-se a parceria entre a UFSC e a *University Of Delhi* da Índia para efetivar o Programa Institucional de Internacionalização. Para Khomyakov, Dwyer e Weller (2020), o desenvolvimento de processos de cooperação na esfera educacional levará à superação da lacuna tecnológica com os países líderes e terá impacto no desenvolvimento da esfera social e na melhoria da competitividade global do BRICS.

No entanto, afirmam que a colaboração entres os países do bloco não tem sido muito intensa no que se refere à pesquisa e ciência. “O número de copublicações entre os pesquisadores de qualquer grupo de pares dos cinco países não excede 3% do número total de publicações de uma nação específica do BRICS” (KHOMYAKOV, DWYER, WELLER, 2020).

Príncipe (2020) caracterizou a produção científica dos pesquisadores integrantes dos países BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, no período de 2011 a 2019, nas áreas de Química, Ciência dos Materiais, Engenharia e Física. Segundo a autora, o conjunto de países integrantes do BRICS publicou um total de 3.944.225 artigos em revistas científicas indexadas na base *Web of Science*. A China lidera a produção de artigos com a publicação de 2.599.200 (66%) artigos em revistas indexadas na WoS. Os demais países somam 35% da produção científica, sendo a Índia responsável por 14% dos artigos, seguida pelo Brasil, com 10% da produção geral. A Rússia e a África do Sul representam apenas 8% e 3%, respectivamente. Do total de artigos, apenas 27% estão disponíveis totalmente em acesso aberto.

As universidades dos países BRICS interagem mais com universidades de países não membros do BRICS do que com aquelas dentro da associação, ponderam Kovalev e Shcherbakova (2019). Outra dificuldade encontrada, diz respeito aos programas de dupla titulação entre as universidades dos países-membro, especificamente, o documento de certificação propriamente dito, que ainda não foi desenvolvido. Kovalev e Shcherbakova (2019) afirmam que à medida que os alunos concluíssem os novos programas receberiam dois diplomas separados de universidades parceiras do BRICS NU.

Este fato reduz significativamente a atratividade do projeto para potenciais alunos interessados na BRICS NU. Dada a importância da formação de pessoal e do desenvolvimento de laços entre diferentes universidades dos países do BRICS, os projetos conjuntos no campo da educação precisam de medidas práticas, uma vez que evidenciam um dos principais objetivos da cooperação em rede, a oferta de programas de mestrado e doutorado com dupla certificação.

Para Khomyakov, Dwyer, Weller (2020), o estabelecimento de uma rede requer esforços para além das esferas organizacionais, faz-se necessário o entendimento mútuo do que cada integrante parceiro espera do trabalho conjunto e, de modo, prático, o que cada país pode oferecer em prol da cooperação mútua.

Nesse sentido, o desenvolvimento acadêmico, social e econômico dos países-membros do BRICS é amplamente discutido nos Fóruns Acadêmicos do BRICS. O encontro acontece

anualmente nas reuniões de Cúpula dos países BRICS. O Fórum tem como objetivo aprofundar a colaboração na área de pesquisas, reforçar as redes entre comunidades acadêmicas dos cinco países e fornecer aos líderes do BRICS resultados de pesquisas empíricas que abordam temas como financiamento do desenvolvimento, comércio, investimento, cooperação em ciência, tecnologia e inovação, energia, agricultura e combate a crimes transnacionais, sendo, portanto, mais um espaço promotor de políticas informacionais.

Por fim, também no Gráfico 6, se observa a percepção dos avaliadores sobre os rankings acadêmicos internacionais. O indicador do prestígio do ensino superior no bloco dos países do BRICS é o *Quacquarelli Symonds* (QS), em que as universidades chinesas ocupam as cinco primeiras posições locais, seguidos por Índia e Rússia com quatro cada. Especificamente, o Brasil, aparece no ranking da QS em 2023, representado por duas instituições, a saber: a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ambas participam da BRICS NU.

Apesar dos investimentos, Khomyakov, Dwyer e Weller (2020) ponderam que o resultado dos países BRICS no ranking mundial de universidades ainda não impressiona. O estudo de David e Motala (2017) apresenta o desempenho do BRICS nos *rankings* universitários — *The Times Higher Education World University Ranking* (THEWUR), *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), *Quacquarelli Symonds* (QS) e *University Ranking by Academic Performance* (URAP) — e as tentativas de construir universidades de classe mundial.

Dentre os países BRICS, a China e a Rússia se destacam pela robustez e investimentos dos projetos dedicados aos cursos de excelência. Na outra ponta, estão o Brasil e a Índia concorrendo entre si, na disputa tanto em qualidade quanto em quantidade dos estudantes formados em ciência e engenharias, revela Carnoy (2016). Para Salmi (2011), o *ranking* universitário global tem aumentado a competição no ensino superior, e, conseqüentemente, influencia as universidades a adotarem estratégias que tenham mais valor diante dos imperativos da dinâmica do “jogo”.

Para Kovalev e Shcherbakova (2019), os países-membros do BRICS devem criar seu próprio programa educacional, sendo este de alta qualidade e eficácia para formar profissionais que podem elevar o prestígio internacional das universidades dos países-membros e torná-las mais competitiva no cenário internacional.

Ainda que tenha havido predominância entre os avaliadores sobre a percepção da política de informação da BRICS NU, chama-se à atenção para a necessidade de os atores

sociais conscientizarem-se sobre o poder transformador da informação, para que, a partir daí, seja facilitada a transformação da informação em conhecimento e, conseqüentemente, em ação na sociedade, como preconiza Araújo (2001).

As percepções apresentadas podem estar respaldadas pelas premissas observadas, tanto nas recomendações da ONU quanto nas metas do PNE brasileiro e, também, pela própria vivência dos participantes. Os juízes pesquisados possuem doutorado, atuam na educação e, possuem criticidade apurada (inerente à profissão) e acompanham essas tratativas, de modo especial, no ensino superior público.

As políticas de informação em um regime de informação, como na BRICS NU, consideram a relação entre a política e a informação em âmbito observacional, pois, a elas, podem-se incluir políticas tácitas e indiretas quanto as explícitas e públicas, já que se permite articular, por vezes, as políticas de comunicação, cultura e informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

Ainda que dispersas, as políticas de informação da BRICS NU assentam-se sobre interesses e metas políticas e burocráticas. No entanto, Freire (2008) alerta que as políticas de informação carecem de articulação entre as esferas cultural, educacional e de comunicação, que se entrelaçam com as relações socioeconômicas. As ações de informação advindas do contexto da BRICS NU, integrarão o domínio de orientações estratégicas, que, em consequência, podem subsidiar o plano deliberativo e prospectivo ao qual se inserem a política e a gestão da ciência e da tecnologia.

Para Khomyakov, Dwyer, Weller (2020, p. 140), “a BRICS NU oferece exemplos, ainda em forma embrionária, de como os projetos podem ser implementados. Os passos iniciais foram dados e ainda há muito a ser feito”. Diante desse comentário, percebe-se no instrumento a possibilidade de colaboração para o fortalecimento dos projetos educacionais conjuntos, na medida em que cada IES brasileira participante da rede reconheça sua capacidade e identifique as oportunidades de cooperação horizontal Sul-Sul.

Por fim, aos juízes especialistas foi solicitado um parecer entre “sim ou não” sobre o atendimento do instrumento para avaliar a política de informação na Rede de Universidades do BRICS, cujo resultado pode ser observado no Quadro 28.

Quadro 28 – Comitê de Especialistas – Parecer Final

Juízes	Titulação	IES	Parecer
JI	Doutor(a) em Engenharia de Produção	UFSC	Sim

JII	Doutor(a) em Ciência da Informação		Sim
JIII	Doutor(a) em Ciência da Informação	UFSC	Sim
JIV	Doutor(a) em Modelagem Matemática e Computacional	CEFET-MG	Sim
JV	Doutor(a) em Ciência da Informação	UFSC	Não
JVI	Doutor(a) em Ciência da Informação	UFSC	Sim

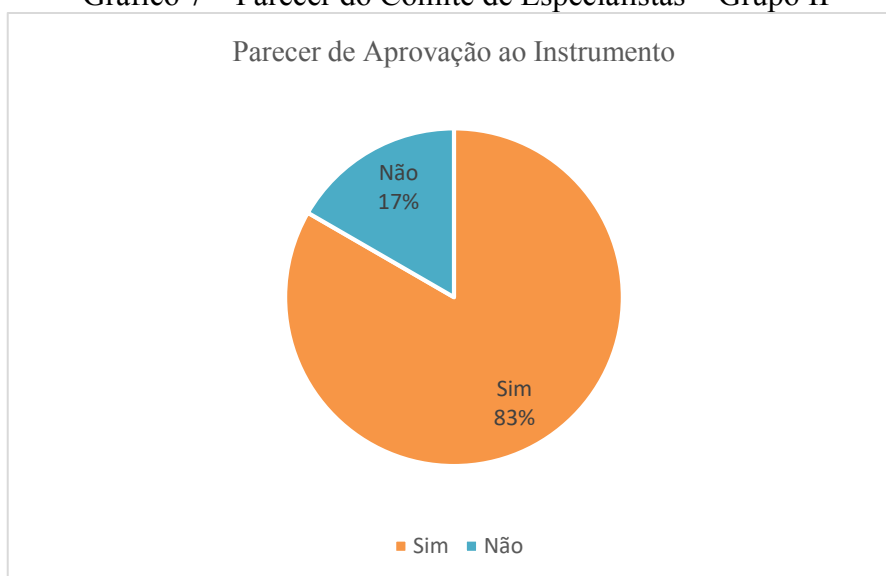
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A fim de quantificar o nível de concordância entre os juízes especialistas durante o processo de avaliação da validade de conteúdo de um instrumento, utilizou-se o método de concordância interobservadores (HULLEY, 2003), compreendido na seguinte regra:

$$\% \text{ concordância} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de participantes que concordam}}{\text{N}^\circ \text{ total de participantes}} \times 100$$

Assim sendo, no que concerne ao instrumento referenciado, o segundo comitê de especialistas também o validou, conforme demonstra o Gráfico 7. Registrou-se o percentual de 83,34% do total de participantes que declaram estar de acordo que o instrumento sugerido atende ao objetivo de avaliar as políticas informacionais na Rede de Universidades do BRICS (HULLEY, 2003).

Gráfico 7 – Parecer do Comitê de Especialistas – Grupo II



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Um dos integrantes do comitê de especialistas (grupo II), ponderou que era necessário ter conhecimento sobre as políticas de informação para validação do instrumento, portanto, não concordou. No entanto, a despeito do parecer, considerou a importância das políticas de informação para promoção das políticas públicas dedicadas à educação superior em rede, especialmente, dedicadas à BRICS NU.

De modo complementar, valeu-se do teste para avaliação para a política de informação sugerido por Davenport (1998) que direciona ao nível de concordância entre os atores sociais. Neste caso, adequado à Rede de Universidades do BRICS, conforme segue:

(a) *Há o interesse ativo em definir categorias e entidades informacionais.* A BRICS NU é uma manifestação do interesse em promover “uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade e aprendizado ao longo da vida para todos” como garantia do desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico dos países-membros do BRICS (BRASIL, 2014). Ao longo dos anos, mediante os documentos oriundos dos ciclos de reuniões de Cúpula e dos Fóruns Acadêmicos, observa-se o comprometimento para consolidar o papel da BRICS NU.

(b) *Reúne-se em equipe para discutir as necessidades corporativas de informação.* O Comitê de Coordenação Nacional (NCC), o Conselho de Administração Internacional (IGB) e os Grupos Temáticos Internacionais (ITG), os representantes políticos presentes nas reuniões de Cúpula, os representantes das Universidades, que reunidos anualmente, discutem as necessidades prioritárias, e, aos poucos, conduzem às alternativas no contexto da rede.

(c) *As entidades informacionais estão definidas com clareza, e as outras necessidades de informação estão a cargo de indivíduos, unidades de negócios ou funções.* Neste item, apesar de os objetivos da rede estarem amplamente difundidos, faz necessário estabelecer um ponto central para compartilhamento das informações sobre a cooperação para o desenvolvimento na educação, sendo essa ação, uma recomendação da ONU. Essa iniciativa poderá subsidiar as equipes do NCC e IGB para identificar as áreas de cooperação de modo a evitar a sobreposição de trabalhos.

Ainda que dispersas, as políticas de informação da BRICS NU assentam-se sobre interesses e metas políticas e burocráticas. Nesse sentido, Freire (2008) alerta que as políticas de informação carecem de articulação entre as esferas cultural, educacional e de comunicação, que se entrelaçam com as relações socioeconômicas. Portanto, a colaboração entre os países requer uma estrutura de coordenação, considerando a necessidade de recursos humanos, financeiros e institucionais.

(d) *Os administradores da informação assumem conscientemente papéis políticos (como distribuidores, agentes, divulgadores) para promover objetivos estratégicos.* Os atores sociais, sejam eles de qualquer instância, reconhecem seu papel político enquanto agente de transformação e, também, como beneficiado em aprender. Estabelecer-se em rede de cooperação internacional, como a BRICS NU, pode ser o caminho para intensificar as discussões sobre educação superior nos fóruns internacionais com vistas a atrair maior apoio político e financeiro para a educação.

(e) *A política da informação pode ser discutida abertamente em fóruns e reuniões específicas.* Ainda que nem todos os envolvidos percebam que o que fazem — formal ou informalmente — perpassa pela seara da política informacional, as possibilidades são discutidas em reuniões em diferentes contextos e públicos, sejam estes governamentais ou na própria IES participante da rede. As ações de informação advindas do contexto da BRICS NU, integrarão o domínio de orientações estratégicas, que, em consequência, podem subsidiar o plano deliberativo e prospectivo ao qual se inserem a política e a gestão da ciência e da tecnologia.

Constata-se que as variáveis do teste para avaliação da política de informação apontadas por Davenport (1998) foram discutidas no presente estudo, cujo foco está na constituição da BRICS NU, suas possibilidades e desafios, inerentes à cooperação internacional.

A BRICS NU é uma demonstração dos países BRICS sobre o interesse em fazer prosperar a educação nos países Sul-Sul. Há, portanto, o entusiasmo dos atores sociais pela sua permanência e resultados em favor dos países em rede de cooperação, como expressa Dwyer (2019) sobre o futuro da BRICS NU: [...] “o avanço do BRICS NU poderia dar uma contribuição positiva aos processos de reconhecimento interno e externo do BRICS, ao entendimento, às transformações institucionais, ao diálogo e à paz mundial”.

Cabe, portanto, entender o processo de construção e avaliação das políticas de informação e se atentar para as racionalidades limitadas inerentes ao processo. Para Senra (2002), por melhor que seja a política, sempre haverá o risco de que, ao fim, ela não consiga promover um equilíbrio estável e durável, como seria desejável, donde, precisará ter flexibilidade e dinamismo para ajustar-se a situações cambiantes.

Desse modo, entende-se a importância de monitorar e (re)avaliar o processo e os efeitos decorrentes da cooperação em rede. E é neste contexto que se reforça a validade desta proposta, bem como da sua relevância frente à necessidade das IES, no que se refere a um mecanismo que, se aplicado devidamente, pode ser norteador das estratégias no processo de

tomada de decisão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o quanto a política de informação pode fomentar uma política pública em educação possibilitou contornos próprios e inerentes à responsabilidade social da Ciência da Informação, especialmente por se tratar de uma política de informação específica, ou seja, uma política de informação dedicada às instituições brasileiras participantes da Rede de Universidades do BRICS.

Nesse caso, a política de informação específica à BRICS NU auxiliará os processos decisórios e de gestão das IES participantes da rede em busca de melhoria dos resultados educacionais no que se refere à acessibilidade, equidade, cooperação acadêmica, mobilidade e qualidade, pois favorece o autoconhecimento sobre o papel da IES desempenhado em rede de cooperação.

Uma vez que a política de informação estimula, regula a geração, o uso, o armazenamento e a comunicação da informação, os gestores do segmento educacional, políticos, associados — os atores sociais — poderão se orientar, a partir deste instrumento, para mapear e avaliar as ações de informação de cada IES separadamente ou em grupo, provenientes de políticas descritas em dispositivos de informação, que, por vezes, são incipientes aos objetivos da BRICS NU.

Para tanto, os objetivos específicos mapeados neste estudo foram executados e contribuíram efetivamente para o cumprimento do objetivo geral referente ao instrumento de avaliação da política de informação para as instituições brasileiras integrantes da Rede de Universidades do BRICS.

Para cada um dos objetivos específicos, delineou-se uma estratégia correspondente conforme esclarecido na matriz metodológica da pesquisa (Quadro 4). O primeiro objetivo foi contemplado por meio de revisão sistemática de literatura para embasar a discussão sobre a política de informação. Como autores basilares, menciona-se González de Gómez (2002), Braman (2004, 2011) e Kerr Pinheiro (2015), cujas contribuições teóricas norteou a fundamentação deste estudo.

Sobre o segundo objetivo, foi possível caracterizar a Rede de Universidades do BRICS, realçando as IES brasileiras que integram o projeto da rede de cooperação internacional. Por não ter sede fixa e operar em escala intercontinental, a Rede apresenta fragilidades que dificultam o sistema de coordenação e, por vezes, torna o processo de tomada de decisão mais longo e pouco efetivo.

O terceiro e quarto objetivos se complementam e dizem respeito às tipologias, metodologias e indicadores. Para tanto, recorreu-se a instrumentos dos setores de Ciência da Informação, Comunicação, Educação e Políticas Públicas. Os instrumentos: (a) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), (b) instrumento de avaliação da CAPES, e (c) a Métrica Brasileira DGABr, foram estudados pela aproximação à área de CI, bem como os dois últimos, (d) Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex Ante, e (e) Guia Prático de Avaliação de Políticas Públicas Ex Ante, dedicados à avaliação de políticas públicas foram analisados.

Os instrumentos se parecem no que tange ao contexto normativo e processual em que são aplicados. O processo avaliativo, em cada instância, se molda conforme seus objetivos, por meio de indicadores, metas e métricas que visam ao desenvolvimento de uma cultura de avaliação. Cada um dos instrumentos avaliados serviu como base para elaboração do instrumento.

Por fim, o quinto objetivo trata sobre a validação do instrumento proposto. A postura crítica desenvolvida dentro de espaço acadêmico permite a isenção e o rigor científico. Para essa finalidade, organizou-se dois comitês de especialistas, considerados juizes, ajustados à recomendação de Hernandez-Nieto (2002).

Para o primeiro grupo de especialistas dedicados às etapas de construção do instrumento, aplicou-se o coeficiente de validade de conteúdo (CVC), que mensura o grau de concordância de respostas dos juizes, e para cada item em relação aos critérios de clareza de linguagem e pertinência prática registrou-se o valor de $CV_{Ct} = 0,91$. Os valores estão em consonância com o que preconizam os autores Pasquali (1999), Hernández-Nieto (2002) e Balbinotti, Benetti e Terra (2006). Isso significa que o conteúdo do instrumento foi validado, como observância aos processos de construção e adaptação dos instrumentos de medida, respeitando os atributos de validade, confiabilidade, praticabilidade, sensibilidade e responsividade.

No segundo grupo de juizes especialistas, registrou-se a concordância de 83,34% do total de participantes ao declararem estar de acordo que o instrumento proposto. É importante destacar que um dos especialistas entende e concorda com a relevância das políticas de informação no contexto da BRICS NU, no entanto, alegou desconhecer essas tratativas, fato que o impossibilitou de emitir um parecer favorável ao instrumento.

Dessa forma, foram registradas contribuições efetivas no âmbito da CI no que tange à avaliação das políticas de informação. Pelo viés acadêmico, menciona-se o aporte, percebido

como inédito, do modelo de avaliação concebido, confirmando sua contribuição acadêmica e social.

A partir do modelo de avaliação, as IES participantes da Rede poderão articular suas informações para (re)avaliar a concepção, atuação e propósitos iniciais dos dispositivos e se posicionar frente ao Estado e às nações em rede para desenvolvimento de novas frentes de trabalho mais ajustadas e pertinentes às necessidades atuais. Avaliar, na concepção dos autores estudados, tem o propósito de guiar os tomadores de decisão, orientá-los quanto à continuidade, necessidade de correção ou suspensão de programas dado às questões de efetividade e eficiência do programa em si, conceito estreito à lógica apresentada neste estudo.

Muito embora, tenha-se a percepção da melhoria contínua a partir da avaliação e monitoramento, voltar a lupa para as IES e considerar premissas como: A política de informação na Rede de Universidade do BRICS é eficiente quanto ao acesso, equidade e mobilidade dos estudantes e profissionais da educação superior? A política de informação na Rede de Universidade do BRICS é eficaz sobre a qualidade em termos avaliativos dos rankings internacionais acadêmicos? A política de informação na Rede de Universidade do BRICS estimula a cooperação e as IES se beneficiam dela na promoção do desenvolvimento acadêmico, social e econômico dos países de origem?; não é uma tarefa rotineira, requer a identificação em conjunto com os objetivos organizacionais a fim de prover políticas mais universais, de qualidade e eficientes, mediante os indicadores e resultados associados ao programa, neste caso, a BRICS NU.

Espera-se com este estudo suportar embasamento, enquanto informação, englobar o processo de formação de política pública capaz de influenciar ou, pelo menos, subvencionar o sistema de tomada de decisão dos atores sociais. Quem sabe, em um breve cenário, a Rede de Universidades do BRICS, seja concebida como uma política pública de educação que preze por resultados qualitativos e quantitativos, que abarquem as dimensões ponderadas na Agenda 2030.

A utilização da avaliação como instrumento de persuasão mobiliza o apoio dos tomadores de decisão sobre as mudanças necessárias uma vez que seu uso incide sobre as redes de profissionais, comunidades políticas, formadores de opinião (atores sociais), no sentido de formar uma ação ou provocar na agenda governamental um posicionamento coaduno às políticas informacionais que legitimem a BRICS NU como um regime de informação capaz de aquilatar o nível e progresso em desenvolvimento alcançados pelas IES brasileiras, monitorando, assim, a contribuição institucional.

Para fins gerenciais, estruturou-se o fluxo de informação no campo de atuação das políticas de informação da BRICS NU, com base nas teorias de Davenport (1998). Acentua-se, dado o escopo de atuação das IES em rede, a necessidade básica de planejar o uso, o armazenamento e a comunicação da informação, uma vez ciente que a produção da informação é inerente à atividade educacional. Como sugestão, indica-se às IES brasileiras, adotarem o fluxo sugerido (Figura 10), em que a etapa de comunicação se inicie no site institucional, contemplando o histórico das informações decorrentes de sua participação na rede BRICS. A partir desse acesso, estimula-se o direcionamento à jornada específica em cada projeto.

Defende-se, por fim, que este estudo possibilitará ao Educação Superior, o entendimento do fluxo informacional com derivações à sua capacidade interna, a contar da avaliação do instrumento regulador das políticas informacionais. Não só para as instituições brasileiras integrantes da BRICS NU, como servirá de parâmetro também para outras IES em regime de cooperação universitária internacional que buscam se modelar, refinar seus processos informacionais em regimes próprios de informação, à luz da acessibilidade, equidade, cooperação acadêmica, mobilidade e qualidade no ensino superior em rede interuniversidades.

Como limitações deste estudo, marca-se a dispersão das informações sobre a BRICS NU e a falta de adesão das IES estabelecidas em rede.

No entanto, ressalta-se o ineditismo dessa tese pois, não foram recuperados registros de estudos que reunissem a recente Rede de Universidades do BRICS às políticas de informação no contexto da CI, oportunidade ímpar para efetivar este estudo e preencher uma lacuna acadêmica sobre o assunto.

A BRICS NU é um tema de pesquisa bastante amplo, que pode ser abordado sob diferentes perspectivas. Para pesquisas futuras sugere-se avaliar o impacto da participação das universidades brasileiras na BRICS NU a partir da aplicação do modelo proposto. Complementando sobre as perspectivas e desafios para a continuidade da cooperação acadêmica entre os países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Este estudo é apenas o começo de uma longa jornada na esteira das políticas de informação nas universidades em rede de cooperação, sejam elas, públicas ou privadas.

REFERÊNCIAS

- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, São Carlos, SP, v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- ALEXANDRE, N. M. C.; COLUCI, M. Z. O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3061–3068, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5vBh8PmW5g4Nqxz3r999vrn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2023
- ALKIN, M. C., CHRISTIE, C. A. An evaluation theory tree. *In*: ALKIN, M. C. **Evaluation roots: tracing theorist' views and influences**. Los Angeles: SAGE Publications, 2004. p. 12–65. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/255592205_An_evaluation_theory_tree. Acesso em: 27 abr. 2023.
- ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 192–204, set./dez., 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1240>. Acesso em: 09 ago. 2019.
- ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, PB, v. 20, p. 95–105, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/6951/4808>. Acesso em: 16 out. 2020.
- ARAÚJO, V. M. R. H. de. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, 1991. DOI 10.18225/ci.inf.v20i1.414. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/414>. Acesso em: 4 maio 2023.
- AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.
- BALBINOTTI, M. A., BENETTI, C., TERRA, P. R. Translation and validation of the Graham-Harvey survey for the Brazilian context. **International Journal of Managerial Finance**, v. 3, n. 1, p. 26–48, 2006. DOI 10.1590/S0103-166X201100020001. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/17439130710721644/full/html> Acesso 26 maio 2023.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAROV, E. MUSSAUI-ULIANISHCHEVA, L. U. University Networks as a new vector of development in education. *In*: International Conference on Education and New Learning Technologies (EDULEARN18), 10., Palma, Spain, 2018. **Anais [...]**. Palma, Spain: [s. n.]. p. 7679–7684. Disponível em: <https://library.iated.org/view/BAROV2018UNI>. Acesso em: 21

jul. 2021.

BARRETO, A. D. A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 67–74, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/5Q85NCzRFvJ8BLjld54jLMv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2019.

BERK, R. A. Importância do julgamento de especialistas em evidências de validade de conteúdo. **Western Journal of Nursing Research**, v. 12, n. 5, p. 659–671, 1990.

BERTOLIN, J. C. G. Avaliação da educação superior brasileira: relevância, diversidade, equidade e eficácia dos sistemas em tempos de mercantilização. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 351–383, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772009000200007>. Acesso em: 7 abr. 2022.

BEZERRA, E. P. *et al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60–86, 2016. DOI: 10.19132/1808-5245222.60-86. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57935>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BORGES, M. C. de A. A educação superior numa perspectiva comercial: a visão da Organização Mundial do Comércio. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 25, n. 1, 2011. DOI 10.21573/vol25n12009.19328. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19328>. Acesso em: 5 dez. 2021.

BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of information policy**, v. 1, p. 1–5, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281600906_Defining_Information_Policy. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRAMAN, S. Defining information: An approach for policy-makers. **Telecommunications Policy**, v. 13, n. 3, p. 233–242, 1989.

BRAMAN, S. The Emergent Global Information Policy Regime. *In*: BRAMAN, S. **International Political Economy Series**. London: Palgrave Macmillan, 2004, p. 12–38. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230377684_2. Acesso em: 01 dez. 2020.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República/Ipea, 2018a, v. 1. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180319_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018b. v. 2. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politicas_publicas_vol2_guia_expost.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022.** – Brasília, DF: INEP, 2022d. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatori_o_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. **Edital nº 03, de 09 de dezembro de 2015.** Torna público o Edital para apresentação de propostas de participação de Instituições de Ensino Superior – IES brasileiras, por meio de seus Programas de Pós-Graduação de excelência, na Universidade em Rede do BRICS (BRICS Network University) – BRICS NU, conforme Memorando de Entendimento para o Estabelecimento da BRICS NU, assinado em 18 de novembro de 2015, em Moscou. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10122015-edital-versao-final-brics-pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 26 maio 2023.

BRASIL. **Nota técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES** do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira dispõe os Novos Instrumentos de Avaliação Externa: Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância (IAIE); Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância (IACG). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral.** 5. ed., Brasília, DF: Agência Brasileira de Cooperação, 2020b. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/690>. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **III Cúpula do BRICS – Sanya, 14 de abril de 2011.** Brasília, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/iii-cupula-do-brics-sanya-14-de-abril-de-2011. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **IV Cúpula do BRICS - Nova Délhi, 28 e 29 de março de 2012.** Brasília, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/iv-cupula-do-brics-nova-delhi-28-e-29-de-marco-de-2012. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **V Cúpula do BRICS - Durban, 27 de março de 2013 - BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de e-Thekwini**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/iv-cupula-do-brics-nova-delhi-28-e-29-de-marco-de-2012. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **VI Cúpula BRICS – Declaração de Fortaleza – 15 de julho de 2014**. Brasília, 2014b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **VII Cúpula do BRICS – Declaração de Ufá – Ufá, Rússia, 9 de julho de 2015**. Brasília, 2015c. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **VIII Cúpula do BRICS – Goa, Índia, 15 e 16 de outubro de 2016 – Declaração e Plano de Ação de Goa**. Brasília, 2016b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/viii-cupula-do-brics-go-a-india-15-e-16-de-outubro-de-2016-declaracao-e-plano-de-acao-de-go-a. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **IX Cúpula do BRICS – Declaração de Xiamen – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017**. Brasília, 2017b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **X Cúpula dos BRICS – Declaração de Joanesburgo – 27 de julho de 2018** [inglês]. Notas à imprensa, Brasília, 2018d. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **XI Cúpula do BRICS – Declaração de Brasília**, Brasília, n. 287, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-de-brasilia-11-cupula-do-brics. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **XIII Cúpula do BRICS – Declaração de Nova Delhi**. Brasília, DF, n. 110, 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xiii-cupula-brics-declaracao-de-nova-delhi. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **Declaração de Moscou da XII Cúpula do BRICS**. Brasília, DF, n. 141, 2020c. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. **Declaração de Pequim da XIV Cúpula do BRICS**. Brasília, n. 103, 2022c. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-da-xiv-cupula-do-brics. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL, **Portaria nº 34, de 9 de março de 2020**. Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação *stricto sensu* pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da CAPES. Brasília, DF: GAB/CAPES, 2020a. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3443#anchor>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 69, de 29 de março de 2022**. Altera a Portaria CAPES nº 122, de 05 de agosto de 2021, que Altera a Portaria CAPES nº 122, de 05 de agosto de 2021, que consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, e dá outras providências. Brasília, DF: GAB/CAPES, 2022a. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=8322#anchor> Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 122, de 5 de agosto de 2021**. Consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Brasília, DF: GAB/CAPES, 2021a. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=6742>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 321, de 5 de abril de 2018**, dispõe sobre a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018c. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=123#anchor>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 906, de 2 de setembro de 2015**. Reedita a Portaria MEC nº 906, de 2 de setembro de 2015, para alterar a composição do Comitê Coordenador Nacional da Universidade em Rede do BRICS – Comitê. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=12&data=03/09/2015&captchafield=first>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa. Discurso do Presidente da República. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após sessão plenária da 2ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRIC**. Brasília, DF, Palácio Itamaraty, Secretaria de Imprensa, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-04-2010-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-sessao-plenaria-da-2a-cupula-de-chefes-de-estado-e-de-governo-do-bric>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 389, de 20 de agosto 2008**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira – UNILAB e dá outras providências. Congresso Nacional: Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=711269&filename

=[Tramitacao-EMR%201%20CFT%20=%3E%20PL%203891/2008](#). Acesso em: 26 maio 2023.

BRASIL. **Resultado da análise de mérito das propostas:** Universidade em Rede do BRICS. Brasília, DF: Ministério da Educação; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2016a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/resultado-final>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRICS. **Memorandum of Understanding on establishment of the BRICS Network University.** Moscow, 2015. Disponível em: <http://www.brics-info.org/memorandum-of-understanding-on-establishment-of-the-brics-network-university/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRICS POLICY CENTER. **Centro de Estudos e Pesquisas BRICS.** 2023. Disponível em <https://bricspolicycenter.org/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRICS POLICY CENTER. Centro de Estudos e Pesquisas BRICS. **BRICs Data.** 2018. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/projetos/brics-data/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRICS POLICY CENTER. Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul. **Caminhos para a construção de sistemas e processos de monitoramento e avaliação da cooperação sul-sul.** Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2017. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/724>. Acesso em: 25 maio 2022.

BRICS RU. 2022. Disponível em: <http://nu-brics.ru>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, n. 42, p. 351–360, 1991. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BUCCI, M. P. D. O Conceito de Política Pública em Direito. *In*: BUCCI, M. P. D. (org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006.

CAO, J. *et al.* Utility of library in information literacy education in university. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EDUCATIONAL AND INFORMATION TECHNOLOGY, 3., set. 2010, Canada. **Proceedings** [...]. Canada: IEEE, 2010. p. 517–520. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/5607535>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CAPES. **GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas:** Concessão de bolsas de pós-graduação da Capes no Brasil. 2021. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E TRANSDISCIPLINARIDADE, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: [s. n.], 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 12, n. 1, p. 148–207, 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CARNOY, M. Educational policies in the face of globalization: whither the nation state? **The handbook of global education policy**, p. 27–42, 2016.

CARVALHO, A. M. A.; KERR PINHEIRO, M. M. A conformação de um regime de informação em um arranjo produtivo local. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 11., Rio de Janeiro-RJ, 25–28 out. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/181075>. Acesso em: 28 maio 2022.

CASSIOLATO, M. M. de M. C.; GUERESI, S. **Como elaborar Modelo Lógico**: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Nota Técnica n. 6, set. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5810>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CAVALCANTI, J. F. **Educação superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000095.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CERRAO, N. G.; JESUS, A. F.; CASTRO, F. F. O método de revisão sistemática da literatura (RSL) na área da ciência da informação no Brasil: análise de dados de pesquisa. **Informação & Tecnologia**, [S. l.] v. 5, n. 1, p. 105–116, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/110396>. Acesso em: 4 dez. 2020.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 37, n. 5, p. 969–992, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509>. Acesso em: 4 maio 2023.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DAVID, S. A.; MOTALA, S. Can BRICS build ivory towers of excellence? Giving new meaning to world-class universities. **Research in Comparative and International Education**, v. 12, n. 4, p. 512–528, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1745499917740652> Acesso em: 06 jun. 2022.

DELAIA, C. R.; FREIRE, I. M. Subsídios para uma política de gestão da informação da EMPRAPA solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 15, n. 3, p. 107–130, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38428>. Acesso em: 28 maio 2022.

DIAS, T. M. R. **Um estudo sobre a produção científica brasileira a partir de dados da**

Plataforma Lattes. 2016. 181 f. Tese (Doutorado em Modelagem Matemática e Computacional) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://sig.cefetmg.br/sigaa/verArquivo?idArquivo=2033874&key=d8d1d2008e1ebe20f0f136527af3a222>. Acesso em: 5 mar. 2021.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

DUBOIS, C. A.; CHAMPAGNE, F.; BILODEAU, H. Histórico da avaliação. *In:* BROUSSELLE, A. *et al.* (org.). **Avaliação: conceitos e métodos.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p. 29–48.

DUFF, A. S. The past, present, and future of information policy: Towards a normative theory of the information society. **Information, Communication & Society**, v. 7, n. 1, p. 69–87, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118042000208906>. Acesso em: 1 mar. 2021.

DUNN, E. S. Jr. The Idea of a National Data Center and the Issue of Personal Privacy. **The American Statistician**, v. 21, n. 1, p. 21–27, 1967. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2681910>. Acesso em: 1 mar. 2021.

DWYER, T. **BRICS Cooperation in Sociology: what have we learnt so far?** Rio de Janeiro: CASS-Unicamp Centre of China Studies, 2019. 6 slides.

DWYER, T. Huit ans de travail sur les BRICS. **HERMES**, France, v. 79, n. 3, p. 99–106, 2017. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2017-3-page-99.htm>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 2., 21–23 jul. 2020, Salvador, BA. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador, BA: Instituto de Ciência da Informação, UFBA, 2020.

FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, v. 17, n. 62, p. 9–24, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000100002>. Acesso em: 10 maio 2022.

FREIRE, I. M. Sobre o Regime de Informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTi. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, SP, v. 4, n. 1, p. 70–86, 2013. DOI 10.11606/issn.2178-2075.v4i1p70-86. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59102>. Acesso em: 28 maio 2022.

FREIRE, J. C. da S. *et al.* (org.). **Educação superior, desenvolvimento e cooperação Sul-Sul.** Belém, PA: UFPA; Praia, CV: Universidade de Cabo Verde, 2017. 436 p. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/78>. Acesso em: 14 abr. 2023.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In:* ANNUAL CONFERENCE: CANADIAN ASSOCIATION FORMIN FORMATION, 23., 1995, Edmonton, Alberta, CA. **Anais [...]**. Edmonton, Alberta, CA: CAIS/ACSI, 1995. Disponível em:

https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 15 abr. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41753>. Acesso em: 05 nov. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, PB, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 07 dez. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, 2003. DOI 10.18225/ci.inf.v32i1.1020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1020> Acesso em: 07 dez. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, 2002. DOI 10.18225/ci.inf.v31i1.975. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>. Acesso em: 07 dez. 2020.

GUSMÃO, R.; RAMOS, M. Y. Concentração regional de C&T no Brasil: perfil de liderança paulista no cenário nacional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 120–141, jul./set. 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_10.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

HARZING, A. W. **Publish or Perish: explains the use of Publish or Perish and its metrics**. 2006. Disponível em: <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>. Acesso em: 07 mar. 2021.

HERNÁNDEZ-NIETO, R. **Contributions to statistical analysis: the coefficients of proportional variance, content validity and Kappa**. Mérida, Venezuela: Universidad de Los Andes, 2002.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br>. Acesso em: 16 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ministério da Educação (MEC). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). **Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas**. Brasília-DF: INEP; MEC, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (INPA). **Biografia**. Aleixo, Manaus, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inpa/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy_of_institucional. Acesso em: 16 abr. 2022.

IVO, N. V. S. *et al.* Análise da produção científica sobre política de informação no Brasil na plataforma lattes. **Bibliotecas. Anales de Investigación**, Cuba, v. 17, p. 82–101, 2021.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161595>. Acesso em: 30 jun. 2021.

JACOB, W. J.; HOLSINGER, D. B. Desigualdade na educação: uma análise crítica. *In: Desigualdade na educação: perspectivas comparativas e internacionais*. Dordrecht: Springer Holanda, 2008. p. 1–33.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S., Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 14, n. 1, p. 2–22, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

KERR PINHEIRO, M. M. Processo de transformação das políticas de informação no Estado informacional. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119353>. Acesso em: 08 dez. 2020.

KERR PINHEIRO, M. M. Estado Informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 61–77, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/04.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

KHOMYAKOV, Maxim B. BRICS e o sul global: rumo à colaboração educacional multilateral. **Mudando Sociedades e Personalidades**, v. 2, n. 4, p. 329–350, 2018.

KHOMYAKOV, M.; DWYER, T.; WELLER, W. Internationalization of higher education: excellence or network building? What do BRICS countries need most? **Sociologies** [online]. 2020, v. 22, n. 54. p. 120–143. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-99066>. Acesso em: 31 ago. 2020.

KOVALEV, I.; SHCHERBAKOVA, A. BRICS Cooperation in Science and Education. **Strategic Analysis**, v. 43, n. 6, p. 532–542, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09700161.2019.1669903>. Acesso em: 15 nov. 2021

LASWELL, H. D. **Politics: who gets what, when, how**. Cleveland: Meridian Books, 1958.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LI, Y. Development of cooperation in higher education in BRICS countries. **Changing Societies and Personalities**, Yekaterinburg, Russian Federation, v. 2, n. 4, p. 393-405, 2018. https://www.researchgate.net/publication/352358167_Development_of_Cooperation_in_Higher_Education_in_BRICS_Countries. Acesso em: 21 jul. 2021.

LIMA, J. L. O.; MANINI, M. P. Metodologia para análise de conteúdo qualitativa integrada à técnica de mapas mentais com o uso dos softwares Nvivo e Freemind. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 21, n. 3, p. 63–100, 2017. DOI 10.5433/1981-8920.2016v21n3p63. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23879>. Acesso em: 13 abr. 2023.

LYNN, M. R. Determination and Quantification of Content Validity. **Nursing Research**, [S.

l.], v. 35, n. 6, p. 382–386, nov. 1986. Disponível em: https://journals.lww.com/nursingresearchonline/Citation/1986/11000/Determination_and_Quantification_Of_Content.17.aspx. Acesso em: 26 abr. 2023.

MACEDO, R. M. de. **Avaliação em saúde pública no Brasil a partir da teoria institucional**: o caso do Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS). 2017. 203 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AWNPE6>. Acesso em: 10 maio 2022.

MAGNANI, M. C. B.; KERR PINHEIRO, M. M. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 2, 2011. DOI 10.18617/liinc.v7i2.392. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3278>. Acesso em: 15 maio 2022.

MARQUES, R. M.; KERR PINHEIRO, M. M. Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 16, n. 1, p. 65–91, dez. 2010. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1154>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MARTELLO, A. Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos, mostra levantamento. **G1**, Brasília, DF, 24 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2012.

MOREIRA, L. C. D. P.; RANINCHESKI, S. M. Análise da internacionalização da educação superior entre países emergentes: estudo de caso do Brasil com os demais países-membros dos BRICS. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 5, p. 1–26, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v5i0.8652804. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8652804>. Acesso em: 24 maio 2022.

MOROSINI, M. Dossiê: Internacionalização da educação superior. **Educação**, v. 40, n. 3, p. 288–292, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84854915002.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.

MUHR, Thomas; DE AZEVEDO, Mário Luiz Neves. Relações educacionais Sul-Sul. **Manual Routledge de Relações Sul-Sul**, p. 357-369, 2018. Disponível em: Acesso em: 20 ago. 2023.

MUIR, A.; OPPENHEIM, C. Nick Moore, his information policy matrix, with a bibliometric analysis. **Library Management**, v. 38, n. 8/9, p. 394–403, 2017. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/LM-02-2017-0027/full/html>. Acesso em: 8 mar. 2021.

MUNGUAMBE, R. M. T. P.; FREIRE, G.H.A.F. **Política, regime e competências em informação**: o Sistema de Biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane (SIBUEM). João Pessoa: Editora UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/701/874/8404-1>. Acesso em: 06 jun. 2022.

NERY, Matheus Batalha Moreira. Contribuições da Ciência sem Fronteiras para a internacionalização do ensino superior brasileiro. **Revista de estudos em educação internacional**, v. 22, n. 5, pág. 371-392, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315317748526>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ORNA, E. Information Policies: Yesterday, Today, Tomorrow. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 547–565, 2008. DOI 10.1177/0165551508092256. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.949.4475&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PASQUALI, L. **Instrumentos Psicológicos**: manual prático de elaboração. Brasília, DF: LabPAM/IBAPP, 1999.

PASEK, J. E. Definindo Política de Informação: Relacionando Questões ao Ciclo de Informação. **New Review of Academic Librarianship**, v. 21, n. 3, p. 286–303, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13614533.2015.1009126>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PAULINO, I.; BEDIN, L. P.; PAULINO, L. V. Estratégia saúde da família. *In: Estratégia saúde da família*. [S. l.]: [s. n.]. 2009. p. 448–448.

PEROVANO, D. G. **Manual de metodologia de pesquisa**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PIMENTEL, J. V. de S. (org.). Comunicado Conjunto dos Líderes dos Países BRIC. *In: PIMENTEL, J. V. de S. (org.). Debatendo o BRICS*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 199–202. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1035-Debatendo_o_BRICS.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

PONTES, G. Instrumentos para monitoramento e avaliação das políticas e programas do Ministério da Educação. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Flamengo, RJ, v. 5, n. 5, p. 142–159, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.rbaval.org.br/article/10.4322/rbma201305011/pdf/1598015026-5-142.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

PRÍNCIPE, E. Um breve olhar na produção científica dos países BRICS: dados preliminares. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA*, 7., 31–23 jul. 2020, Salvador, BA. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador, BA: Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32385> Acesso em: 09 jun. 2023.

PwC. 2020. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

QIAORONG, Y.; ALBUQUERQUE, F. D. (org.). **O ensino do português na China: parâmetros e perspectivas**. Natal, RN: EDUFRN, 2019. [recurso eletrônico]

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 46, n.5, p. 1271–1294, set. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP>. Acesso em: 16 abr. 2023.

RIBEIRO, J. L. L. de S. SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. **Avaliação**, Sorocaba, v. 20, n. 1, p. 143–161, mar. 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1414-40772015000100143&script=sci_abstract. Acesso em: 26 abr. 2023.

RIBEIRO, J. L. P. Social support satisfaction scale (ESSS). **Análise Psicológica**, v. 3, n. 17, p. 547–558, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313619936_Escala_de_Satisfacao_com_o_Suporte_Social_ESSS_Satisfaction_with_Social_Support_Scale. Acesso em: 12 maio 2022.

RISTOFF, D. Cooperação Internacional no Ensino Superior: tendências e desafios. **Revista GeoPantanal**, Corumbá/MS, v. 11, n. 21, p. 87–104, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/2514>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ROWLANDS, I. Compreender a política de informação: conceitos, enquadramentos e ferramentas de investigação. **Journal of Information Science**, v. 22, n. 1, p. 13–25, 1996.

ROWLANDS, I.; EISENSCHITZ, T.; BAWDEN, D. Frame analysis as a tool for understanding information policy. **Journal of Information Science**, v. 28, n. 1, p. 31–38, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/016555150202800104>. Acesso em: 09 dez. 2020.

SALMI, J. O caminho para a excelência acadêmica: lições da experiência. *In: O caminho para a excelência acadêmica: a criação de universidades de pesquisa de classe mundial*, p. 323-347, 2011.

SANTANA, E. V. da S.; CARVALHO, P. N. de. A Ascensão dos Brics como Polo de Poder Mundial na Arquitetura do Sistema Financeiro Internacional Pós-Crise do Subprime. **Revista Aurora**, v. 10 n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/7648>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. de. **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora da UnB, 2012. 238 p. ISBN-10 8523010424.

SARACEVIC, T., Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 29 maio 2022.

SERAFIM, L. A.; FREIRE, G. H. A. Regime de informação para o mapeamento das

competências em informação na educação superior. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 43–60, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14729734004.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023

SENRA, N. de C. Regime e política de informação estatística. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 75–85, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/7dBdmbHGnz6NHzvMkj6ZFB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2023.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHWARTZMAN, S. Demanda e políticas públicas para o ensino superior nos BRICS. **Cad. CRH** [online], v. 28, n. 74, p. 267–290, 2015. ISSN 1983-8239. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200003>. Acesso em: 04 dez. 2020.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 1, n. 1, p. 45–71, 2011. DOI 10.21527/2237-6453.2003.1.45-71. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67>. Acesso em: 10 maio 2022.

SILVA, P. N.; KERR PINHEIRO, M. M. Métrica brasileira para dados governamentais abertos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102168>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SILVA, T. E. da; KERR PINHEIRO, M. M. **Políticas de informação no âmbito do ENANCIB**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., Brasília, DF., 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/180909>. Acesso em: 4 dez. 2020.

SILVA, D. M.; SANTOS, V. S. dos. Diálogo e cooperação temática intra-BRICS: os casos da Agricultura, Educação e Saúde. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, Paraíba, v. 9, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/350>. Acesso em: 07 dez. 2020.

SILVA, T. E. da; EIRÃO, T. G. Mapeamento e tendências do GT5 do ENANCIB: um estudo dos trabalhos apresentados de 2011 a 2018. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Florianópolis: UFSC, 2019. **Anais** [...]. Florianópolis, SC: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1103>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SILVA, T. E. da; TOMAÉL, M. I. Política de informação: tendências internacionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: ANCIB, 2009. Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/174?show=full>
Acesso em: 24 jan. 2021.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez. 2006. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SOUZA, V. C. Qualidade na educação superior: uma visão operacional do conceito. **Avaliação**, [on-line], v. 22, n. 2, p. 332–357, 2017. ISSN 1982-5765. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200004>. Acesso em: 22 mar. 2022.

STALLIVIERI, L. O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas. *In*: DR União de Universidades da América Latina e Caribe (org.). **Educação superior na América Latina e no Caribe: seus alunos hoje**. México: DR União de Universidades da América Latina e Caribe, 2007. p. 79–100. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/228390340_o_sistema_de_ensino_superior_do_brasil_caracteristicas_tendencias_e_perspectivas. Acesso em: 30 maio 2023.

STUENKEL, O. **BRICS e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

THEIS, I. M. Ciência & tecnologia e desenvolvimento geográfico desigual no Brasil. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 62–81, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6547701>. Acesso em: 15 abr. 2023.

THIENGO, L. C.; BIANCHETTI, L. Educação Superior no âmbito do BRICS: aspiração à Excelência? **Educação Unisinos**, v. 23, n. 3, p. 488–504, 2019. Disponível em:
<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.233.07>. Acesso em: 11 dez. 2020.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a Methodology for Developing Evidence: Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207–222, 2003. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1111/1467-8551.00375>. Acesso em: 07 dez. 2020.

UNESCO. **BRICS: Construir a educação para o futuro: prioridades para o desenvolvimento nacional e a cooperação internacional**. Paris: UNESCO, 2014. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002296/229602por.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

UNESCO. Unidade do Relatório da Educação Mundial. **World Education Report 1998: professores e ensino em um mundo em mudança**. Paris, França: UNESCO, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 15 abr. 2022.

UNESCO. Relatório Mundial. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural da UNESCO. **Direito Humano à Educação**. 2009. Disponível em:
https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por. Acesso em: 15 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **História**. 2022. Apresenta a história da Universidade. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/historia>. Acesso em: 15 abr.

2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Unicamp sedia atividades do BRICS NU**. 2019. Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/08/09/unicamp-sedia-atividades-do-brics-nu>. Acesso em: 05 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **A universidade**. 2022. Apresenta a história da Universidade. Disponível em: <https://ufmg.br/a-universidade>. Acesso em: 15 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Apresentação**. 2022. Apresenta a história da Universidade. Disponível em: <https://www.ufv.br/apresentacao/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Sobre a UFRJ**. 2022. Apresenta a história da Universidade. Disponível em: <https://ufrj.br/a-ufrj/sobre-a-ufrj/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Apresentação**. 2022. Apresenta a história da Universidade. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/apresentacao>. Acesso em: 15 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Estrutura**. 2022. Apresenta a história da Universidade. Disponível em: <https://estrutura.ufsc.br/> Acesso em: 15 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Apresentação**. 2022. Apresenta a história da Universidade. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=apresentacao>. Acesso em: 16 abr. 2022.

VALENTIM, M. L. P. Informação em ciência e tecnologia: políticas, programas e ações governamentais – uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, n. 1, v. 47, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/111724>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VEDUNG, E. Six models of evaluation. *In*: ARARAL, E. *et al.* **Routledge Handbook of Public Policy**. Abingdon: Routledge, 2013.

YUSOF, Z. M.; BASRI, M.; ZIN, N. A. M. Classification of issues underlying the development of information policy. **Information Development**, v. 26, n. 3, p. 204–213, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0266666910368218>. Acesso em: 21 jul. 2021.

WESTPHAL, A. M. S.; GISI, M. L. A educação superior no contexto da cooperação acadêmica internacional. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 2, p. 369–382, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/Mh9g5FRzmhrB8zcf88LthSy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2023.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA GRUPO I

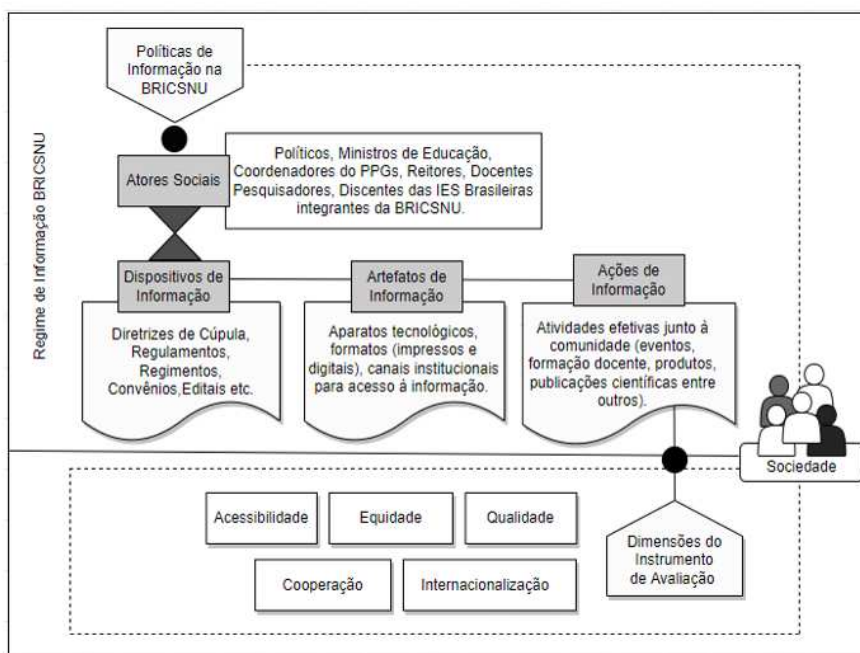


Eu, Naiara Vieira Silva Ivo, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estou realizando a pesquisa intitulada “POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS” sob o acompanhamento e orientação do Professor Pesquisador, Dr. Adilson Luiz Pinto. Essa pesquisa tem como objetivo principal propor um instrumento de avaliação das políticas de informação para as instituições brasileiras integrantes da Rede de Universidades do BRICS que servirá como uma matriz de autoconhecimento sobre participação das Universidades/ Instituições em cooperação universitária em rede.

Sim. Eu fui esclarecido(a) sobre a pesquisa “POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS” e concordo em participar desta pesquisa.
 Não. Apesar de ter sido esclarecido(a) sobre a pesquisa “POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS” não concordo em participar desta pesquisa.

Informo que esta pesquisa apresenta-se aprovada pelo CEPESH-UFSC expressa no Parecer 5.741.120 de 05 de novembro de 2022.

A fim de elucidar o que se pretende na proposta do instrumento de avaliação, a figura abaixo demonstra em conjunto as relações entre os elementos informacionais para que seja possível a visão global do regime de informação na Rede de Universidades do BRICS.



Acesse as próximas abas, assinale suas respostas, salve o arquivo e envie como resposta do email convite. Conto com a colaboração de V.Sa.!



Prezado(a) Senhor(a),

A análise de juízes é baseada no julgamento realizado por um grupo de juízes ao qual caberá analisar o conteúdo no que se refere à clareza da linguagem e a pertinência prática dos itens do instrumento de avaliação.

Assim, para a etapa de validação por **Análise de Juízes (Grupo de Doutores)**, a qual V.Sa. aceitou o convite em participar, solicita-se que:

Parte I - Avaliação sobre a clareza da linguagem

1. Leia cada um dos itens, avalie se o item possui clareza na linguagem para avaliar a política de informação na dimensão proposta.

"O(a) Senhor(a) acredita que a linguagem de cada item é suficientemente clara, compreensível e adequada para essa população? Em que nível?"

Escala:	"1 - pouquíssima"	"2 - pouca"	"3 - média"	"4 - muita"	"5 - muitíssima"
----------------	-------------------	-------------	-------------	-------------	------------------

Parte II - Avaliação de Pertinência Prática do

1. Leia cada um dos itens e assinale na coluna Sim/Não se o item é pertinente para avaliar a política de informação na dimensão proposta.

"O(a) Senhor(a) acredita que os itens propostos são pertinentes essa população? Sim ou Não?"

Para avaliação conforme orientado:

Dimensões	Itens	Parte I		Parte II	
		Clareza da linguagem 1 (mín.) a 5 (máx.)	Pertinência prática do item Não Sim	Sugestão de ajuste na Redação	
Accessibilidade A dimensão acessibilidade proposta se relaciona à formação dos recursos humanos por meio de bolsas de estudos ou disponibilização de vagas para os estudos em países conveniados.	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação. A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não menciona os mecanismos de estímulo e atratividade e não viabiliza financiamento para o acesso à educação superior.				
	Não há ações de informação pertinentes ao objeto de avaliação mencionado na política de informação que comprovem a viabilidade de acesso à educação superior.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise menciona os mecanismos de estímulo e atratividade e viabiliza fomentos (públicos e privados) para o acesso à educação superior.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise menciona diferentes mecanismos de estímulo, atratividade e viabilidade, apresenta evidências quantitativas das ações de informação e apropriação por todos os segmentos da comunidade acadêmica.				
Equidade - Nessa dimensão, mencionam-se as políticas de informação dedicadas às minorias, vítimas de discriminação, para o acesso à educação superior de modo equânime, ou seja, em condições de igualdade nos processos de seleção e de admissão a esse nível de ensino.	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação. A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não contempla com distinção as classes mais vulneráveis.				
	Não há ações de informação pertinentes ao objeto de avaliação mencionado na política de informação conforme dispositivo de informação em análise.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise faz deferência às classes mais vulneráveis e apresenta evidências quantitativas das ações de informação.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise faz deferência às classes mais vulneráveis . Apresenta evidências quantitativas e qualitativas das ações de informação e estimula a adesão por meio de ampla comunicação em todos os segmentos da comunidade acadêmica.				
Cooperação Acadêmica A cooperação acadêmica (CA) visa a melhoria na qualificação do corpo docente em efetivo exercício nas instituições que compõem o sistema de educação superior brasileiro, especialmente por meio da titulação em cursos de mestrado e doutorado.	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação. A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não contempla a formação continuada do docente ou formador.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise contempla a formação continuada apenas do docente da BRICSNU, sem vincular outros benefícios à comunidade acadêmica fora da rede.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise contempla a oferta de cursos rápidos de extensão para docentes da BRICSNU bem como para docentes externos à rede fomentando o desenvolvimento acadêmico.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise contempla a formação continuada para docentes da BRICSNU bem como para docentes externos à rede, com oferta de cursos de extensão de língua estrangeira e outros, módulos e programas, treinamentos online, fomentando o desenvolvimento acadêmico e a promoção de ações inovadoras na prática docente.				

Para avaliação conforme orientado:

Dimensões	Itens	Parte I		Parte II	
		Clareza da linguagem 1 (mín.) a 5 (máx.)	Pertinência prática do item Não	Sim	Sugestão de ajuste na Redação
<p>Cooperação Acadêmica</p> <p>A cooperação acadêmica (CA) visa a melhoria na qualificação do corpo docente em efetivo exercício nas instituições que compõem o sistema de educação superior brasileiro, especialmente por meio da titulação em cursos de mestrado e doutorado.</p>	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.				
	Apesar de previsto na política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, o(s) projeto(s) de mestrado e/ou doutorado não foi(ram) viabilizado(s).				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, não prevê a dupla certificação internacional.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise prevê a dupla certificação internacional, a partir de diretrizes institucionais estabelecidas e amplamente comunicadas (em meio impresso ou digital) para o reconhecimento de equivalência de títulos.				
<p>Cooperação Científica e Tecnológica</p> <p>A cooperação científica e tecnológica (CC&T) opera o intercâmbio de informação e de documentação científica e tecnológica e fomento à pesquisa científica.</p>	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.				
	Apesar de previsto na política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, o(s) projeto(s) de pesquisa não foi(ram) viabilizado(s).				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, privilegia o acordo bilateral ao multilateral.				
	Existem evidências de projetos de pesquisa em andamento e/ou finalizado (s) independentes da modalidade de cooperação que articulam o alinhamento entre os objetivos da BRICSNU voltados os desenvolvimento acadêmico das IES em rede conforme preconiza a política de informação descrita no dispositivo de informação em análise.				
<p>Cooperação Técnica</p> <p>A cooperação técnica (CT) se refere ao desenvolvimento de capacidades, entendida como identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e de competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e a implementação de soluções endógena</p>	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.				
	Apesar de previsto na política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, os produtos técnicos envolvendo a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade não foi(ram) viabilizado(s).				
	Não há ações de informação efetivas condizente à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que comprovem a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade.				
	Há ações de informação efetivas e condizentes à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que comprovem a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade.				
<p>Internacionalização</p> <p>A dimensão internacionalização foi delineada pelo viés tradicional de mobilidade acadêmica. Refere-se às iniciativas de discentes, docentes e egressos das instituições domésticas estabelecerem trocas com as instituições estrangeiras, enviando e recebendo pessoas, fomentando o trabalho em parceria com interação e dinamismo exigidos pela ciência (CAPES, 2021).</p>	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não estimula e não atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à internacionalização por mobilidade entre pessoas e países do BRICS.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à internacionalização por mobilidade entre pessoas e países do BRICS.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise estimula a adesão, incentiva por meio de fomento e atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à internacionalização por mobilidade entre pessoas e países do BRICS.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise estimula a adesão, incentiva por meio de fomento, atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à mobilidade e promove espaços para socialização da experiência favorecendo o protagonismo do intercambista.				
<p>Qualidade</p> <p>Nessa dimensão, a qualidade foi definida como um atributo capaz de distinguir, marcar, determinar a natureza de dado objeto, porém considerou que não se pode atribuir um valor absoluto à qualidade no campo educacional.</p>	Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não menciona o objeto de avaliação.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não atende às demandas preconizadas pelos rankings internacionais de qualidade acadêmica.				
	A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise atende às demandas preconizadas pelos rankings internacionais de qualidade acadêmica e incentiva à coopetição entre as IES da BRICSNU.				
<p>Qualidade</p> <p>Nessa dimensão, a qualidade foi definida como um atributo capaz de distinguir, marcar, determinar a natureza de dado objeto, porém considerou que não se pode atribuir um valor absoluto à qualidade no campo educacional.</p>	Há ações de informação efetivas e condizentes à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que atendem às demandas preconizadas pelos rankings internacionais de qualidade acadêmica e incentiva à coopetição entre as IES da BRICSNU e estimula com benefícios estudantis a melhoria dos dados educacionais conquistados.				

PARECER - Avaliação de Juízes

Este instrumento de avaliação é válido para os objetivos que se propõem.

Não	Sim	Observação

Em caso de sugestões, gentileza apresentá-las.

--

Muito obrigada pela participação de V.Sa.
Doutoranda Naiara Vieira Silva Ivo
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

APÊNDICE B – FÓRMULA DO COEFICIENTE DE VALIDADE DE CONTEÚDO (CVC)

Itens	Jul 1	Jul 2	Jul 3	Jul 4	Jul 5			$M_2 \times 1/2$	$OPC_1 + M_1 / 2$	$PE_2 (M_2)^2$	$CVC_1 - OPC_1 - (M_2)^2$	$OPC_2 - M_2 \times 1/2$	Pertinência prática do item
	Clareza da linguagem					Clareza da Linguagem							
	1 (mín.) a 5 (máx.)					Média	DP						
1 Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
2 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não menciona os mecanismos de estímulo e atratividade e não viabiliza o financiamento para o acesso à educação superior.	4	2	4	4	4	3,8	0,9	3,6	0,7	0,000320	0,7197		5
3 Não há ações de informação pertinentes ao objeto de avaliação mencionado na política de informação que comprovem a viabilidade de acesso à educação superior.	5	5	3	5	5	4,6	0,9	4,6	0,9	0,000320	0,9197		5
4 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise menciona os mecanismos de estímulo e atratividade e viabiliza fomentos (públicos e privados) para o acesso à educação superior.	4	4	5	3	3	3,8	0,8	3,8	0,8	0,000320	0,7597		5
5 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise menciona diferentes mecanismos de estímulo, atratividade e viabilidade, apresenta evidências quantitativas das ações de informação e apropriação por todos os	4	4	5	4	4	4,2	0,4	4,2	0,8	0,000320	0,8397		5
6 Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.	5	5	3	5	5	4,6	0,9	4,6	0,9	0,000320	0,9197		5
7 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não contempla com distinção as classes mais vulneráveis.	5	5	4	5	3	4,4	0,9	4,4	0,9	0,000320	0,8797		5
8 Não há ações de informação pertinentes ao objeto de avaliação mencionado na política de informação conforme dispositivo de informação em análise.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
9 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise faz referência às classes mais vulneráveis e apresenta evidências quantitativas e qualitativas das ações de informação e estimula a adesão por meio de ampla comunicação em todos os segmentos da comunidade acadêmica.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
10 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise faz referência às classes mais vulneráveis. Apresenta evidências quantitativas e qualitativas das ações de informação e estimula a adesão por meio de ampla comunicação em todos os segmentos da comunidade acadêmica.	4	3	5	3	4	3,8	0,8	3,8	0,8	0,000320	0,7597		5
11 Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
12 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não contempla a formação continuada do docente ou formador.	5	5	4	4	4	4,4	0,5	4,4	0,9	0,000320	0,8797		5
13 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise contempla a formação continuada apenas do docente da BRICSNU, sem vincular outros benefícios à comunidade acadêmica fora da rede.	4	5	4	5	3	4,2	0,8	4,2	0,8	0,000320	0,8397		5
14 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise contempla a oferta de cursos rápidos de extensão para docentes da BRICSNU bem como para docentes externos à rede, fomentando o desenvolvimento acadêmico.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
15 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise contempla a formação continuada para docentes da BRICSNU bem como para docentes externos à rede, com oferta de cursos de extensão de língua estrangeira e outros, módulos e programas, treinamentos online, fomentando o desenvolvimento acadêmico e a promoção de ações inovadoras na prática docente.	4	3	5	4	3	3,8	0,8	3,8	0,8	0,000320	0,7597		5
16 Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
17 Apesar de previsto na política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, o(s) projeto(s) de pesquisa não foi(ram) viabilizado(s).	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
18 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, não prevê a dupla certificação internacional.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
19 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise prevê a dupla certificação internacional, a partir de diretrizes institucionais estabelecidas e amplamente comunicadas (em meio impresso ou digital) para o reconhecimento de	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
20 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise prevê a dupla certificação internacional, conforme diretrizes institucionais estabelecidas e amplamente comunicadas (em meio impresso ou digital) para o reconhecimento de equivalência de títulos articulando os objetivos da BRICSNU e a promoção de ações	4	5	4	5	3	4,2	0,8	4,2	0,8	0,000320	0,8397		5
21 Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
22 Apesar de previsto na política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, o(s) projeto(s) de pesquisa não foi(ram) viabilizado(s).	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
23 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, privilegia o acordo bilateral ao multilateral.	5	5	4	5	4	4,6	0,5	4,6	0,9	0,000320	0,9197		5
24 Existem evidências de projetos de pesquisa em andamento e/ou finalizado(s) independentes da modalidade de cooperação que articulam o alinhamento entre os objetivos da BRICSNU voltados ao desenvolvimento acadêmico das IES em rede conforme preconiza a política de informação descrita no dispositivo de informação em	4	4	5	3	5	4,2	0,8	4,2	0,8	0,000320	0,8397		5
25 Existem evidências das ações de informação dos projetos de pesquisa em andamento e/ou finalizado(s) independentes da modalidade de cooperação que articulam o alinhamento entre os objetivos da BRICSNU voltados ao desenvolvimento acadêmico, econômico e social, considerando a melhoria nas condições de vida da sociedade dos países BRICS conforme preconiza a política de	4	5	5	3	4	4,2	0,8	4,2	0,8	0,000320	0,8397		5
26 Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
27 Apesar de previsto na política de informação descrita no dispositivo de informação em análise, os produtos não foram organizados e a transferência de conhecimento para a sociedade não foi(ram) viabilizado(s).	5	4	5	5	3	4,4	0,9	4,4	0,9	0,000320	0,8797		5
28 Não há ações de informação efetivas condizente à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que comprovem a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
29 Há ações de informação efetivas e condizentes à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que comprovem a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
30 Há ações de informação efetivas e condizentes à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que comprovem a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade. Apresentam diversidade em artefatos de informação em cumprimento ao objetivo proposto.	5	3	5	5	5	4,6	0,9	4,6	0,9	0,000320	0,9197		5
31 Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
32 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não estimula e não atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à internacionalização por mobilidade entre pessoas e países do BRICS.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
33 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à internacionalização por mobilidade entre pessoas e países do BRICS.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
34 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise estimula a adesão, incentiva por meio de fomento e atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à internacionalização por mobilidade entre	4	3	5	4	3	3,8	0,8	3,8	0,8	0,000320	0,7597		5
35 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise estimula a adesão, incentiva por meio de fomento, atende às necessidades da comunidade acadêmica no que se refere à mobilidade e promove espaços para socialização da experiência favorecendo o protagonismo do intercâmbio.	4	3	5	3	4	3,8	0,8	3,8	0,8	0,000320	0,7597		5
36 Não há o dispositivo de informação pertinente ao objeto de avaliação.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
37 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não menciona o objeto de avaliação.	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
38 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise não atende às demandas preconizadas pelos rankings internacionais de qualidade	5	5	5	5	5	5,0	0,0	5,0	1,0	0,000320	0,9997		5
39 A política de informação descrita no dispositivo de informação em análise atende às demandas preconizadas pelos rankings internacionais de qualidade acadêmica e incentiva a cooperação entre as IES da BRICSNU e estimula com benefícios estudantis a melhoria dos dados	4	3	5	4	3	3,8	0,8	3,8	0,8	0,000320	0,7597		5
40 Há ações de informação efetivas e condizentes à política de informação estabelecida no dispositivo de informação que atendem às demandas preconizadas pelos rankings internacionais de qualidade acadêmica e incentiva a cooperação entre as IES da BRICSNU e estimula com benefícios estudantis a melhoria dos dados	4	3	4	5	5	4,2	0,8	4,2	0,8	0,000320	0,8397		5
						Média		4,6	0,9	0,000320	0,9157	0,916	

APÊNDICE C – Formulário de pesquisa para Grupo II



Seção 1 de 3

"Políticas de Informação na Rede de Universidades do BRICS"

Eu, Naiara Vieira Silva Ivo, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estou realizando a pesquisa intitulada "POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS" sob o acompanhamento e orientação do Professor Pesquisador, Dr. Adilson Luiz Pinto. Essa pesquisa tem como objetivo principal propor um instrumento de avaliação das políticas de informação para as instituições brasileiras integrantes da Rede de Universidades do BRICS que servirá como uma matriz de autoconhecimento sobre participação das Universidades/ Instituições em cooperação universitária em rede.

E-mail *

E-mail válido

Este formulário está coletando e-mails. [Alterar configurações](#)

Nome completo do participante: *

Texto de resposta curta

Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PROGRMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</p> <p>TCLE Nº 10 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A PESQUISA DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS PROF. DR. ADILSON LUIZ PINTO</p> <p>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</p> <p>Eu, Naiara Vieira Silva Ivo, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estou realizando a pesquisa intitulada "POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES DO BRICS" sob o acompanhamento e orientação do Professor Pesquisador, Dr. Adilson Luiz Pinto. Essa pesquisa tem como objetivo principal propor um instrumento de avaliação das políticas de informação para as instituições brasileiras integrantes da Rede de Universidades do BRICS que servirá como uma matriz de autoconhecimento sobre participação das Universidades/ Instituições em cooperação universitária em rede.</p>	<p>concordo em deixar de usar a informação obtida e a sua divulgação, seja essa a ser controlada ou não, para fins de divulgação científica, acadêmica ou profissional, sem caráter de lucro, desde que não prejudique a imagem da instituição de origem e não haja violação de direitos autorais. Não vou ser responsabilizado por danos materiais ou morais decorrentes do uso da informação obtida e divulgada para fins de divulgação científica, acadêmica ou profissional.</p>	<p>Endereço: Rua Scarpelli, 100 - Vila Universitária - Florianópolis - SC - 88015-900</p> <p>Assinatura: [Assinatura do Participante]</p>
--	--	---

Texto de resposta curta

Assinale uma opção: *

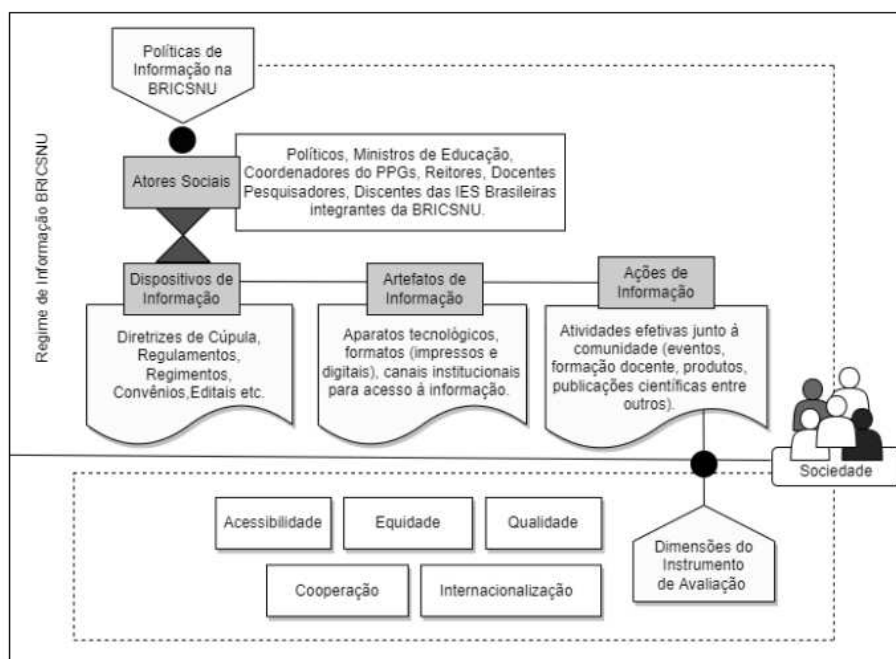
- Sim. Eu fui esclarecido(a) sobre a pesquisa "POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNIVERSIDADES ...
- Não. Apesar de ter sido esclarecido(a) sobre a pesquisa "POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA REDE DE UNI...

Seção 2 de 3

Pesquisa - Parte I

Informo que esta pesquisa apresenta-se aprovada pelo CEPESH-UFSC expressa no Parecer 5.741.120 de 05 de novembro de 2022.

A fim de elucidar o que se pretende na proposta do instrumento de avaliação, a figura abaixo demonstra em conjunto as relações entre os elementos informacionais para que seja possível a visão global do regime de informação na Rede de Universidades do BRICS.



(1) ACESSIBILIDADE *

A dimensão **acessibilidade** proposta se relaciona à formação dos recursos humanos por meio de bolsas de estudos ou disponibilização de vagas para os estudos em países conveniados.

Objetivo: Compartilhar mecanismos para o financiamento da educação para aumentar as possibilidades de acesso.

	Discordo Total...	Discordo	Não Concordo ...	Concordo	Concordo Total...
0. Não há o dis...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Não há açõe...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

(2) EQUIDADE *

Na dimensão **equidade**, menciona-se as políticas de informação dedicadas às minorias, vítimas de discriminação, para o acesso à educação superior de modo equânime, ou seja, em condições de igualdade nos processos de seleção e de admissão a esse nível de ensino.

Objetivo: Garantir a igualdade de acesso a educação superior stricto sensu para as classes mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e mulheres.

	Discordo Total...	Discordo	Não concordo ...	Concordo	Concordo Total...
0. Não há o dis...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Não há açõe...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

(3) COOPERAÇÃO (Acadêmica, Cooperação Científica e Tecnológica e Técnica) *

A **cooperação acadêmica (CA)** visa a melhoria na qualificação do corpo docente em efetivo exercício nas instituições que compõem o sistema de educação superior brasileiro, especialmente por meio da titulação em cursos de mestrado e doutorado.

Objetivo: Ofertar projetos de mestrado ou doutorado com dupla certificação internacional entre as IES da Rede de Universidades do BRICS

	Discordo Total...	Discordo	Não concordo ...	Concordo	Concordo Total...
0. Não há o dis...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1. Apesar de pr...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

...

(3) COOPERAÇÃO (Acadêmica, Cooperação Científica e Tecnológica e Técnica) *

A **cooperação científica e tecnológica (C&T)** opera o intercâmbio de informação e de documentação científica e tecnológica e fomento à pesquisa científica.

Objetivo: Estabelecer projetos de pesquisa em cooperação bilateral ou multilateral entre as IES da Rede de Universidades do BRICS.

	Discordo Total...	Discordo	Não concordo ...	Concordo	Concordo Total...
0. Não há o dis...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1. Apesar de pr...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Existem evid...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Existem evid...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

(3) COOPERAÇÃO (Acadêmica, Cooperação Científica e Tecnológica e Técnica). *

A **cooperação técnica (CT)** se refere ao desenvolvimento de capacidades, entendida como identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e de competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e a implementação de soluções endógenas.

Objetivo: Elaborar produtos técnicos envolvendo a organização e a transferência de conhecimento para a sociedade.

	Discordo Total...	Discordo	Não concordo ...	Concordo	Concordo Total...
0. Não há o dis...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1. Apesar de pr...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Existem evid...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Existem evid...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

...

(4) INTERNACIONALIZAÇÃO *

A dimensão **internacionalização** foi delineada pelo viés tradicional de **mobilidade acadêmica**. Refere-se às iniciativas de discentes, docentes e egressos das instituições domésticas estabelecerem trocas com as instituições estrangeiras, enviando e recebendo pessoas, fomentando o trabalho em parceria com interação e dinamismo exigidos pela ciência (CAPES, 2021).

Objetivo: Facilitar a mobilidade acadêmica de discente e profissionais da educação entre os países BRICS.

	Discordo Total...	Discordo	Não concordo ...	Concordo	Concordo Total...
0. Não há o dis...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

(4) QUALIDADE *

Nessa dimensão, a **qualidade** foi definida como um atributo capaz de distinguir, marcar, determinar a natureza de dado objeto, porém considerou que não se pode atribuir um valor absoluto à qualidade no campo educacional.

Objetivo: Melhorar os dados educacionais por meio da classificação das IES da Rede de Universidades do BRICS em rankings internacionais.

	Discordo Total...	Discordo	Não concordo ...	Concordo	Concordo Total...
0. Não há o dis...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. A política de ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Há ações de...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Parecer - Avaliação de Juízes *

Este instrumento de avaliação é válido para os objetivos que se propõem.

- Sim.
- Não.

Seção 3 de 3

Pesquisa - Parte II



Descrição (opcional)

Instituição de afiliação: *

 Texto de resposta curta

Informe o Programa de Pós-graduação Strictu sensu e a Instituição de sua formação. *

 Texto de resposta curta

É integrante do Banco de Avaliadores (BASIS) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *

- Sim, sou integrante do Banco de Avaliadores (BASIS).
- Não sou integrante do Banco de Avaliadores (BASIS).

Sobre as políticas de Informação da Rede de Universidades do BRICS, você considera que: *

	Discordo total...	Discordo	Não concordo ...	Concordo	Concordo total...
Favorecem o a...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fomentam a e...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentivam a m...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estimulam a c...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promovem o d...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Asseguram a q...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em caso de sugestões, gentileza apresentá-las aqui.

 Texto de resposta longa

APÊNDICE D – RELAÇÃO DE ARTIGOS RSL

ID	Título	Autor(res)	Ano	URL	DOI	ISSN/ISBN
1	Linking ICTs to rural development: China's rural information policy	Xia, Jun	2010	WOS	10.1016/j.giq.2009.10.005	0740-624X
4	Information Policy and the Public Sphere : EU Communications and the Promises of Dialogue and Transparency	Brueggemann, Michael	2010	WOS	10.1080/13183222.2010.11009023	1318-3222
7	Information policy and management framework for environmental protection organization with ecosystem conception	Chen, H. W.; Yu, R. F. ; Liaw, S. L. ; Huang, W. C.	2010	WOS	10.1007/BF03326141	1735-1472
32	Information policy, information technology and communication and participation in the information society: focus on digital inclusion from global to local sphere	Neves, Barbara Coelho	2010	WOS	10.1590/S0103-37862010000100004	0103-3786
44	Classification of issues underlying the development of information policy	Yusof, Zawiyah M.; Basri, Mokmin; Zin, Nor Azan M.	2010	WOS	10.1177/0266666910368218	0266-6669
23	National information policy and information asymmetry in Brazilian telecommunications sector	Marques, Rodrigo Moreno; Kerr Pinheiro, Marta Macedo	2011	WOS	10.1590/S1413-99362011000100005	1413-9936
31	The Fukushima Disaster Calls for a Global Open Data and Information Policy	Wotawa, Gerhard	2011	WOS	10.14512/gaia.20.2.5	0940-5550
11	A study on the structure of the Chinese information policy domain framework	Ma, Feicheng; Jiang, Tingting; Fu, Zhenzhen; Zhao, Hongbin	2012	WOS	10.1177/0165551511428920	0165-5515
231	Publication bias, value of information and their effects on health policy decision making	Campillo-Artero, C.	2012	SCOPUS	10.1590/S0864-34662012000500005	08643466
0	The strategic importance of information policy for the contemporary neoliberal state: The case of Open Government Data in the United Kingdom	Bates, Jo	2014	WOS	10.1016/j.giq.2014.02.009	0740-624X

2	Citizens' social media use and homeland security information policy: Some evidences from Twitter users during the 2013 North Korea nuclear test	Jung, Kyujin; Park, Han Woo	2014	WOS	10.1016/j.giq.2014.06.003	0740-624X
6	Government Information Policy in the Era of Big Data	Washington, Anne L.	2014	WOS	10.1111/ropr.12081	1541-132X
186	Russian Federation's Information Policy: Critical Analysis with a Regional Focus	Riabushko, Aleksander	2014	WOS	10.1145/2729104.2729132	9781450334013
226	Information policies and libraries, beginning at the beginning	Zardoni, H.C.	2014	SCOPUS	10.5195/biblios.2014.151	15624730
13	The necessity of disinfected toilet brushes - information policy of companies on disinfectants in private homes	Wieck, Stefanie	2015	WOS	10.1186/s12302-015-0038-5	2190-4715
16	Group technical information on health and population: contributions to the national information policy and health informatics	Cavalcante, Ricardo Bezerra; Kerr Pinheiro, Marta Macedo; Avila Watanabe, Yoshimi Jose; da Silva, Cristiano Jose	2015	WOS	10.1590/1981-5344/1905	1413-9936
29	Contributions of national health conferences to the definition of public environmental and health information policy	Rech Stedile, Nilva Lucia; Soares Guimaraes, Maria Cristina; Ferla, Alcindo Antonio; Freire, Rafaela Cordeiro	2015	WOS	10.1590/1413-812320152010.15142014	1413-8123
42	Whose Freedom? Whose Information?: Discourses on Freedom of Information Policies	Avle, Seyram and Adunbi, Omolade	2015	WOS	10.5325/jinfopoli.5.2015.0179	2381-5892
222	An overview of the definition and implementation of the Brazilian national policy on health data and information technology	Cavalcante, R.B.; Kerr-Pinheiro, M.M.; De Azevedo Guimarães, E.A.; Miranda, R.M.	2015	SCOPUS	10.1590/0102-311X00095014	0102311X
20	Sharing the data: The information policies of NOAA and EUMETSAT	Yost, Freya R.	2016	WOS	10.1177/0340035215611135	0340-0352

214	Informational behavior and public information policies: theoretical considerations arising from the case of DATASUS in Brazil	Zapata, Cristian Berrío, Rodrigues, Fernando de Assis, Lopes, Rita de Cássia Cassiano, Carvalho, Angela Maria Grossi de, Santana, Ricardo Cesar Gonçalves	2016	SCOPUS	10.1016/j.ibbai.2016.10.015	0187358X
12	Information Policy and Social Media: Accept or Decline	Walster, Dian	2017	WOS	10.1007/s11528-017-0179-z	8756-3894
28	Information Policy in the Environmental Sphere as a Factor in the Development of the National Economy	Yashalova, N. N.; Ruban, D. A.; Vasil'tsov, V. S.	2017	WOS	10.3103/S0147688217040165	0147-6882
40	The repositories of the Federal Universities of Brazil and its information policies	Baggio, Claudia; Carmem, Blattmann, Ursula	2017	WOS	10.1590/S0104-40362020002802573	1983-5213
187	An Information Policy Perspective on Learning Analytics	Haythornthwaite, Caroline	2017	WOS	10.1145/3027385.3027389	9781450348706
203	The end of the dissemination of enem results per school, a brief reflection on the evaluation of public policies and access to information	Zanchettin, F.	2018	SCOPUS	10.1590/0034-761220170102	00347612
18	Information policies and higher education choices experimental evidence from Colombia	Bonilla-Mejia, Leonardo; Bottan, Nicolas L. ; Ham, Andres	2019	WOS	10.1016/j.socec.2019.101468	2214-8043
26	The differential impact of CO2 penalties, CO2 incentives and information policies on consumer behaviour when purchasing a new motor vehicle	de Villiers, Marize; Nienaber, Sarel Gerhardus	2019	WOS		1448-2398
37	The Chernobyl disaster: A case study on the information policy of the Kadar regime	Kekesdi-Boldog, Dalma	2019	WOS	10.19195/1899-5101.12.1(22).5	1899-5101
196	The process of building embrapa's data, information and knowledge governance policy	Bertin, P.R.B. ; Fortaleza, J.M.	2019	SCOPUS	10.18617/liinc.v15i2.4798	1001965

199	The use of information in policy processes: Epistemological and decisional tensions in the national policy of educational evaluation in Mexico	Valladares, L.	2019	SCOPUS	10.14507/epaa.27.3288	10682341
200	Information and communication technologies as mediators of public policies for the reduction of poverty in two Colombian-Venezuelan border municipalities	Cuberos, M.-A.; Vivas-Garcia, M. ; Mazuera-Arias, R.	2019	SCOPUS	10.32870/cys.v2019i0.6374	0188252X
25	The politics of Brazil's access to information policies: history and coalitions	Rodrigues, Karina Furtado	2020	WOS	10.1590/0034-761220180369x	0034-7612
33	Information policies and libraries in the province of Buenos Aires. The case of CENDIE reference librarians	Aracri, Alejandra; Ines Fernandez, Clarisa	2020	WOS	10.24215/16696581e267	1669-6581
34	INFORMATION POLICY, NGOs AND MASS MEDIA IN HUMAN RIGHTS CONFLICTS: AN ASSESSMENT	Antonio-Lopez, Jairo	2020	WOS	10.17151/eleu.2019.20.6	2011-4532
35	The Need for Visual Information Policy	Ristovska, Sandra	2020	WOS	10.24908/ss.v18i3.14153	1477-7487
190	Without information there is no accountability: The European Commission, the European Council, the council before the European Parliament. Possibilities and limits of an imperfect model of political control	Ramirez, J.M.P.	2020	SCOPUS	10.18543/CED-62-2020PP99-126	11308354
193	Digital inclusion of women in the Spanish policies of the society of the information	Rodriguez-Diaz, M.R.; Jimenez-Cortez, R.	2020	SCOPUS	10.5565/REV/ATHENEA.2702	15788946

ANEXO A – EDITAL MEC Nº 03/2015 – BRICS

Nº 236, quinta-feira, 10 de dezembro de 2015

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

29



Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

EDITAL Nº 3, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015 - SELEÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS PARA A UNIVERSIDADE EM REDE DO BRICS (BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL)

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, torna público o Edital para apresentação de propostas de participação de Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras, por meio de seus Programas de Pós-Graduação de excelência, na Universidade em Rede do BRICS (BRICS Network University) - BRICS NU, conforme Memorando de Entendimento para o Estabelecimento da BRICS NU, assinado em 18 de novembro de 2015, em Moscou.

IDAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O presente edital visa selecionar Programas de Pós-Graduação - PPGs reconhecidos e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, com nota igual ou superior a seis, inscritos por IES brasileiras como candidatos a participar na Universidade em Rede do BRICS nas áreas prioritárias definidas no item 3 deste edital;

1.2.A seleção será regida por este edital e realizada pela Capes, com o apoio de consultores ad hoc, que comporão Comissão de Avaliação e Classificação das Propostas Apresentadas; e

1.3.O processo seletivo visa selecionar até duas propostas de participação por cada área prioritária.

2.DOS OBJETIVOS

2.1.Selecionar IES de alta qualificação nas áreas temáticas elencadas no item 3 para desenvolvimento de projetos pedagógicos comuns de novos PPGs (mestrados profissionais e acadêmicos e doutorados) a serem propostos como integrantes da BRICS NU;

2.2.Desenvolver atividades de ensino e pesquisa, a serem ofertadas em língua inglesa, com plena utilização de tecnologias de informação presenciais e a distância, incluindo-se materiais didáticos e pedagógicos; e

2.3.Promover o intercâmbio de quadros docentes e discentes qualificados nas áreas de conhecimento previstas nesse edital, pertencentes à comunidade acadêmica do BRICS, estimulando parcerias entre IES e centros de pesquisa dos países do BRICS.

3.DAS ÁREAS TEMÁTICAS

3.1.As áreas temáticas objeto deste edital são:

- Energia;
- Ciência da computação e segurança da informação;
- Estados dos BRICS, em cursos de Relações Internacionais, Ciências Políticas ou Ciências Sociais;
- Ecologia e mudanças climáticas;
- Recursos hídricos e tratamento da poluição; e
- Economia.

4.DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

4.1.As IES, a partir dos PPGs selecionados, comprometem-se a desenvolver, conjuntamente com as demais IES selecionadas dos países do BRICS, as seguintes atividades:

- Elaborar projetos pedagógicos comuns de PPGs (mestrados profissionais e acadêmicos e doutorados) em língua inglesa, no âmbito da BRICS NU, nas áreas temáticas objetos desse edital;
- Compor e participar, por meio dos docentes indicados pelos PPGs selecionados, sendo um titular e um suplente por Programa, das reuniões dos respectivos Grupos Temáticos Internacionais - ITGs da BRICS NU;
- Propor plano integrado de iniciativas de inovação, promovendo o desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos, produtos, processos, serviços e sistemas inovadores e fortalecendo a interação das IES com instituições de pesquisa, setores empresariais e sociedade civil envolvidas nas áreas temáticas objeto deste edital;
- Elaborar e submeter à Capes propostas de cursos novos, em conformidade com as normas e regulamentações relacionadas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNGP;
- Reconhecer, por meio de certificação/diplomação conjunta, atividades, cursos, créditos, títulos e diplomas referentes às atividades desenvolvidas no âmbito dos PPGs aprovados; e
- Observar as regras de operacionalização e funcionamento emanadas do Comitê Gestor Internacional e do Comitê Coordenador Nacional da BRICS NU, respeitadas as normas e procedimentos do SNGP.

4.2.As atividades de formação conjunta de recursos humanos, incluindo sua seleção, serão objeto de procedimentos e regulamentação específicos em conformidade com as definições oriundas do Comitê Gestor Internacional.

4.3.Todas as atividades da BRICS NU terão por base e serão desenvolvidas em inglês.

5.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1.Os recursos destinados a este Edital correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral da Capes.

6.DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA

6.1.Propostas vinculadas a IES públicas e privadas que possuam PPGs recomendados pela Capes, com nota igual ou superior a seis, relacionados às áreas temáticas elencadas no item 3.

6.2.A IES proponente indicará um coordenador exclusivo, e respectivo suplente, para desenvolver as atividades do presente edital.

6.3.Para as propostas envolvendo mais de uma instituição proponente, as instituições associadas deverão submeter-se aos mesmos requisitos e atividades dispostos neste Edital e na proposta.

SECRETARIA-GERAL

EXTRATOS DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2015 no Convênio Nº 786594/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA DEFESA SA, Unidade Gestora: 110594, Gestão: 00001. Conveniente: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE/PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ nº 04.056.206/0001-94. PL127/2008, art. 30, VL. Valor Total: R\$ 1.429.228,09, Valor de Contrapartida: R\$ 29.228,09, Vigência 21/10/2013 a 15/04/2016. Data de Assinatura: 09/12/2015. Assina Pelo MINISTÉRIO DEFESA - MINIST.DA DEFESA / ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

(SICONV(PORTAL) - 09/12/2015)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2015 no Convênio Nº 797450/2013. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA DEFESA SA, Unidade Gestora: 110594, Gestão: 00001. Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE GRV. JORGE TEIXEIRA, CNPJ nº 63.761.944/0001-00. PL127/2008, art. 30, VL. Valor Total: R\$ 357.500,00, Valor de Contrapartida: R\$ 7.500,00, Vigência 26/12/2013 a 21/02/2016. Data de Assinatura: 09/12/2015. Assina Pelo MINISTÉRIO DEFESA - MINIST.DA DEFESA / ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

(SICONV(PORTAL) - 09/12/2015)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00002/2015 no Convênio Nº 801532/2014. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA DEFESA SA, Unidade Gestora: 110594, Gestão: 00001. Conveniente: ESTADO DO AMAPA, CNPJ nº 00.394.577/0001-25. PL127/2008, art. 30, VL. Valor Total: R\$ 1.102.148,32, Valor de Contrapartida: R\$ 2.148,32, Vigência: 22/12/2014 a 30/11/2016. Data de Assinatura: 03/12/2015. Assina: Pelo MINISTÉRIO DEFESA - MINIST.DA DEFESA / ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

(SICONV(PORTAL) - 09/12/2015)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00002/2015 no Convênio Nº 801579/2014. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA DEFESA SA, Unidade Gestora: 110594, Gestão: 00001. Conveniente: MUNICIPIO DE CACAOAL, CNPJ nº 04.092.714/0001-28. PL127/2008 art. 30, VL. Valor Total: R\$ 312.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 12.000,00, Vigência: 09/07/2014 a 30/11/2016. Data de Assinatura: 07/12/2015. Assina: Pelo MINISTÉRIO DEFESA - MINIST.DA DEFESA / ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

(SICONV(PORTAL) - 09/12/2015)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2015 no Convênio Nº 801594/2014. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA DEFESA SA, Unidade Gestora: 110594, Gestão: 00001. Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPA, CNPJ nº 05.995.766/0001 77. PL127/2008, art. 30, VL. Valor Total: R\$ 1.080.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 80.000,00, Vigência: 18/12/2014 a 30/11/2016. Data de Assinatura: 03/12/2015. Assina: Pelo MINISTÉRIO DEFESA - MINIST.DA DEFESA / ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

(SICONV(PORTAL) - 09/12/2015)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00002/2015 no Convênio Nº 801599/2014. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA DEFESA SA, Unidade Gestora: 110594, Gestão: 00001. Conveniente: MUNICIPIO DE RORAINÓPOLIS / PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ nº 01.633.013/0001-80. PL127/2008, art. 30, VL. Valor Total: R\$ 1.252.500,00, Valor de Contrapartida: R\$ 12.589,00, Vigência 19/12/2014 a 29/11/2016. Data de Assinatura: 03/12/2015. Assina Pelo MINISTÉRIO DEFESA - MINIST.DA DEFESA / ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

(SICONV(PORTAL) - 09/12/2015)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00002/2015 no Convênio Nº 801735/2014. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA DEFESA SA, Unidade Gestora: 110594, Gestão: 00001. Conveniente: MUNICIPIO DE CACAOAL, CNPJ nº 04.092.714/0001-28. PL127/2008 art. 30, VL. Valor Total: R\$ 525.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 25.000,00, Vigência: 09/07/2014 a 30/11/2016. Data de Assinatura: 03/12/2015. Assina: Pelo MINISTÉRIO DEFESA - MINIST.DA DEFESA / ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

(SICONV(PORTAL) - 09/12/2015)

Ratificação em 09/12/2015. GILBERTO FRANCO PONTES NETO. Diretor. Valor Global: R\$ 1.917.627,84. CNPJ CONTRATADA: 00.339.291/0001-47 EMPRESA JUIZ DE FORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.

(SIDEÇ - 09/12/2015) 112408-00001-2015NE801395

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 65/2015 - UASG 112408**

Nº Processo: 60550000940201599. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Materiais Especiais - OPME Odontológico, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 10/12/2015 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 15h00. Endereço: Estrada Contorno do Bosque S/n - Shc/sul (cruzeiro Novo/df) Cruzeiro Novo - BRASÍLIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/112408-05-65-2015. Entrega das Propostas: a partir de 10/12/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/12/2015 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JORGE RICARDO AUREO FERREIRA
Ordenador de Despesas

(SIDEÇ - 09/12/2015) 112408-00001-2015NE801395

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 60/2015**

Sagrou-se como vencedora desse certame a empresa: HELP EXPRESS - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA-ME. Demais informações no site governamental: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Cel R/1Eb JORGÉ RICARDO AUREO
FERREIRA
Ordenador de Despesas

(SIDEÇ - 09/12/2015) 112408-00001-2015NE801395

**SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO
INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 63/2015 - UASG 110404**

Nº Processo: 60330000629201534. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço para o fornecimento de visualização, gerenciamento e suporte técnico da coleção completa da publicação Junc's, em formato eletrônico, para a Administração Central do Ministério da Defesa e Forças Armadas. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 2º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: A empresa PANAMERICAN é a única e exclusiva representante autorizada para a comercialização das normas no Brasil. Declaração de Inexigibilidade em 08/12/2015. RUI ALENCAR ANDRADE. Ordenador de Despesas. Ratificação em 08/12/2015. FERNANDO BAUER. Diretor do Deadi. Valor Global: R\$ 920.000,00. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro PANAMERICAN TECHNOLOGY GROUP S.A.

(SIDEÇ - 09/12/2015) 110404-00001-2015NE800024

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 47/2015 - UASG 110404**

Nº Processo: 60585002875201539. Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento e instalação nas dependências do Bloco Q e anexo do Bloco O, ambos na Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, de 93 (noventa e três) aparelhos de ar condicionados tipo Split. Total de Itens Licitados: 00009. Edital: 10/12/2015 de 09h00 às 11h30 e de 13h às 17h30. Endereço: Esplanada Dos Ministérios Bloco q BRASÍLIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/110404-05-47-2015. Entrega das Propostas: a partir de 10/12/2015 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/12/2015 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

SAMARA CARVALHO COSTA SOARES
Pregoeira

(SIDEÇ - 09/12/2015) 110404-00001-2015NE800024

**SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE
E DESPORTO**
EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Acordo de Cooperação nº 203/2015, celebrado entre o Ministério da Defesa, CNPJ/MF nº 03.277.610/0001-25 e o Município de Pedro do Rosário. Objeto: realização da Operação "BACURI" do Projeto Rondon no Município de Pedro do Rosário, Estado do Maranhão, no ano de 2016, por meio de uma parceria entre o Ministério da Defesa e o Governo daquele Município. Fundamento Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 e Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional. Data de Assinatura: 19/11/2015. Signatários: General de Divisão Waldir Almada Schneider Filho, Coordenador-Geral do Projeto Rondon e o Senhor José Irlan Soza Serra, Prefeito do Município de Pedro do Rosário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/interatividade/leimf>, pelo código 00032015121000029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



7DA APRESENTAÇÃO E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

7.1.As inscrições serão gratuitas e admitidas exclusivamente pela internet, mediante o preenchimento do formulário de inscrição disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/brics>>.

7.2.Ao formulário de inscrição deverão ser anexados eletronicamente os documentos obrigatórios discriminados nos subitens a seguir, em formato "pdf", limitando-se a cinco megabytes, e incluídos obrigatoriamente, no ato do preenchimento da inscrição da internet. O documento que exceder o limite de cinco megabytes não será recebido pelo sistema on-line. São exigidos os seguintes documentos quando da submissão da proposta:

- 7.2.1.Ofício assinado pelo reitor da IES garantindo o compromisso institucional com as atividades a serem desenvolvidas no âmbito da proposta;
- 7.2.2.Ofício de apresentação da proposta do Prô-reitor de pesquisa e pós-graduação da IES;
- 7.2.3.Link de acesso do Currículo Lattes de todos os docentes e pesquisadores envolvidos na proposta.

7.2.4.Proposta em língua inglesa, com no máximo dez páginas, conforme padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, contendo:

- a)Indicação de uma das seis áreas temáticas descritas no item 3, para inclusão da proposta, justificando a sua aderência;
- b)Descrição e justificativa de como as linhas de pesquisa do(s) PPG(s) poderão contribuir para o desenvolvimento de projeto pedagógico comum de programas de pós-graduação (mestrado profissional e/ou acadêmico e doutorado) no âmbito da BRICS NU;
- c)Estratégias de integração e iniciativas de inovação orientadas para desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos, produtos, processos, serviços e sistemas inovadores, que contribuam para fortalecer a interação das IES com instituições de pesquisa, setores empresariais e sociedade civil dos países do BRICS;
- d)Conjunto de disciplinas e atividades do(s) PPG(s) a serem ofertadas em língua inglesa no âmbito da BRICS NU;
- e)Demonstração de experiência em cooperação internacional, com indicação das principais parcerias institucionais e científicas;
- f)Indicação da experiência prévia e especificação da infraestrutura disponível do(s) PPG(s) para ensino a distância; e
- g)Indicação de no mínimo cinco e no máximo dez produções relacionadas à área temática escolhida de autoria de orientadores e estudantes de mestrado e doutorado vinculados ao(s) PPG(s) indicado(s).

7.3.O Ministério da Educação - MEC não se responsabilizará por inscrição não concretizada em decorrência de problemas técnicos de tecnologia da informação, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7.4.O MEC reserva-se o direito de excluir da seleção as candidaturas não confirmadas até o prazo de encerramento das inscrições.

7.5.Não será aceita inscrição condicional, extemporânea ou por via postal, fax ou correio eletrônico, no qualquer outra forma que não descrita neste edital.

7.6.A inscrição da proposta implica o conhecimento e a aceitação definitiva das normas e condições estabelecidas neste Edital.

7.7.As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do proponente, reservando-se o MEC o direito de excluir do processo de seleção aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, ou se a documentação requerida for apresentada com dados parciais, incorretos ou inconsistentes em qualquer fase, ou ainda fora dos prazos determinados, bem como se constatado posteriormente serem aquelas informações inverídicas.

8DO CRONOGRAMA

8.1.O processo de seleção das propostas e o desenvolvimento das atividades das propostas selecionadas seguirá o cronograma a seguir:

ATIVIDADES	DATAS
Inscrição das propostas	Até 29 de janeiro de 2016
Análise e avaliação das propostas	Até 19 de fevereiro de 2016
Divulgação do resultado	Até 27 de fevereiro de 2016
Prazo para envio de recurso	Até cinco dias após a publicação do resultado no Diário Oficial da União
Divulgação do resultado final	Até 29 de fevereiro de 2016
Início das atividades	Março de 2016

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

EXTRATOS DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2015. Processo: 23063.002741/2015-52. Celebrantes: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ e a Empresa JUMES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP. Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material elétrico eletrônico, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 104/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Data da Assinatura: 19/11/2015. Validade da Ata de Registro de Preços: 12 meses, que serão contados a partir da data da assinatura, não prorrogáveis. Assinam: Carlos Henrique Figueiredo Alves/ Diretor Geral do CEFET-RJ e Regis Gutemberg Sales da Mata/ Representante da empresa JUMES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2015. Processo: 23063.001825/2015-51. Celebrantes: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ e a Empresa FERRAGENS TERRA LTDA - EPP. Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material elétrico eletrônico, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 49/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Data da Assinatura: 18/11/2015. Validade da Ata de Registro de Preços: 12 meses, que serão contados a partir da data da assinatura, não prorrogáveis. Assinam: Carlos Henrique Figueiredo Alves/ Diretor Geral do CEFET-RJ e Carlos Meneses Gomes/ Representante da empresa FERRAGENS TERRA LTDA - EPP.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2015. Processo: 23063.001838/2015-31. Celebrantes: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ e a Empresa FERRAGENS TERRA LTDA. Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material elétrico eletrônico, especificado(s) no grupo 10 e nos itens 36, 112, 123 e 124 do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 53/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Data da Assinatura: 25/11/2015. Validade da Ata de Registro de Preços: 12 meses, que serão contados a partir da data da assinatura, não prorrogáveis. Assinam: Carlos Henrique Figueiredo Alves/ Diretor Geral do CEFET-RJ e Carlos Meneses Gomes/ Representante da empresa FERRAGENS TERRA LTDA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2015. Processo: 23063.001828/2015-24. Celebrantes: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ e a Empresa FERRAGENS TERRA LTDA - EPP. Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material elétrico e eletrônico para UnED Nova Iguaçu, especificado(s) nos grupos 4, 5, 7, 8 e 9 do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão SRP nº 48/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Data da Assinatura: 10/11/2015. Validade da Ata de Registro de Preços: 12 meses, que serão contados a partir da data da assinatura, não prorrogáveis. Assinam: Carlos Henrique Figueiredo Alves/ Diretor Geral do CEFET-RJ e Ana Cristina Ramos Tera/ Representante da empresa FERRAGENS TERRA LTDA - EPP.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2015. Processo: 23063.001830/2015-06. Celebrantes: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ e a Empresa RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME. Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material elétrico e eletrônico para a UnED Itaguaçu, especificado(s) nos grupos 02, 05 e item 28 do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão SRP nº 47/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Data da Assinatura: 06/11/2015. Validade da Ata de Registro de Preços: 12 meses, que serão contados a partir da data da assinatura, não prorrogáveis. Assinam: Carlos Henrique Figueiredo Alves/ Diretor Geral do CEFET-RJ e Geovani Junio Lopes Braga/ Representante da empresa RG COMERCIO E MATERIAIS EIRELI - ME.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2015. Processo: 23063.002741/2015-52. Celebrantes: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ e a Empresa ETC ELETRICIDADE TECNICA PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP. Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material elétrico eletrônico, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 104/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Data da Assinatura: 19/11/2015. Validade da Ata de Registro de Preços: 12 meses, que serão contados a partir da data da assinatura, não prorrogáveis. Assinam: Carlos Henrique Figueiredo Alves/ Diretor Geral do CEFET-RJ e Marco Antônio Tavares/ Representante da empresa ETC ELETRICIDADE TECNICA PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/intermediacao.html>, pelo código 00032015121000030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

8.2O MEC reserva-se o direito de alterar o cronograma conforme conveniência da Administração.

9DO PROCESSO DE ANÁLISE E DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.A análise e a avaliação das propostas submetidas a este Edital serão realizados em três etapas:

- a)Verificação da consistência documental;
- b)Análise de Mérito; e
- c)Decisão Final.

9.2.Etapa I - Análise Técnica - Verificação da consistência documental: Consiste no exame, por equipe técnica, da documentação apresentada para a inscrição, do preenchimento integral e correto do formulário on-line, do enquadramento da proposta às áreas temáticas e da adequação das propostas às especificações e condições contidas neste Edital. As inscrições incompletas, de forma inadequada ou fora dos prazos estabelecidos serão desconsideradas, não havendo possibilidade de reconsideração.

9.3.Etapa II - Análise de Mérito: Consiste na análise e na avaliação de mérito das propostas, a serem realizadas por consultores ad hoc, que compoem Comissão de Avaliação especificamente instituída para tal finalidade. A análise apreciará comparativamente cada candidatura, considerando prioritariamente os seguintes critérios:

- a)Aderência à área temática, coerência e qualidade da proposta - Peso: 35%;
- b)Histórico da cooperação internacional apresentada - Peso: 15%;
- c)Relevância e qualidade da produção científica que se relacione com a área temática escolhida envolvendo docentes e discentes - Peso: 30%; e

d)Adequação e relevância das estratégias de integração e inovação da proposta, com relação a potenciais parcerias nacionais e internacionais, considerando o seu impacto na área de conhecimento, no PPG e nas IES, orientadas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos, produtos, processos, serviços e sistemas inovadores que contribuam para fortalecer a integração das IES com instituições de pesquisa, setores empresariais e sociedade civil dos países do BRICS - Peso: 20%.

9.3.1 O parecer da Comissão será registrado em formulário próprio, contendo as informações apresentadas, a análise realizada, as recomendações julgadas pertinentes e a classificação das propostas com base nos pesos indicados.

9.4.Etapa III - Decisão Final: A seleção final das propostas será homologada pelo Comitê Coordenador Nacional da Universidade em Rede do BRICS - CCN, com base na classificação realizada pela Capes, e será encaminhada ao MEC, para publicação.

10.A seleção de cada proposta será comunicada por meio de publicação no Diário Oficial da União - DOU e de correspondência endereçada ao coordenador da proposta, além de publicação nos sites eletrônicos do MEC e da Capes.

10.2Os coordenadores de propostas ao presente Edital poderão solicitar o parecer referente a sua proposta por e-mail.

11DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1.Da decisão quanto ao julgamento de cada proposta caberá recurso no prazo de cinco dias corridos, a contar da publicação do resultado no DOU.

11.2O recurso deverá ser encaminhado ao MEC por meio de ofício assinado e digitalizado por e-mail.

11.3O pedido de recurso deve estritamente contrapor o motivo do indeferimento, não incluindo fatos novos, que não tenham sido objeto de análise de mérito anterior e atendo-se aos documentos já existentes no processo.

11.4Para a apreciação do recurso, será designado outro consultor ad hoc da Capes que fundamentará a sua análise e encaminhará o seu parecer para deliberação final do CCN, seguido de comunicado ao MEC.

11.5A decisão sobre o recurso administrativo será definitiva.

12DOS CASOS OMISSOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

12.1.Todo esclarecimento, comunicação, solicitação e informação adicional sobre o conteúdo deste edital, preenchimento do formulário de inscrição on-line e implementação das atividades das propostas selecionadas poderão ser obtidos por intermédio do endereço de correio eletrônico: brics@capes.gov.br.

12.2.Como critério de desempate, serão priorizadas propostas apresentadas por IES diferentes.

12.3Para propostas não selecionadas, serão emitidos pareceres contendo a justificativa para a não seleção.

12.4.Casos omissos e eventuais situações não contempladas neste Edital serão decididos pelo CCN, por intermédio de consulta dirigida, exclusivamente por e-mail.

13DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1.Toda e qualquer alteração relativa à execução da proposta selecionada deverá ser solicitada por meio de ofício do coordenador enviado por e-mail, acompanhado da devida justificativa.

13.1.1.A alteração deverá ser autorizada antes de sua efetivação.

13.2.O CCN se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar informações ou documentos adicionais que julgar necessário.

13.3.A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

ANEXO B – RESULTADO EDITAL MEC Nº 03/2015 - BRICS

RESULTADO EDITAL MEC Nº 03/2015 - BRICS				
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Luiz Chaimowicz	Ciências da Computação	UFMG	-	Cyber-Physical Systems for a Massively Connected Society.
Luciano Paschoal Gaspary	Computação	UFRGS	-	Joint Graduate Program in Cyber Security: Bridging the Cyber and Physical Worlds Through Smart and Secure Management.
ECOLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Jochen Schongart	Biologia (Ecologia)	INPA	-	INPA's proposal for the BRICS 2015.
Ana Luiza Spadano Albuquerque	Geoquímica	UFF	USP	UFF-USP South American Climate Change: from the past to the future.
ECONOMIA				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Eduardo da Motta e Albuquerque	Economia	UFMG	-	Comparative Development: Emergent Issues in BRICS Countries.
Bruno Martarello de Conti	Ciência Econômica	UNICAMP	UFRJ	BRICS: Economy Challenges for a Horizontal and Sustainable Alliance.
ENERGIA				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Amir Antonio Martins de Oliveira Junior	Engenharia Mecânica	UFSC	USP/ UFRGS	Network University Graduate Program in Energy Engineering.
Delly Oliveira Filho	Engenharia Agrícola	UFV	-	Contribution of the Universidade Federal de Viçosa for the BRICS Network University.
ESTUDOS DOS BRICS				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Thomas Patrick Dwyer	Sociologia	UNICAMP	UFRJ/UFRGS	BRICS Sociology: Development, Inequality and Dialogue.
Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves	Relações Internacionais	PUC/RIO	-	BRICS Policy Center.
RECURSOS HÍDRICOS E TRATAMENTO DA POLUIÇÃO				
Coordenador	PPG	IES	IES Associada	Título da Proposta
Nilo de Oliveira Nascimento	Saneamento, Meio Ambiente e Recursos hídricos	UFMG	-	Water Resources, Sanitation and Environment Management: research, education and innovation in the BRICS economies.
Webe João Mansur	Engenharia Civil	UFRJ	-	Water resources and environmental studies.